

FRANCISCO DE ASSIS VELOSO FILHO

**ECONOMIA PIAUIENSE
PLANEJAMENTO E PERSPECTIVAS
DE INVESTIMENTOS**



ECONOMIA PIAUIENSE
PLANEJAMENTO E PERSPECTIVAS
DE INVESTIMENTOS

FRANCISCO DE ASSIS VELOSO FILHO

ECONOMIA PIAUIENSE
PLANEJAMENTO E PERSPECTIVAS
DE INVESTIMENTOS



Teresina – Piauí
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

José Arimatéia Dantas Lopes

Vice-Reitora

Nadir do Nascimento Nogueira

Superintendente de Comunicação

Jacqueline Lima Dourado

Editor

Ricardo Alaggio Ribeiro

EDUFPI - Conselho Editorial

Ricardo Alaggio Ribeiro (presidente)

Acácio Salvador Veras e Silva

Antonio Fonseca dos Santos Neto

Cláudia Simone de Oliveira Andrade

Solimar Oliveira Lima

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Viriato Campelo



Editora da Universidade Federal do Piauí - EDUFPI

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI - Brasil

Todos os direitos reservados



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

REVISÃO

Luís Washington Ramos

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

John Kennedy Costa Pereira

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

Veloso Filho, Francisco de Assis.

V441e Economia piauiense planejamento e perspectivas de investimentos. /

Francisco de Assis Veloso Filho. – Teresina: EDUFPI, 2018.

130 p.

ISBN 978-65-5904-126-8

1. Economia Piauiense. I. Título.

CDD 330.981 22

Ao Professor
Raimundo Nonato Monteiro de Santana
(in memoriam)

SUMÁRIO

Prefácio	13
Introdução	17
Capítulo 1 – Caracterização geral do Estado do Piauí	
1.1 Situação e bases físicas	21
1.2 Rede urbana e regiões funcionais	25
1.3 Região Integrada de Desenvolvimento Grande Teresina	30
Capítulo 2 – Modernização e dinâmica demográfica	
2.1 Efetivos e evolução da população	33
2.2 Indicadores de urbanização	36
2.3 Projeções da população	39
Capítulo 3 – Indicadores agregados da economia piauiense: produto, emprego e renda	
3.1 Posição relativa e desempenho recente da economia piauiense	45
3.2 Mudanças na estrutura setorial da economia	48
3.3 Condição de atividade, ocupação e empregos formais	55
Capítulo 4 – Planejamento e programações de investimentos do governo federal no Estado do Piauí	
4.1 PPA 2016-2019 e programas de investimentos	67
4.2 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): programação 2018	71
4.3 Indicações de investimentos decorrentes de processos de desestatização	73

Capítulo 5 – Planejamento e programações de investimentos do Estado do Piauí e do Município de Teresina

5.1 O Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Piauí 2050 79

5.2 Piauí: PPA 2016-2019 e programa de parcerias público-privadas 83

5.3 Teresina: PPA 2018-2021 e programa de concessões e parcerias público-privadas 87

Capítulo 6 – Estratégias de desenvolvimento, oportunidades de negócios e atração de investimentos

6.1 Contribuições para o debate de propostas do PDES-PI 2050 91

6.2 Novos empreendimentos no setor de energia elétrica: transformação da matriz elétrica estadual 98

6.3. Perspectivas de investimentos no setor de óleo e gás 102

Conclusão 107

Referências 123

LISTA DE TABELAS

2.1 – Brasil, Nordeste e Piauí: população nos censos demográficos, taxas médias de crescimento e percentual de participação relativa 1872-2010 ..	35
2.2 – Brasil, Nordeste e Piauí: distribuição da população segundo a situação do domicílio, em valores percentuais 1940-2010	37
2.3 – Brasil, Nordeste e Piauí: municípios criados e instalados 1940 – 2010	38
2.4 – Teresina: população nos censos demográficos e proporção da população do estado 1872/2010	39
2.5 – Brasil e Piauí: taxas de fecundidade total estimadas (ajustadas) e projetadas 2000/2030	40
2.6 – Brasil e Piauí: esperança de vida ao nascer estimada (ajustada) e projetada, por condição de sexo 2000/2030	41
2.7 – Brasil: saldos migratórios anuais observados e projetados por unidades da federação 2000/2030	42
2.8 – Brasil e Piauí: estimativas e projeções da população total e participação relativa 2000 – 2030	43
3.1 – Nordeste e Piauí: participação percentual no PIB do Brasil e posição relativa do Estado do Piauí 1995-2015	46
3.2 – Nordeste e Piauí: participação percentual no PIB <i>per capita</i> do Brasil e posição relativa do Estado do Piauí 1995-2015	47
3.3 – Brasil, Nordeste e Piauí: série encadeada do volume do PIB 2010-2015 (2010=100,0)	48
3.4 - Brasil e Piauí: participação percentual dos grupamentos de atividades econômicas no valor adicionado bruto 1995	51
3.5 – Brasil e Piauí: participação percentual dos setores de atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço básico 1995-2014	53
3.6 - Brasil e Piauí: participação percentual dos grupamentos de atividades econômicas no valor adicionado bruto 2014.....	54
3.7 – Brasil e Piauí: população residente, por situação do domicílio e sexo 2015 (1.000 pessoas)	56

3.8 – Brasil e Piauí: pessoas de 15 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência, segundo a situação do domicílio e sexo 2015 (1.000 pessoas)	58
3.9 – Brasil e Piauí: pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por situação do domicílio e sexo 2015 (1.000 pessoas)	59
3.10 – Brasil e Piauí: pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal 2015 (1.000 pessoas)	60
3.11 - Brasil e Piauí: pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo a posição na ocupação no trabalho principal 2015 (1.000 pessoas)	63
3.12 – Brasil e Piauí: estoque e variação anual do emprego formal 2006-2016	64
4.1 – Piauí: investimentos exclusivos e investimentos regionais comprometidos, segundo os eixos de intervenção, na terceira fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	68
4.2 – Piauí: estimativa dos investimentos exclusivos comprometidos no eixo infraestrutura social e urbana na terceira fase do PAC (R\$ milhões)	70
4.3 – FNE 2018: projeção de financiamentos por estado e por setor de atividades (R\$ milhões)	73
5.1 – Piauí: programas temáticos (T) e programas de gestão (G) integrantes do Plano Plurianual 2016-2019 (R\$ 1.000,00)	84
5.2 - Teresina: previsão de despesas no Plano Plurianual 2018-2021 (R\$ 1.000,00)	87
5.3 – Teresina: alocação de recursos de capital em órgãos selecionados conforme o Plano Plurianual 2018-2021 (R\$ 1.000,00)	88
6.1 – Brasil, Nordeste e Piauí: capacidade instalada de geração de energia elétrica e índice de quantidade 2010-2017 (MW)	99
6.2 – Brasil, Nordeste e Piauí: geração de energia elétrica e índice de quantidade 2010-2017 (GWh)	100
6.3 – Piauí: geração de eletricidade por fonte energética 2011-2017 (GWh)	101

LISTA DE FIGURAS

1.1– Bacia Sedimentar do Parnaíba: limites da área sedimentar e situação da bacia efetiva para exploração e produção de hidrocarbonetos	23
1.2 - Delimitação da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba	24
1.3 – Região de Influência de Fortaleza	28
1.4 – Região de Influência de Teresina	29
3.1 – Brasil e Piauí: variações anuais do estoque de empregos formais 2006-2016	65
6.1 – Ferrovia Transnordestina: esquema da malha ferroviária regional planejada	96
6.2 - Piauí: matriz elétrica estadual - ano de referência 2015	102
6.3 – Piauí: situação dos blocos exploratórios arrematados na 11ª Rodada de Licitações, em 2013, pela empresa Ouro Preto	104

PREFÁCIO

Sem embargo de reconhecermos a existência de uma produção cada vez mais intensiva, frequente e variada de informações, especialmente de natureza quantitativa sobre as economias mundial, nacionais, regionais e locais disponibilizadas para o público por intermédio das redes digitais, essas informações pouco tem se transformado em análises e sínteses de imediata compreensão para o leitor não especializado, sob a forma impressa, capazes de atender a um público leitor mais amplo, interessado tanto nas especificidades e nas informações pontuais quanto no conhecimento conexo e articulado das diferentes esferas da vida econômica e social contemporânea.

Francisco de Assis Veloso Filho, economista e geógrafo com vasta experiência no campo da pesquisa, da docência e da assessoria econômica nos brinda com este *Economia piauiense: planejamento e perspectivas de investimentos*, um dos resultados de suas reflexões acerca do Piauí, reflexões que tem permeado a trajetória do autor nas três últimas décadas. Nos termos do autor, seu objetivo é “elaborar uma análise da economia piauiense, situando-a no contexto mais amplo da economia do país, como base para a discussão de aspectos relacionados ao planejamento econômico e às perspectivas de investimento nesse estado”.

A despeito de ter fortemente o sentido de alcançar leitores especiais ligados à gestão pública, sobretudo como fonte de consulta imediata, para nós outros, os não diretamente vinculados à coisa pública, o livro apresenta as características e especificidades do território e da população, o perfil atual da economia piauiense e as intervenções dos governos federal, estadual e municipal (especialmente para o caso de Teresina), desenhando um painel muito completo e lúcido sobre o Piauí contemporâneo.

A narrativa tem como eixo o Estado, as políticas de planejamento e as formas efetivas da gestão pública com seus resultados, alguns favoráveis, outros desastrosos, e considera também as dinâmicas sociais e especialmente os indicadores da pobreza do Piauí. Entretanto, igualmente realça as possibilidades e os caminhos abertos no sentido da superação das dificuldades próprias de nosso estado.

Alguns aspectos são dignos de realce e serão imediatamente observados pelo leitor: o seu sentido pedagógico, ao informar acerca dos principais interesses da política pública a partir dos quais acontecem o planejamento e as intervenções. Ao fornecer visão geral e extensiva das atividades e das múltiplas formas interventivas, apresenta perspectiva da complexidade e da precária integração das ações envolvendo diferentes órgãos, níveis e localizações da atividade pública. Também fornece indícios da distância, em tempos de crise, entre as perspectivas de planejamento com vista à efetivação das políticas públicas e o atendimento efetivo das demandas cidadãs, bem como do abismo entre o possível e o realizado de cada ação proposta.

Ao mostrar, passo a passo, indicadores econômicos e sociais, possibilita a compreensão das relações Estado-sociedade por dentro, apresentando a localização, dotação e administração dos recursos públicos. Dessa forma, ao consolidar informações sobre população, urbanização, níveis de renda, condições do emprego e ocupação, desenvolvimento de programas de investimento, as continuidades e inovações da gestão pública, produz um livro inspirador para outras pesquisas que visem a aprofundar os aspectos apontados.

Observa-se louvável sentido educativo quando o autor escolhe identificar as fontes fundamentais do seu estudo por meio das indicações bibliográficas e de fontes de acordo com os diferentes capítulos. Esse formato deixa mais evidente as bases documentais das análises, e, de forma indireta, colabora com os futuros pesquisadores na indicação dos caminhos da investigação, permitindo localizar de forma imediata elementos para possíveis aprofundamentos dos temas.

Não se trata, porém, de um livro só para informar e atualizar sobre a “coisa pública” e as maneiras como somos

afetados pelos sucessos e fracassos da intervenção do Estado. Há uma dimensão crítica que nos leva a pensar em outras alternativas para o planejamento e para a ação estatal, tendo em vista mudanças econômicas e sociais. O autor louva o que deve ser louvado, caso das soluções encontradas e viabilizadas, em parte, para a resolução do problema da energia elétrica e da geração de energia eólica, políticas vistas como muito adequadas a esses fins. Nesse aspecto, também realça as pesquisas sobre o petróleo e o gás natural como ações relevantes e que podem mudar o perfil do estado, bem como os acertos relacionados às políticas de parcerias público-privadas.

Abordagem bastante interessante da análise de Francisco de Assis Veloso Filho é a que diz respeito ao que ele considera como o poder paralisador dos grandes mitos da economia piauiense, caso da secular tentativa de construção do porto de Luís Correia. Em razão da prevalência desses mitos no imaginário piauiense, advoga que o Piauí pagou o elevado preço do desestímulo à busca de novas alternativas e de soluções inovadoras mais adequadas e em consonância com as necessidades e características do desenvolvimento local.

Destacada a importância do livro e o espectro variado dos destinatários, interessa apresentar algo da trajetória do autor, e situar seu trabalho como um componente de sua própria vida pessoal e profissional. O autor pertence a uma estirpe de notáveis economistas brasileiros em que sobressaem João Paulo dos Reis Velloso e Raul Velloso e seu currículo evidencia uma formação muito qualificada, continuada e permanente. Graduado em Geografia (Universidade de Brasília, 1979) e em Ciências Econômicas (Universidade do Distrito Federal, 1985), fez o mestrado em Planejamento Urbano (Universidade de Brasília, 1986) e o doutorado em Ciências Econômicas (Universidade Estadual de Campinas, 1998), defendendo a tese *Planejamento regional e desenvolvimento agrícola: lições da experiência no Estado do Piauí*, que, aliás, continua inédita, para prejuízo nosso. Fez seus estudos pós-doutorais na Universidade de Brasília, entre 2004 e 2006. Tornou-se professor titular com a tese *Análises geográficas do espaço regional: referências conceituais*,

metodológicas e estudos aplicados ao Brasil, defendida na Universidade Federal do Piauí, em 2015.

Como profissional docente destacou-se como professor do Departamento de Geografia e História, ministrando disciplinas quase sempre ligadas às questões do desenvolvimento econômico, mas igualmente como orientador de monografias, dissertações e teses em que os interesses gerais acerca do Piauí – seu território, sua economia, seu desenvolvimento – aparecem em primeiro plano. O professor Veloso atuou como orientador não apenas nos cursos de graduação, mas igualmente nos programas de Pós-Graduação em Geografia, em Ciência Política e em Desenvolvimento e Meio Ambiente oferecidos pela UFPI.

Como pesquisador dedica-se a estudos sobre teorias do conhecimento e formação do pensamento geográfico, seara em que está a nos dever os resultados de seus interessantes estudos.

O livro interessa a gestores públicos, a estudantes universitários e de pós-graduação, ao público geral interessado na condição e condução econômica do Brasil e do Piauí, nas formas e resultados da gestão pública nos últimos anos e nos projetos delineados para os próximos. Trata-se de um livro para ler de um fôlego, saciar a curiosidade inicial e, com vagar, voltar para os seus vários temas. Para guardar e consultar, para aprender, e para inspirar outros livros com os mesmos propósitos cidadãos.

Teresinha Queiroz

INTRODUÇÃO

Este livro tem por objetivo elaborar uma análise da economia piauiense, situando-a no contexto mais amplo da economia do país, como base para discussão de aspectos relacionados ao planejamento econômico e às perspectivas de investimentos nesse estado.

Reflete parte da experiência profissional do autor, que atuou como assessor econômico junto a órgãos do governo do Estado do Piauí e como professor e pesquisador em cursos de graduação e em programas de pós-graduação oferecidos pela Universidade Federal do Piauí, ao longo de três décadas.

A dedicatória ao Prof. Raimundo Nonato Monteiro de Santana reconhece os esforços pioneiros desse economista, iniciados nos anos de 1950, na elaboração de análises e na promoção de iniciativas em prol do desenvolvimento econômico e do bem-estar na sociedade piauiense.

Algumas dessas análises foram resgatadas na coletânea *Evolução Histórica da Economia Piauiense e outros estudos*, cuja segunda edição foi publicada na “Coleção Centenário” da Academia Piauiense de Letras (SANTANA, 2017). Apreciações da obra do Prof. Santana podem ser encontradas nos posfácios desta edição.

No início dos anos de 1990, o Prof. Santana retornou ao Piauí e deu sequência aos seus estudos, discutindo as grandes transformações pelas quais passava a sociedade contemporânea, em especial os desdobramentos de avanços nos campos da cultura, da inovação e da tecnologia, como pode-se ver em sua obra *A Nova realidade-Mundo. As transmutações em curso* (SANTANA; SANTOS, 2009).

Juntamente com o Prof. Santana, três outros economistas constituem referências indispensáveis na análise e na discussão de alternativas para o desenvolvimento do Piauí: João Paulo dos Reis Velloso, Antônio de Pádua Franco Ramos e Felipe Mendes de Oliveira. Uma síntese dessas importantes contribuições pode ser

encontrada nas obras *O “Vale da Decisão”: “o Piauí é Rico” – em grandes oportunidades* (VELLOSO, 2013); *Desenvolvimento do Piauí: projetos estruturantes* (RAMOS, 2012) e *Economia e Desenvolvimento do Piauí* (MENDES, 2003).

Também são referências os estudos e pesquisas implementados pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO) e a atuação da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN-Piauí,) no exercício das atividades próprias de planejamento econômico relacionadas com a preparação, a negociação e a implementação de planos, programas e projetos de interesse do Piauí. Nesse conjunto de contribuições, há o *Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Piauí* (PDES-PI 2050), elaborado pela empresa Diagonal (2015a e 2015b).

Não é possível esquecer as contribuições dos profissionais e instituições envolvidas nos processos participativos de planejamento e na gerência de programas e projetos conduzidos pela Prefeitura de Teresina. Exemplo dessas iniciativas, a elaboração do plano diretor da cidade: a *Agenda Teresina 2030* (PREFEITURA DE TERESINA, 2014). Lembrar que os agentes econômicos desse município respondem pela metade da produção de bens e serviços do estado.

Este livro foi organizado em seis capítulos: 1) Caracterização geral do Estado do Piauí; 2) Modernização e dinâmica demográfica; 3) Indicadores agregados da economia piauiense: produto, emprego e renda; 4) Planejamento e programações de investimentos do governo federal; 5) Planejamento e programações de investimentos do Estado do Piauí e do Município de Teresina; e 6) Estratégias de desenvolvimento, oportunidades de negócios e atração de investimentos.

O primeiro capítulo procura caracterizar o território do estado em suas linhas mais gerais, como base para compreensão das dotações de recursos ambientais e das bases geográficas da economia. Trata das duas grandes regiões naturais que marcam o território do estado: a Província ou Bacia Sedimentar do Parnaíba e a Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba; do papel de Teresina como capital regional da rede urbana do país e como centro funcional de uma rede específica.

A evolução dos efetivos e a dinâmica da população residente são abordadas no segundo capítulo. Devido ao fenômeno migratório (emigrações), a população residente no estado tem crescido em ritmo menor que a população do país e se aproxima de importante transição demográfica, com taxa de crescimento negativo e estabilização do efetivo, segundo projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No terceiro capítulo, procura-se traçar um perfil atual da economia piauiense e do seu desempenho recente, mediante análise comparativa de indicadores econômicos selecionados. Abordam-se três tópicos: a) posição relativa e desempenho recente: produto interno bruto e produto interno bruto *per capita*; b) estrutura setorial: seções de atividades econômicas e participação no valor agregado bruto; c) condição de atividade das pessoas de 15 anos ou mais: pessoas economicamente ativas, pessoas ocupadas, grupos de atividade do trabalho principal, posição na ocupação no trabalho principal, estoque e variação do emprego formal.

A atuação do governo federal no Estado do Piauí é o tema do quarto capítulo. Trata-se dos programas de investimento em vigor e da previsão de investimentos de curto prazo. Considerou-se o Plano Plurianual 2016-2019 e seus programas prioritários de inversões; a programação do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FINOR) e os desdobramentos do Programa Nacional de Desestatização (PND) e do Programa de Parcerias para Investimentos (PPI), tendo em vista a atração de investimentos para o Piauí.

O planejamento e as programações de investimentos do governo estadual são o tema do capítulo cinco, considerando-se o PDES-PI 2050, o PPA 2016-2019 e o Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP-PI). Bem assim as iniciativas da Prefeitura de Teresina: PPA 2018-2021, programas e projetos prioritários e programa de concessões e parcerias.

No capítulo seis, o autor discute tópicos relacionados ao PDES-PI 2050 e destaca importantes mudanças que ocorrem na economia piauiense, como resultado de investimentos recentes nos setores de energia elétrica (eólica e solar fotovoltaica) e de petróleo

e gás, e que indicam possibilidades de transformações e de promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar na sociedade piauiense, apesar das situações de crise pelas quais passa o país.

CAPÍTULO 1

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

1.1 SITUAÇÃO E BASES FÍSICAS

O Estado do Piauí está situado na Região Nordeste do Brasil e seu território abrange a área de 251.611,93 km², correspondentes a 2,95% do território nacional e a 16,19% da grande região Nordeste, conforme o *Anuário Estatístico do Brasil* (IBGE, 2016). Nessa indicação de área, o IBGE traçou uma linha fronteira e desconsiderou a existência do litígio entre os estados do Piauí e do Ceará, que se arrasta sem uma conclusão desde fins do século XIX.

Em seu território estão estabelecidos 224 municípios. Sua capital, Teresina, tem marco de referência com as coordenadas Latitude -05°05'11" e Longitude -42°48'19" e altitude média de 72,7m.

Limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico, a Leste com os estados do Ceará e Pernambuco; ao Sul, com a Bahia; e a Oeste com os estados do Tocantins, situado na Região Norte, e Maranhão.

O território do estado está situado dentro do Domínio Tropical e próximo da Linha Equinocial, o que define as linhas gerais das suas condições climáticas. De acordo com a classificação climática do *Atlas Nacional do Brasil* (IBGE, 2010): Clima Quente, com temperatura média maior que 18° *Celsius* em todos os meses do ano, em três faixas de variações, de Oeste para Leste: Semiúmido com quatro a cinco meses secos, Semiárido com seis meses secos e Semiárido com sete a oito meses secos (IBGE, 2010; Mapa Clima, p. 77).

Essa disposição geográfica dá ao estado grande disponibilidade de ventos e de insolação durante todo o ano. O levantamento do potencial eólico e do potencial do recurso solar para fins de geração de energia elétrica no país e em suas regiões foi avaliado, respectivamente, pelo *Atlas do Potencial Eólico Brasileiro* (CEPEL, 2001) e pelo *Atlas Brasileiro de Energia Solar* (INPE, 2017).

Em termos de geologia do Brasil, contribuição fundamental foi elaborada pelos geólogos Fernando Almeida, Yociteru Hasui, Brito Neves e Reinardt Fuck que consolidaram uma pioneira identificação das províncias geológicas abrangidas pelo território do país (ALMEIDA et al., 1977).

O *Atlas Nacional do Brasil* apresenta uma versão atualizada desse mapeamento, em texto produzido por Mário Ivan Cardoso de Lima (IBGE, 2010, Esboço Geológico, p. 58-59) e mapas correspondentes (IBGE, 2010; Mapa Esboço Geológico, p. 62; Mapa Províncias Estruturais, p. 63). Nesse atlas também é possível encontrar informações gerais a respeito de geomorfologia, solos, recursos hídricos e vegetação.

Como pode-se ver nesses estudos, o território do Piauí situa-se predominantemente na Província ou Bacia Sedimentar do Parnaíba, constituída por um conjunto de bacias sedimentares que se formaram desde milhões de anos atrás, com a fragmentação do supercontinente Pangeia, a expansão do assoalho atlântico e os avanços e recuos dos mares ao longo desse processo. Essa província sedimentar se estende por área de 674.329 km².

A porção sudeste desse território alcança áreas de duas outras províncias geológicas, as províncias da Borborema e do São Francisco, com características bem distintas do conjunto acima indicado, onde estão expostas rochas mais antigas do embasamento cristalino, predominantemente ígneas ou metamórficas, sem extensas coberturas de sedimentos.

Ao Norte, o território piauiense situa-se em uma pequena parte emersa e confronta-se com a Bacia Sedimentar do Ceará, próximo ao limite com a Bacia Sedimentar de Barreirinhas, predominantemente submersas, situadas na margem continental brasileira.

A Figura 1.1 indica essas grandes unidades geológicas que compõem ou delimitam o território piauiense. Foi extraída do *Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás 2017*, relatório produzido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estatal vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Nesse relatório, encontra-se também uma síntese da geologia dessas bacias sedimentares.

Assim, predomina no território do estado um relevo típico de bacias sedimentares, conforme modelo exposto por Penteadó (1983, cap.4): estruturas concordantes horizontais, como chapadões, chapadas e morros testemunhos, na parte central da bacia; relevo de cuevas na borda inclinada da bacia; e estruturas horizontais, como tabuleiros, no médio e baixo curso do Parnaíba e de seus afluentes. Na porção sudoeste, fora da província sedimentar, onde predominam rochas ígneas e metamórficas, formou-se uma grande depressão periférica ao longo da borda elevada da bacia sedimentar.

Figura 1.1– Bacia Sedimentar do Parnaíba: limites da área sedimentar e situação da bacia efetiva para exploração e produção de hidrocarbonetos



Fonte: MME e EPE, Zoneamento 2017, p. 258.

A Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba é outra região natural relevante na definição desse território e na formação dessa economia regional. Quando da preparação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, o Ministério do Meio Ambiente elaborou estudos sobre essa bacia, reunidos no *Caderno da Região Hidrográfica do Parnaíba* (MMA, 2006).

O Parnaíba drena uma área total de 331.441 km²; dos quais, 249.477 km² pertencem ao território do Piauí; 65.492km², ao território do Maranhão; 13.690 km² ao Ceará e 2.762km² na área de litígio histórico entre os estados do Piauí e do Ceará. Ver Figura 1.2.

Figura 1.2 - Delimitação da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba



FONTE: MMA, Caderno da Região Hidrográfica 2006, p. 24

Os principais afluentes que banham o Piauí são: Uruçuí-Preto, Gurguéia, Itaueira, Piauí e Canindé, Poti e Longá. O Balsas é o principal afluente na banda maranhense e o Poti tem seu alto curso no território do Ceará (MMA, 2006).

Pequena parte do território piauiense não é drenada pelo Parnaíba, mas por bacias difusas cujos rios correm diretamente para o Atlântico: Portinho, São Miguel, Camurupim, Carpina e Ubatuba, como pode ser visto no *Mapa Físico do Estado do Piauí* (IBGE, 2012).

Esse relatório (MMA, 2006) compreendeu uma ampla caracterização da área de estudo, considerando as disponibilidades hídricas, os principais biomas e ecossistemas, os tipos de solos e seus usos, aspectos socioeconômicos e desenvolvimento regional. Discutiu problemas e conflitos no uso desses recursos e as perspectivas de aproveitamento, tendo em vista as vocações regionais.

Além desses estudos que proporcionam uma visão geral das bases físicas e das condições ambientais nessa região, há outros que elaboram interpretações de maior detalhe, a exemplo do *Mapa Geológico do Estado do Piauí*, na escala 1:1.000.000, elaborado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), mediante convênio entre o Ministério de Minas e Energia (MME) e o governo do estado.

Bem assim, o *Atlas Climatológico do Estado do Piauí*, elaborado por pesquisadores do Centro de Pesquisa Agropecuária do Meio-Norte (EMBRAPA, 2004), para fins de caracterização climática da região, considerando as variáveis precipitação, temperatura do ar, umidade relativa do ar, insolação, nebulosidade, evaporação, radiação solar global e evapotranspiração. O emprego de um sistema de informações geográfica proporcionou a produção dos cartogramas correspondentes.

1.2 REDE URBANA E REGIÕES FUNCIONAIS

Desde os anos de 1960, o IBGE conduz uma linha de investigações específica sobre as redes de cidades do país. A quarta edição dos relatórios dessa linha de estudos - *Regiões de influência das cidades 2007* (IBGE, 2008) - compreende a análise da hierarquia dos centros, as interações desses centros entre si e com as demais cidades do país e as suas regiões de influência.

Do ponto de vista conceitual, avançou-se do entendimento de cidades como localidades centrais no comércio de bens e na prestação de serviços, definindo áreas de influência e regiões urbanas, para a interpretação das cidades como centros de gestão do território, com base na atuação do aparato do estado e no papel das corporações empresariais, estabelecendo áreas de influência na forma de redes reticulares definidas por nós e fluxos materiais e imateriais.

Portanto, quanto à centralidade das cidades, a pesquisa levou em conta os conceitos de “centros de gestão do território” e de “centros especializados”, isto é, as cidades como centros de localização de órgãos do Estado ou de grandes empresas atuantes nos mercados; e, complementarmente, as cidades como locais de prestação de outros serviços especializados.

Esse estudo (IBGE, 2008) considerou os 5.564 municípios existentes em 2007. Desses, 336 municípios foram agrupados em 40 “áreas de concentração da população”. Em síntese, pelo critério da gestão federal foram identificados 906 centros de gestão do território; pelo critério da gestão empresarial, 724 centros, resultando na identificação de 701 centros presentes nas duas classificações. A esse foram acrescentados 10 centros cuja centralidade é definida pela oferta de bens e serviços especializados. A pesquisa identificou, portanto, 711 centros de gestão do território no país.

Identificados os centros da rede urbana, seguiu-se a pesquisa das ligações entre esses centros e deles com as demais cidades, tendo em vista a identificação das regiões de influência. Desse modo, foram identificadas as redes de influência dos doze principais centros urbanos do país. Adicionalmente, realizou-se uma pesquisa específica junto aos 4.625 municípios que não compõem unidades territoriais consideradas centros de gestão para completar o estudo das regiões de influência.

Essas análises permitiram também a classificação das cidades brasileiras (áreas de concentração ou sedes municipais) em cinco grandes níveis de hierarquia, assim distribuídos: doze metrópoles, 70 capitais regionais, 169 centros sub-regionais, 556 centros de zona e 4.473 centros locais, cidades cuja atração não extrapola os limites do município, conforme o relatório (IBGE, 2008).

Na classe das metrópoles, encontram-se três categorias: A) grande metrópole nacional: São Paulo; B) metrópole nacional: Rio de Janeiro e Brasília; C) metrópoles: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Goiânia e Porto Alegre. Essas metrópoles polarizam as doze redes de cidades existentes no país.

As capitais regionais se destacam como centros de gestão imediatamente inferior às metrópoles e têm área de influência regional como destino de um conjunto de municípios. Essas 70 unidades territoriais foram subdivididas nas categorias A (com onze centros de gestão do território); categoria B (20 centros) e categoria C (39 centros).

Os centros sub-regionais apresentam atividades de gestão menos complexas, área de atração mais reduzida e relacionamentos externos apenas com as metrópoles nacionais. Foram subdivididos em duas categorias, respectivamente, com 85 centros e 79 centros. Os 556 centros de zona exercem funções de gestão elementares e também foram divididos em duas categorias, com 192 cidades e 364 cidades.

O relatório ilustra os resultados da pesquisa com mapas da hierarquia dos centros urbanos e regiões de influência das metrópoles brasileiras e mapas específicos da região de cada metrópole. Apresenta ainda matrizes dessas regiões, indicando os centros integrantes dessa rede, conforme as classes hierárquicas, e as ligações existentes entre eles.

Fortaleza, metrópole “C” na rede nacional, de acordo com o estudo (IBGE, 2008), tem na sua região de influência as aglomerações urbanas de Teresina, Natal e São Luís como capitais regionais categoria “A”. Abrange 786 municípios e uma área de 792.411 km², correspondente a 9,3% do território brasileiro; onde residem 20,6 milhões de pessoas (dados de 2007), correspondentes a 11,8% da população do país. O PIB dessa área, de R\$ 95,9 bilhões (dados de 2005), representa 4,5% do produto nacional. A Figura 1.3 mostra essa rede urbana

Figura 1.3 – Região de Influência de Fortaleza



Fonte: IBGE, Região de referência das cidades 2008, p. 91.

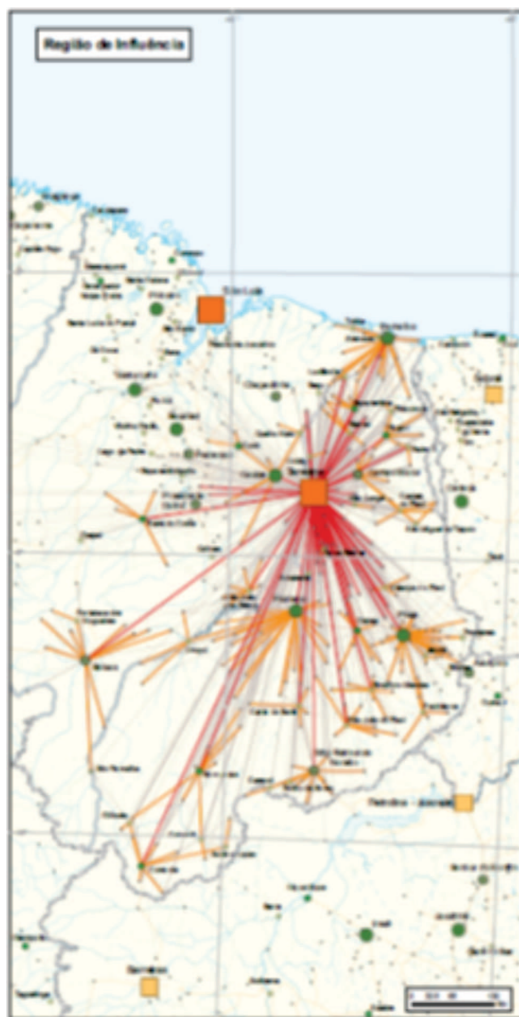
A região de influência de Teresina (Figura 1.4), capital regional “A”, abrange 271 municípios, tem área de 369.244 km², onde residem 4.338.879 pessoas (dados de 2007), correspondentes a 2,36% da população do país. A intensidade de relacionamentos da região, isto é, o número de vezes que os municípios dessa região foram citados na pesquisa, alcançou o valor de 2.695.

Essa região tem os seguintes centros urbanos:

- Centros sub-regionais A: Floriano, Parnaíba e Picos, no Piauí; Caxias (MA);
- Centros sub-regionais B: Campo Maior e São Raimundo Nonato, no Piauí; Balsas (MA);
- Centros de Zona A: Bom Jesus, Corrente, Esperantina, Oeiras e Piripiri, no Piauí; Barra do Corda e Codó (MA);
- Centros de Zona B: Água Branca, Alto Longá, Amarante, Anísio de Abreu, Avelino Lopes, Barras, Canto do Buriti, Caracol, Castelo do Piauí, Curimatá, Fronteiras, Gilbués, Jaicós, Luzilândia, Paulistana, Pedro II, Piracuruca, São João do Piauí, São Miguel do Tapuio, Simplício Mendes, União, Uruçuí e Valença do Piauí, no Piauí; Alto Parnaíba,

Araioses, Coelho Neto, Fortaleza dos Nogueiras, São João dos Patos e Tutoia (MA).

Figura 1.4 – Região de Influência de Teresina



Fonte: IBGE, Região de referência das cidades 2008, p. 99

A região de influência de Teresina tem destaque pelo tamanho de sua área e pela intensidade dos seus relacionamentos. Dentre as onze capitais regionais do país, é a segunda maior em

termos de área de influência (369.244,39 km²) e de intensidade de relacionamentos (2.695), ficando atrás, respectivamente, de Cuiabá, com área de 867.807,12 km²; e de Florianópolis, com 3.274 relacionamentos. Em termos nacionais, centraliza também a região de influência de capitais regionais com a menor renda *per capita* (situação em 2005).

Analisando-se as aglomerações urbanas que são núcleos dessas redes de cidades, Teresina ganha um destaque ainda maior. A aglomeração de Teresina, formada por três municípios (Altos, Teresina e Timon), com 1.119 referências, tem o maior número de relacionamentos dentre as capitais regionais e supera os valores de oito das doze metrópoles.

1.3 A REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO GRANDE TERESINA

Ainda quanto à rede urbana do Piauí, cabe destacar a existência da Região Integrada de Desenvolvimento Grande Teresina (RIDE), criada em 2001, ao lado de duas outras dessas regiões-programa existentes no país: RIDE do Distrito Federal e Entorno e RIDE Petrolina/Juazeiro.

Esse tipo de instrumento de promoção econômica foi previsto na Constituição de 1988 e considerado nas políticas regionais desde então estabelecidas, tendo em vista articular a ação de entes federados e coordenar atividades nessas regiões, nas áreas de: a) infraestrutura, saneamento básico, transportes/sistema viário; telecomunicações; b) uso, parcelamento e ocupação do solo; proteção do meio ambiente e poluição ambiental; habitação popular; c) produção agropecuária e abastecimento alimentar; aproveitamento de recursos hídricos e minerais; combate à pobreza; e d) saúde, assistência social, educação, cultura, turismo e segurança pública.

Conforme o Ministério a Integração (200?), a Ride de Teresina foi criada pela Lei Complementar n. 112, de 19 de setembro de 2001, regulamentada pelo Decreto n. 4.367, de 9 de setembro de 2002, que também criou um conselho administrativo da região.

É formada pelos municípios de Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinho, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Pau d'Arco do Piauí, Teresina e União, no Piauí, e Timon (MA). Em 2010, os municípios dessa região abrigavam a população de 1.146.806 habitantes (ver IBGE, 2011).

Trata-se de uma área metropolitana em formação, em que avançam os processos de conurbação entre as cidades que a constituem. As cidades de Teresina e Timon, separadas pelo rio Parnaíba e pela fronteira entre os dois estados, historicamente compõem uma só formação urbana. A centralidade de Teresina dá a essa aglomeração uma relevância econômica que extrapola os seus limites políticos e amplia as suas perspectivas de crescimento econômico.

CAPÍTULO 2

MODERNIZAÇÃO E DINÂMICA DEMOGRÁFICA

2.1 EFETIVOS E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

Ao longo do século XX, desdobraram-se amplos processos de “modernização” da sociedade brasileira, abrangendo: mecanização e intensificação da agropecuária, industrialização, integração do mercado nacional, urbanização e metropolização, êxodo rural e migrações internas.

Tendo em vista as dimensões do país, esses processos foram acompanhados pela ocupação de novas áreas dentro do território e expansão da fronteira econômica. Cabe também lembrar os limites para a difusão desses processos de modernização e as tendências de concentração de atividades pelo território.

Ao lado dos processos de modernização pelos quais passaram países como o Brasil, eventos políticos ou econômicos ocorridos em outros países ou regiões do mundo também podem afetar o quadro demográfico de um país e de suas regiões. Como exemplo, os movimentos migratórios que alcançaram o Brasil, nas primeiras décadas do século passado, devido às instabilidades e confrontos na Europa e na Ásia.

Fenômenos ou desastres naturais também são decisivos, a exemplo das secas que historicamente afetam o Nordeste e resultam em fluxos de migrantes em direção a outros estados da região ou para outras regiões do país.

Estudos dos processos de modernização em países não-industrializados permitiram a indicação de um “modelo de crescimento populacional”, que compreende quatro fases principais:

uma fase inicial de aceleração do crescimento; segunda fase, alcance de um patamar superior; e terceira, redução do ritmo de crescimento. Após a consolidação desses processos, configura-se uma quarta fase, com baixas taxas de crescimento, indicando a tendência de estabilização do efetivo populacional.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi criado em 1938, com a reunião de dois órgãos então existentes, o Conselho Nacional de Estatística e o Conselho Nacional de Geografia, tornando-se desde então a organização responsável pela realização dos censos demográficos e de outros levantamentos e produtos relevantes para o conhecimento do país. Produz os censos demográficos regularmente, desde 1940, a cada década.

A Tabela 2.1 apresenta os “efetivos de população” do Brasil, da Região Nordeste e do Estado do Piauí nos censos demográficos realizados no país, entre 1872 e 2010, dados obtidos na *Sinopse do Censo Demográfico 2010* (IBGE, 2011). Indica também as “taxas médias geométricas de crescimento anual” de cada período e os “percentuais de participação relativa” da região e do estado no total da população brasileira.

Conforme os dados da tabela, a população do país, entre 1940 e 2010, passou de 41,2 milhões para 190,7 milhões de pessoas.

A população do país cresceu à taxa média anual geométrica de 1,49%, entre 1920 e 1940; eleva-se o ritmo de crescimento para 2,39%, entre os anos de 1940 e 1950, alcançando a maior taxa média, 2,99%, no período 1950/1960 e estabilizando-se na década seguinte: 2,89%, entre 1960 e 1970. A partir de então, as taxas caem continuamente: 2,48%, entre 1980 e 1991; 1,93%, entre 1991/2000 e, por fim, 1,17%, no último período censitário de 2000 a 2010.

Tabela 2.1 – Brasil, Nordeste e Piauí: população nos censos demográficos, taxas médias de crescimento anual e percentual de participação relativa 1872-2010

Ano	Brasil	Taxa %a.a.	Nordeste	NE/BR %	Taxa %a.a.	Piauí	PI/BR %	Taxa %a.a.
1872	9.930.478		4.638.560	46,7		202.222	2,0	
1890	14.333.915	2,01	6.002.047	41,9	1,44	267.609	1,9	1,57
1900	17.438.434	1,98	6.749.507	38,7	1,18	334.328	1,9	2,25
1920	30.635.605	2,91	11.245.921	36,7	2,58	609.003	2,0	3,04
1940	41.236.315	1,49	14.434.080	35,0	1,26	817.601	2,0	1,48
1950	51.944.397	2,39	17.973.413	34,6	2,22	1.045.696	2,0	2,49
1960	70.992.343	2,99	22.428.873	31,6	2,34	1.263.368	1,8	1,91
1970	94.508.583	2,89	28.675.110	30,6	2,49	1.734.894	1,8	3,22
1980	121.150.573	2,48	35.419.156	29,2	2,13	2.188.150	1,8	2,35
1991	146.917.459	1,93	42.470.225	28,9	1,66	2.581.215	1,8	1,51
2000	169.590.693	1,64	47.693.253	28,1	1,30	2.841.202	1,7	1,07
2010	190.753.799	1,17	53.081.950	27,8	1,08	3.118.360	1,6	0,93

Fonte: IBGE, Sinopse 2010, Tabelas 1.4 e 1.5, p. 67-70.

Nota: taxas médias geométricas de crescimento anual calculadas pelo autor.

No mesmo período considerado, o Nordeste teve sua população ampliada de 14,4 milhões para 53,1 milhões de pessoas, enquanto o Piauí avançou de 817, 6 mil para 3,1 milhões de residentes.

O ritmo de crescimento segue as fases gerais indicadas, com duas especificidades notáveis. Há uma defasagem no alcance das maiores taxas de crescimento; enquanto no país esse patamar foi alcançado nos anos de 1950/1960, na região e no estado será alcançado na década seguinte, entre 1960 e 1970, com as taxas médias de 2,49% e 3,22%, respectivamente. O ritmo de crescimento da população estadual, nesse período, superou até mesmo a maior média nacional (2,99%).

Essa defasagem pode ser explicada, em linhas gerais, pelo tempo necessário para difusão dos processos de modernização ou de seus desdobramentos, ou mesmo pelas limitações ou restrições aos avanços desses processos nas diferentes regiões do país.

Os avanços da modernização do Brasil exacerbaram as diferenças entre as regiões do país, trazendo questões sobre as desigualdades que se formavam e as possibilidades de convergência dos resultados desses processos. O Nordeste e o Piauí são exemplos de regiões que ficaram para trás nesses processos de modernização.

A segunda especificidade é que, alcançado esse patamar mais elevado, as taxas de crescimento populacional da região e do estado passam a ser menores que as médias nacionais, isto é, as populações do Nordeste e do Piauí crescem em menor ritmo desde então.

O crescimento populacional é função da “fecundidade”, da “mortalidade” e das “migrações”. No caso do Nordeste e do Piauí, como se verá adiante, os componentes mortalidade e migrações internas foram decisivas, vez que não há diferenças marcantes entre as taxas de fecundidade da região e do estado, frente àqueles valores médios do país.

2.2 INDICADORES DE URBANIZAÇÃO

O processo de modernização em sociedades não-industrializadas como o Brasil foi acompanhado por intensa urbanização, que além do crescimento natural (natalidade/mortalidade) pode compreender o surgimento de novos núcleos urbanos em zonas pioneiras ou de ocupação recente, a saída de populações de áreas rurais em direção às pequenas cidades (centros locais), o deslocamento para cidades intermediárias em redes urbanas regionais, muitas vezes como etapa para novos deslocamentos em direção às capitais regionais e, por fim, amplos movimentos em demanda às grandes cidades do país, que se expandem em ritmo intenso, aproximam-se de cidades vizinhas e formam grandes áreas metropolitanas.

A Tabela 2.2 apresenta a distribuição da população do Brasil, do Nordeste e do Piauí segundo a condição do domicílio, urbano ou rural. A participação da população urbana na população total constitui o indicador “grau de urbanização”.

Tabela 2.2 – Brasil, Nordeste e Piauí: distribuição da população segundo a situação do domicílio, em valores percentuais 1940-2010

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Urbana	31,2	36,2	45,1	56,0	67,7	75,5	81,2	84,4
Rural	68,8	63,8	54,9	44,0	32,3	24,5	18,8	15,6
Nordeste	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Urbana	23,4	26,4	34,2	41,8	50,7	60,6	69,0	73,1
Rural	76,6	73,6	65,8	58,2	49,3	39,4	31,0	26,9
Piauí	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Urbana	15,2	16,3	23,6	32,3	42,6	52,9	62,9	65,8
Rural	84,8	83,7	76,4	67,7	57,4	47,1	37,1	34,2

Fonte: elaboração do autor com dados dos censos demográficos do IBGE.

Com essas informações, pode-se demonstrar o acelerado processo de urbanização pelo qual passou a sociedade brasileira, cuja população urbana avançou de 31,2%, em 1940, para 84,4%, em 2010. O fenômeno é menos intenso, mas não menos relevante, no Nordeste e no Piauí, onde o grau de urbanização passou de 23,4% para 73,1%, e de 15,2% para 65,8%, respectivamente, no período considerado.

No caso do Brasil, a definição formal da situação “urbano” é eminentemente política, isto é, abrange cidades: sedes de municípios; vilas: sedes de distritos e até mesmo povoados isolados. Cidade é todo núcleo urbano que se torna sede de um município, cumpridos requisitos mínimos quanto ao tamanho da população e a disponibilidade de equipamentos e serviços básicos.

Muitas cidades são apenas centros locais de atendimento de uma população rural imediata, cuja centralidade não extrapola os limites territoriais daquela unidade político-administrativa. Ainda assim, é indiscutível o fenômeno da urbanização no Brasil.

Portanto, a criação de municípios constitui outro indicador desse processo de urbanização. A Tabela 2.3 apresenta a quantidade

de municípios existentes no Brasil, no Nordeste e no Piauí, entre 1960 e 2010, de acordo com o *Anuário Estatístico do Brasil 2016* (IBGE, 2017).

Tabela 2.3 – Brasil, Nordeste e Piauí: municípios criados e instalados 1940 - 2010

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	1.574	1.889	2.766	3.952	3.991	4.491	5.507	5.565
Nordeste	584	609	903	1.376	1.375	1.509	1.787	1.794
Piauí	47	49	71	114	114	118	221	224

Fonte: IBGE, AEB 2016, Tabela 1.2.1.1, p. 26.

A proeminência da cidade principal caracteriza as redes urbanas de regiões periféricas como o Piauí. A Tabela 2.4 apresenta a evolução da população do município de Teresina, desde o primeiro censo demográfico, bem como a sua participação relativamente à população total do estado.

O censo de 1872 encontrou 21.692 pessoas em Teresina, o que representava 10,7% da população da então Província do Piauí. O crescimento da cidade nas últimas décadas daquele século elevou essa participação para 13,6%, em 1900. Nas primeiras décadas do século XX, eleva-se o ritmo de crescimento da população do estado (ver Tabela 2.2), tendo em vista a expansão do extrativismo vegetal, a ocupação de novas áreas no território e a atração de contingentes populacionais. Declina a participação relativa do município da capital, que em 1950 reunia apenas 8,7% da população estadual.

A partir da década de 1950, com o avanço dos processos de modernização na região, a população do município volta a crescer em ritmo mais rápido que o restante do estado, e sua participação eleva-se de 11,5%, em 1960, para 26,1%, no último censo. A concentração de atividades econômicas nesse município explica esse papel distinto na rede urbana regional e no território do Piauí.

Tabela 2.4 – Teresina: população nos censos demográficos e proporção da população do estado 1872/2010

	1872	1890	1900	1920	1940	1950
Efetivo	21.692	31.523	45.316	57.500	67.641	90.723
%	10,7	11,8	13,6	9,4	8,3	8,7
	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Efetivo	144.799	230.168	388.922	598.411	714.583	814.230
%	11,5	13,3	17,8	23,2	25,2	26,1

Fonte: IBGE, Sinopse 2010. Tabelas 1.6 e 1.7, p. 71 e 73.

2.3 PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO

Dentre as atribuições do IBGE, está a elaboração de projeções da população do país e das unidades da federação, das quais derivam as estimativas das populações municipais, principal critério para distribuição das quotas partes dos recursos provenientes do sistema tributário nacional para estados e municípios, dentre outras finalidades.

As projeções em vigor (IBGE, 2013a e 2013b) têm o ano de 2000 como partida e foram elaboradas para o horizonte temporal de 2030, relativamente às unidades da federação, e ao horizonte temporal de 2060, para a população total do país. Nessas projeções, o IBGE emprega o “método dos componentes demográficos” com base em tendências recentes obtidas nas variáveis fecundidade, mortalidade e migração, considerando “coortes” quinquenais de idade da população, até a classe dos 90 anos ou mais.

A aplicação do método parte de ajustes nas “pirâmides populacionais” por sexo e idade obtidas nos censos demográficos de 2000, tendo em vista outras estatísticas quanto a nascimentos e mortes, e de ajustes nas populações de partida das unidades da federação, considerando-se avaliações da cobertura de coleta do censo demográfico em cada unidade da federação.

Em seguida, as coortes são expostas às estimativas dos componentes (fecundidade, mortalidade e migração) para todo o horizonte temporal da projeção. Aplica-se esse procedimento de forma independente

para cada unidade da federação, no período de 2000 a 2030. A projeção da população do Brasil resulta da soma dessas projeções de cada unidade da federação. As projeções para o período 2031 a 2060 dizem respeito aos valores agregados para o país como um todo.

Em síntese, o componente fecundidade foi analisado levando em conta o indicador “taxa de fecundidade total”, a relação entre o número de nascimentos e o número de mulheres nas coortes de 15 anos até 49 anos, para cada unidade da federação. Adotou-se o padrão limite de fecundidade de 1,5 filho por mulher, tendo em vista valores obtidos no censo de 2010 para mulheres que tinham pelo menos o nível médio completo de estudos.

A Tabela 2.5 mostra os resultados estimados (ajustados) e projetados para o período em estudo. Há convergência entre as taxas de fecundidade projetadas para a população do Piauí e os valores médios projetados para o país: Em 2030, esses valores seriam, respectivamente, 1,55 filho e 1,51 filho por mulher nas faixas etárias de 15 a 49 anos.

Tabela 2.5 – Brasil e Piauí: taxas de fecundidade total estimadas (ajustadas) e projetadas 2000/2030

	Estimadas		Projetadas	
	2000	2010	2020	2030
Brasil	2,39	1,87	1,61	1,51
Piauí	2,74	1,97	1,65	1,55

Fonte: IBGE, Projeções da População..., 2013a, Tabela 2, p.29.

A “esperança de vida ao nascer” é o principal indicador para o estudo do componente mortalidade. Os valores das expectativas por idade e por sexo encontrados nos censos de 2000 e 2010 foram ajustados de maneira que convergissem para os valores admitidos para o horizonte do ano 2100, com base na experiência dos países desenvolvidos e reconhecidos por organizações especializadas de outros países: expectativas de 87, 2 anos para mulheres e de 81,8 anos para os homens.

A Tabela 2.6 mostra esses ajustes e as projeções desse indicador no horizonte 2030. Ao contrário do componente

fecundidade, as projeções não indicam tendência de convergência entre os valores de expectativa de vida no estado e os valores médios para o país; isto é, prospectivamente, o ritmo da elevação da expectativa de vida no Piauí não acompanharia o ritmo de elevação das médias nacionais, no horizonte considerado.

Tabela 2.6 – Brasil e Piauí: esperança de vida ao nascer estimada (ajustada) e projetada, por condição de sexo 2000/2030

	2000			2010			2020			2030		
	Total	H	M	total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Brasil	69,8	66,0	73,9	73,9	70,2	77,6	76,7	73,3	80,3	78,6	75,3	82,0
Piauí	67,9	64,7	71,2	69,9	66,1	73,9	71,8	67,5	76,2	73,4	68,8	78,0
Dif.	1,9	1,3	2,7	4,0	4,1	3,7	4,9	5,8	4,1	5,2	4,5	4,0

Fonte: IBGE, Projeções da População..., 2013a, Tabela 1, p.26.

Quanto ao componente migrações, na parte migrações internacionais, com base nos censos de 2000 e 2010, estipularam-se “taxas líquidas de migração” positivas com valores anuais de 0,001% da população, entre 2015 e 2020, decrescentes até 2035, quando se igualariam a zero.

Relativamente às migrações internas, o IBGE utilizou informações do quesito censitário que interroga sobre o local de residência cinco anos antes da data de referência dos censos (1995-2000; 2005-2010). Adotou-se a hipótese de que os volumes das migrações internas no país manteriam a tendência de queda desse último período censitário.

A Tabela 2.7 apresenta os saldos migratórios observados e projetados por unidade da federação. O Nordeste se configura como a região de emigração dentro do Brasil; a maioria dos estados que o compõem, inclusive o Piauí, apresentou saldos migratórios negativos nos dois últimos censos. Essa situação terá continuidade no período de estudo, ainda que com tendência de declínio.

O IBGE projeta para o Piauí saldos migratórios negativos de 15.612 pessoas e de 12.842 pessoas, nos anos de 2020 e de 2030, respectivamente.

Tabela 2.7 – Brasil: saldos migratórios anuais observados e projetados por unidades da federação 2000/2030

	Observados		Projetados	
	2000	2010	2020	2030
Estados	2.141	1.865	1.673	1.422
Rondônia	2.141	1.865	1.673	1.422
Acre	-38	-119	-122	-128
Amazonas	5.413	3.091	3.272	3.194
Roraima	5.872	1.025	1.018	900
Pará	-9.371	-7.165	-7.131	-6.625
Amapá	5.499	2.986	3.337	3.374
Tocantins	2.186	667	723	817
Maranhão	-30.324	-34.274	-32.984	-29.362
Piauí	-12.635	-17.333	-15.612	-12.842
Ceará	-7.794	-18.034	-16.740	-14.235
Rio Grande do Norte	1709	2652	2602	2567
Paraíba	-10.814	-4.612	-4.053	-3.428
Pernambuco	-20.772	-12.692	-12.382	-10.940
Alagoas	-14.530	-16.613	-15.651	-13.413
Sergipe	-106	2.076	2.112	2.178
Bahia	-55.432	-52.275	-46.601	-39.347
Minas Gerais	-3.646	-4.652	-6.155	-7.894
Espírito Santo	8.766	12.938	12.144	10.973
Rio de Janeiro	8.272	2.311	1.170	-482
São Paulo	67.078	42.193	36.936	29.261
Paraná	-6.428	-3.879	-3.826	-3.409
Santa Catarina	18.719	38.793	37.121	34.328
Rio Grande do Sul	-9.757	-19.136	-17.767	-15.585
Mato Grosso do Sul	4.995	5.011	4.360	3.503
Mato Grosso	7.409	7.636	6.551	5.268
Goiás	38.843	36.819	35.791	32.869
Distrito Federal	4.744	30.723	30.215	27.035

Fonte: IBGE, Projeções da População..., 2013a, Tabela 3, p.31.

Como resultados da aplicação desse método, obtiveram-se estimativas e projeções das populações das unidades da federação, no período de 2000 a 2030, cuja soma permite a projeção da população total do país.

A Tabela 2.8 apresenta as projeções da população do país e do estado do Piauí, que deverão alcançar, em 2030, respectivamente, os efetivos de 223,127 milhões e de 3,232 milhões de pessoas.

Dada a dinâmica populacional do estado, continuará decrescente sua participação na população total do país. As taxas de fecundidade devem estar próximas das médias nacionais, contudo, as diferenças na expectativa de vida e os movimentos migratórios resultarão em crescimento abaixo da média nacional e perda da participação relativa do estado.

Tabela 2.8 – Brasil e Piauí: estimativas e projeções da população total e participação relativa 2000 - 2030

Ano	Brasil	Piauí	%
2000	173.448.346	2.877.451	1,7
2005	185.150.806	3.035.330	1,6
2010	195.497.797	3.142.946	1,6
2015	204.450.649	3.203.262	1,6
2020	212.077.375	3.233.891	1,5
2025	218.330.014	3.242.491	1,5
2030	223.126.917	3.232.330	1,4

Fonte: IBGE, Projeção da População..., 2013b, Tabelas 6 e 7, p.19-20.

Na década de 2020, segundo as projeções do IBGE, o Estado do Piauí alcançará, em torno do ano 2025, o seu maior contingente de população: 3,242 milhões de habitantes. Antes do final daquela década, deverá passar por uma importante transição demográfica: a redução desse efetivo populacional em termos absolutos, projetado para 3,232 milhões de pessoas, em 2030.

O comportamento das variáveis responsáveis pelo crescimento populacional (fecundidade, mortalidade e migração) não será capaz de garantir a mera reposição dos contingentes populacionais anteriores.

O Piauí deverá ser o primeiro estado da federação a passar por essa transição demográfica. No quinquênio seguinte, Bahia e Rio Grande do Sul também.

Essa situação será alcançada no país como um todo apenas na década de 2040. A população do país deverá crescer até 2042, quando alcançará o contingente de 228,350 milhões de habitantes. Esse contingente declinará, a partir de então, com projeção de 226,350 milhões de habitantes, em 2050.

CAPÍTULO 3

INDICADORES AGREGADOS DA ECONOMIA PIAUIENSE: PRODUTO, EMPREGO E RENDA

3.1. POSIÇÃO RELATIVA E DESEMPENHO RECENTE DA ECONOMIA PIAUIENSE

Em conjunto com órgãos estaduais de estatísticas, o IBGE implementa um processo de contabilidade econômica metodologicamente integrado, o Sistema de Contas Regionais (SCR/IBGE), voltado para a produção de informações regionalizadas, por unidade da federação, e compatível com o Sistema de Contas Nacionais (SCN/IBGE):

O SCR/IBGE compreende estimativas do “Produto Interno Bruto” (PIB) de cada unidade da federação, a partir de levantamentos sobre o “valor bruto (anual) da produção”, o “consumo intermediário” e o “valor adicionado bruto” de cada atividade econômica (IBGE, 2016a). O PIB corresponde ao valor bruto da produção, menos o consumo intermediário, mais impostos, menos subsídios.

A publicação dos resultados do SCR/IBGE, referentes ao ano de 2015 (IBGE, 2017b), aponta que naquele ano o Brasil alcançou o PIB de R\$ 5,996 trilhões (preços correntes). Em termos reais, ocorreu uma variação de -3,5% relativamente ao ano de 2014. A retração de atividades dos setores da indústria (-5,8%) e dos serviços (-2,7%) explica essa redução conjuntural do produto.

O produto do Estado de São Paulo, R\$ 1,940 trilhão, o maior do país, corresponde a 32,4% do produto interno do Brasil.

O Estado do Piauí alcançou o PIB R\$ 39,148 bilhões, correspondentes a 0,7% do PIB do Brasil, o que o coloca na 21ª

posição relativa dentre as 27 unidades da federação que constituem o país, inclusive o Distrito Federal. Entre 2014 e 2015, a economia do estado retraiu-se -1,1%.

Houve avanços no período recente, como pode ser visto com os dados da Tabela 3.1. Tanto o Nordeste quanto o Piauí tiveram elevadas as suas participações no produto do país: a participação do Nordeste elevou-se de 12,8%, em 1995, para 14,2%, em 2015; a participação do Piauí, de 0,5% para 0,7%, respectivamente.

Tabela 3.1 – Nordeste e Piauí: participação percentual no PIB do Brasil e posição relativa do Estado do Piauí 1995-2015

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
NE/BR	12,8	13,2	13,1	13,0	13,1	13,1	13,1	13,0	12,8	12,7	13,1
PI/BR	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Piauí	22	22	22	23	23	23	23	23	23	23	23
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
NE/BR	13,1	13,1	13,1	13,5	13,5	13,3	13,6	13,6	13,9	14,2	
PI/BR	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	
Piauí	23	23	23	23	23	23	23	22	21	21	

Fonte: elaboração do autor com base nos dados do SCR/IBGE.

Em 2015, o PIB *per capita* médio do Brasil, em preços correntes, foi de R\$ 29.326,33. O Distrito Federal é a unidade da federação com o maior PIB *per capita*: R\$ 73.971,05. O Piauí, com o PIB *per capita* de R\$ 12.218, 51; ocupa a 26^a posição, à frente apenas do Estado do Maranhão (R\$ 11.366,23). Há décadas, esses estados se alternam nessas posições.

Como se verá adiante, os avanços recentes das economias dos estados da Região Nordeste, inclusive do Piauí, resultaram na elevação da renda *per capita* dos residentes nessa região, relativamente aos valores médios do país.

Entre 1995 e 2014, conforme dados da Tabela 3.2, essa participação relativa elevou-se de 44,7% para 51,2%, considerando a região como um todo, e de 28,8% para 41,7%, no caso do Piauí.

Contudo, essa melhoria relativa da renda *per capita* não resulta apenas do ritmo mais elevado de crescimento econômico, mas também da redução do ritmo de crescimento demográfico na região e no estado.

Como visto no capítulo anterior, nos últimos três censos (1991, 2000 e 2010), as taxas médias anuais de crescimento demográfico do Piauí (1,51%, 1,07% e 0,93%, respectivamente) e do Nordeste (1,66%, 1,30% e 1,08%) foram menores do que aqueles valores agregados para o país (1,93%, 1,64% e 1,17%). A dinâmica demográfica regional também contribuiu para a elevação da renda *per capita*.

Tabela 3.2 – Nordeste e Piauí: participação percentual no PIB *per capita* do Brasil e posição relativa do Estado do Piauí 1995-2015

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
NE/BR	44,7	46,2	46,1	46,2	46,5	46,6	46,8	46,4	45,8	45,8	47,1
PI/BR	28,8	29,5	28,7	28,6	28,9	28,9	27,9	30,4	31,4	30,8	31,7
Piauí	26	26	26	26	26	26	26	27	27	27	27
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
NE/BR	47,5	46,6	46,8	48,3	48,4	48,2	48,3	49,0	50,3	51,2	
PI/BR	33,2	32,2	33,6	35,8	35,8	36,4	35,8	37,1	41,4	41,7	
Piauí	27	27	27	27	26	27	27	27	26	26	

Fonte: elaboração do autor com base nos dados do SCR/IBGE.

Assim como os processos de crescimento econômico, as crises econômicas também atingem de maneira diferenciada as diversas regiões de um país. O Brasil enfrenta um período de crises econômicas ao longo dessa última década e são diferenciados os efeitos dessas crises por seu território.

A Tabela 3.3 traz uma série encadeada de variação do “volume do produto”, com base no ano 2010 (índice 100,0) e até 2015. Pode-se verificar que nesse período o desempenho médio das economias dos estados que compõem a região Nordeste superou o desempenho agregado do país. Dentro do Nordeste, foi ainda melhor o desempenho da economia piauiense, com índices superiores aos do país e da região, em todos os anos da série.

O maior ritmo de crescimento do produto pode explicar a elevação da participação do estado no produto do país (0,7%) e da sua posição relativa no *ranking* das economias estaduais, da 23ª para a 21ª posição dentre os 26 estados da federação mais o Distrito Federal.

Tabela 3.3 – Brasil, Nordeste e Piauí: série encadeada do volume do PIB 2010-2015 (2010=100,0)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	100,0	104,0	106,0	109,2	109,7	105,8
Nordeste	100,0	104,1	104,2	110,4	113,6	109,8
Piauí	100,0	105,2	111,6	114,2	120,3	119,0

Fonte: IBGE, SCR 2015, Tabelas Especiais, Tabela 3.

Esses indicadores sintéticos permitem concluir que o Estado do Piauí constitui uma economia regional pouco desenvolvida, que participa com apenas 0,7% do produto gerado nas fronteiras do país e cuja renda *per capita*, apesar dos avanços recentes, sequer alcança a metade da renda *per capita* nacional.

Nos próximos tópicos deste capítulo, procura-se avançar na caracterização desse sistema econômico. Deve-se ter sempre em vista essa visão sintética, ao discutir ou prospectar as perspectivas de crescimento dessa economia regional.

3.2 MUDANÇAS NA ESTRUTURA SETORIAL DA ECONOMIA

As informações disponibilizadas pelo SCR/IBGE permitem discutir alguns aspectos da evolução da estrutura da economia piauiense nas últimas duas décadas, em termos comparativos com a estrutura geral da economia do país e das alterações na estrutura de participação dos grupamentos de atividades econômicas nessa economia regional.

Esse grupamento de atividades econômicas tem como referência, com ajustes, a Classificação Nacional de Atividades

Econômicas (CNAE), estabelecida pela comissão Nacional de Classificação, órgão colegiado vinculado ao então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e empregada nos registros e cadastros dos órgãos da administração pública federal.

Relatório elaborado pelo IBGE (200?) apresenta uma síntese desse sistema. A estrutura hierárquica da CNAE em vigor, a versão 2.0, atualizada em 2007, está organizada em cinco níveis e divide as atividades econômicas em 21 seções, 87 divisões, 285 grupos, 673 classes e 1.301 subclasses. O rol abaixo identifica as seções, táxon de maior hierarquia nessa classificação:

A - Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura;

B - Indústrias extrativas;

C - Indústrias de transformação;

D - Eletricidade e gás;

E - Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação;

F - Construção;

G - Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas;

H - Transporte, armazenagem e correio;

I - Alojamento e alimentação;

J - Informação e comunicação;

K - Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados;

L - Atividades imobiliárias;

M - Atividades profissionais, científicas e técnicas;

N - Atividades administrativas e serviços complementares;

O - Administração pública, defesa e seguridade social;

P - Educação;

Q - Saúde humana e serviços sociais;

R - Artes, cultura, esporte e recreação;

S - Outras atividades de serviços;

T - Serviços domésticos;

U - Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

No início dos anos de 1990, a economia brasileira ainda guardava muitas características do período em que se desdobraram processos de modernização mais intensos da sociedade, tendo como motor a industrialização retardatária do país, concentrada em municípios de estados da região Sudeste do país, notadamente em São Paulo.

Na Tabela 3.4, pode-se ver a estrutura setorial das atividades econômicas do Brasil e do Piauí, no ano de 1995, considerando-se como indicador a participação percentual dos setores de atividades econômicas no valor adicionado bruto (valor bruto da produção menos o consumo intermediário, isto é, o valor dos insumos utilizados no processo produtivo).

É didática a divisão dessas atividades, tendo em vista uma economia que passara por processos de modernização econômica: redução da participação relativa do setor agropecuário (8,5%), expansão das atividades industriais (37,2%) e difusão das atividades comerciais e de serviços (54,3%).

Notar que, isoladamente, a indústria de transformação é a atividade produtiva com maior participação na estrutura da economia: 24,5%!

A economia piauiense, ao contrário, não foi alcançada pelos processos mais significativos de modernização econômica ocorridos no país. A agropecuária, em que ainda predominavam métodos de produção tradicionais, representava 15,5% do valor adicionado; a indústria não avançou tanto como no país (22,0%) e as atividades de comércio e serviços formam a maior parte da estrutura econômica (62,5%).

Separadamente, a administração pública era o segmento mais importante nessa estrutura (33,8%). Quanto à indústria de transformação, representava apenas 9,9% do valor agregado.

Tabela 3.4 - Brasil e Piauí: participação percentual dos grupamentos de atividades econômicas no valor adicionado bruto 1995

Grupamentos de atividades	Brasil	Piauí
	100,0	100,0
<u>Agropecuária</u>	8,5	15,5
<u>Indústria</u>	37,2	22,0
Indústria extrativa mineral	1,0	n.d.*
Indústria de transformação	24,5	9,9
Eletricidade, gás e água	3,0	2,5
Construção	8,7	9,6
<u>Serviços</u>	54,3	62,5
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	9,6	7,7
Alojamento e alimentação	2,0	2,3
Transportes e armazenagem	1,8	2,3
Comunicações	1,6	1,5
Intermediação financeira	7,6	1,7
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	11,6	8,2
Administração pública, defesa e seguridade social	15,5	33,8
Saúde e educação mercantis	2,9	3,5
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,3	1,0
Serviços domésticos	0,4	0,5

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 1998, Tabela 8, p. 82 e 86; elaboração do autor.

(*) não disponível.

Contudo, naquela década, o Brasil foi confrontado por grandes transformações que vêm acontecendo na economia mundial desde os anos de 1970, tais como movimentos ambientalistas, revoluções tecnológicas (informática, microeletrônica, novos materiais, redes de computadores ...), processos de integração econômica ou de formação de blocos comerciais e novos padrões de competitividade industrial definidos por incessantes inovações tecnológicas.

Do ponto de vista nacional, a economia do país foi marcada, nos anos de 1980, pela redemocratização (“Nova República”) e por uma nova constituição federal que redefiniu o pacto federativo; nos anos de 1990, por políticas de abertura econômica, estabilização monetária, regulação de setores produtivos e de concessões ou parcerias com a iniciativa privada para realização de investimentos e prestação de serviços.

Desde então, a sociedade e sucessivos governos vêm – entre controvérsias, incertezas, avanços e retrocessos - buscando alternativas para integração nessa nova realidade mundial, tendo em vista o desenvolvimento econômico do país.

Como resultado dessas mudanças, nas últimas décadas o país foi considerado uma das “economias emergentes” no contexto mundial, pelo menos até a crise política e econômica que se abateu sobre o país nos anos recentes.

A Tabela 3.5 mostra a participação percentual dos setores de atividades econômicas no valor adicionado bruto (valor bruto da produção menos o consumo intermediário), no período de 1995 a 2014. Permite avaliar, em linhas gerais, o impacto dessas transformações da economia mundial e as mudanças na economia do país.

É notável como reduz-se a participação da indústria na estrutura da economia do país, de 37,2% para 23,8%, entre os anos de 1995 e 2014. Movimento contrário no setor de serviços, cuja participação se eleva de 62,5% para 71,1%.

Nesse período, a agropecuária perde posições na estrutura da economia piauiense, de 15,5% para 7,4%, e a indústria de 22,0% para 15,9%, enquanto os serviços se ampliam de 62,5% para 76,7%. Elevou-se ainda mais a participação das atividades desse setor.

Tabela 3.5 – Brasil e Piauí: participação percentual dos setores de atividades econômicas no valor adicionado bruto 1995-2014

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropec.	8,5	8,1	7,7	7,9	7,9	7,5	8,3	6,6	7,4	6,9
Indústria	37,2	37,5	37,8	36,7	37,9	40,2	40,2	27,1	27,8	30,1
Serviços	54,3	54,4	54,5	55,4	54,2	52,3	51,5	66,3	64,8	63,0
Piauí	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropec.	15,5	13,6	10,5	8,4	10,3	10,4	10,4	9,4	13,4	12,7
Indústria	22,0	24,3	25,3	27,6	26,5	26,0	27,0	15,5	15,5	16,7
Serviços	62,5	62,1	64,2	64,0	63,2	63,6	62,6	75,1	71,1	70,6
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropec.	5,7	5,5	5,5	5,9	5,6	4,9	5,1	4,9	5,3	5,1
Indústria	29,3	28,7	27,8	27,9	26,9	27,4	27,3	26,0	24,8	23,8
Serviços	65,0	65,8	66,7	66,2	67,5	67,7	67,6	69,1	69,9	71,1
Piauí	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropec.	11,4	9,5	8,2	10,9	10,2	6,0	8,4	7,8	6,4	7,4
Indústria	17,0	16,9	16,9	16,2	17,0	16,3	16,3	15,3	12,3	15,9
Serviços	71,6	73,6	74,9	72,9	72,8	77,7	75,3	76,9	81,3	76,7

Fonte: elaboração do autor com base nos dados do SCR/IBGE.

A Tabela 3.6 mostra mais detalhes da estrutura produtiva do país e do estado no último ano da série (2014).

No Brasil, dentro do setor da indústria, foi marcante a queda da participação da indústria de transformação: de 24,5% para 12,0%. No setor terciário, praticamente manteve-se a participação da administração pública, 15,5% e 16,4%, respectivamente; mas elevou-se significativamente a participação das atividades de comércio e reparação de veículos, passando de 9,6% para 13,6%.

Na economia piauiense, expandiu-se ainda mais a participação dos serviços. A administração pública continua a

atividade mais significativa nessa estrutura, com 31,3% do valor agregado. Repetindo um movimento ocorrido no país, a atividade comércio e reparação de veículos passa de 7,7% para 16,0% do valor adicionado na economia estadual.

Tabela 3.6 - Brasil e Piauí: participação percentual dos grupamentos de atividades econômicas no valor adicionado bruto 2014

Grupamentos de atividades	Brasil	Piauí
	100,0	100,0
<u>Agropecuária</u>	5,0	7,4
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e pós-colheita	3,2	5,1
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,4	1,6
Produção florestal, pesca e aquicultura	0,5	0,7
<u>Indústria</u>	22,8	15,9
Indústria extrativa	3,7	0,2
Indústria de transformação	12,0	4,8
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1,9	1,9
Construção	6,2	9,0
<u>Comércio e Serviços</u>	71,2	76,7
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	13,6	16,0
Transportes, armazenagem e correio	4,6	2,0
Alojamento e alimentação	2,5	2,8
Informação e comunicação	3,4	1,4
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	6,4	2,6
Atividades imobiliárias	9,3	9,2
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	8,1	4,6
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social	16,4	31,3
Educação e saúde privados	3,8	3,6
Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços	1,8	1,6
Serviços domésticos	1,2	1,6

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 2010-2014, Tabela 7, p. 63 e 67.; elaboração do autor.

3.3 CONDIÇÃO DE ATIVIDADE, OCUPAÇÃO E EMPREGO FORMAL

Ao lado dos censos demográficos, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é o sistema de estatísticas com maiores informações quanto às características da população brasileira.

Segundo o IBGE (2016b), trata-se de um sistema com periodicidade regular, implantado em 1967, que investiga de forma permanente temas tais como características gerais da população (efetivos, idade, sexo, situação do domicílio), educação, trabalho, rendimentos e habitação. Outros temas, como migração, fecundidade e saúde, são eventualmente incluídos, conforme as necessidades de informações por parte do setor público.

A seleção da amostra considera municípios, setores censitários e unidades domiciliares (domicílios particulares e domicílios coletivos), mantendo-se um cadastro atualizados dessas unidades nos setores escolhidos. A expansão da amostra considera o sistema de projeção da população elaborado pelo IBGE: a projeção da população residente em cada unidade da federação, com base em dados dos censos demográficos e em hipóteses quanto à evolução das taxas de fecundidade, mortalidade e migração, a ser visto no próximo tópico.

Em 2015, o plano amostral da PNAD considerou 1.100 municípios, 9.166 setores censitários e 51.189 unidades domiciliares que abrigavam 356.904 pessoas, em todas as unidades da federação. Os resultados são apresentados em tabelas específicas para o Brasil, grandes regiões, unidades da federação e nove regiões metropolitanas. No Piauí, a amostragem compreendeu 20 municípios, 127 setores censitários, 2.251 unidades domiciliares e 5.697 pessoas.

A Tabela 3.7 apresenta algumas características gerais das populações residentes no Brasil e no Piauí, de acordo com os levantamentos da PNAD 2015. Esses resultados podem ser acessados por meio do “Sistema IBGE de Recuperação Automática” (SIDRA), disponível no portal dessa organização.

Como resultado do modelo de projeção da população elaborado pelo IBGE, estima-se que a população residente no país tenha alcançado o efetivo de 204,860 milhões de pessoas, em 2015. Desse efetivo, 173,566 milhões de pessoas (84,7%) tinham domicílio urbano e 31,294 milhões (15,3%), domicílio rural.

O número de mulheres (105,452 milhões) superava o número de homens (99,408 milhões) na população total e o mesmo se repete, em maior proporção, para os residentes em domicílios urbanos: 90,510 milhões de mulheres e 83,057 milhões de homens. Ao contrário, na zona rural, a população de homens (16,351 milhões) supera a população de mulheres (14,913 milhões).

No Piauí, o contingente total é estimado em 3,207 milhões de pessoas, sendo 2,152 milhões (67,1%) residentes em áreas urbanas e 1,055 milhão (32,9%) residentes em áreas rurais. O número de mulheres (1,635 milhão) também superava o número de homens (1,572 milhão), menos na zona rural: 546 mil homens e 509 mil mulheres.

Tabela 3.7 – Brasil e Piauí: população residente, por situação do domicílio e sexo 2015 (1.000 pessoas)

	Efetivo			Urbano			Rural		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M
Brasil	204.860	99.408	105.452	173.566	83.057	90.510	31.294	16.351	14.913
Piauí	3.207	1.572	1.635	2.152	1.026	1.126	1.055	546	509

Fonte: IBGE, PNAD – 2015, Brasil e Piauí, Tabela 1.1.

Conforme a Tabela 3.8, naquele mesmo ano, estimava-se que a população de 15 anos ou mais de idade no país somava 161,792 milhões de pessoas, sendo 138,144 milhões de pessoas (85,4%) com domicílio urbano e 23,648 milhões (14,6%) com domicílio rural, proporção semelhante àquela da situação do domicílio da população residente. Quanto à condição por sexo, repete-se o padrão da população residente total.

Em termos de condição de atividade, 104,835 milhões foram consideradas pessoas economicamente ativas na semana de

referência (20 a 26/09/2015), isto é, estavam exercendo algum trabalho nesse período (pessoas ocupadas), ou, estando desocupadas, tiveram alguma iniciativa para encontrar trabalho. As “pessoas não-economicamente ativas”, aquelas que não trabalharam e nem procuraram trabalho, somavam 56,958 milhões de pessoas.

Portanto, a “taxa de atividade” no país, percentual entre o efetivo de pessoas economicamente ativas (104,835 milhões) e o total de pessoas com 15 anos ou mais de idade (161,792 milhões), é de 64,8%.

Ainda quanto à população ativa total do país, o número de homens (58,950 milhões) superava o número de mulheres (45,884 milhões), o mesmo acontecendo nas situações de residentes em domicílios urbanos e em domicílios rurais.

No Piauí, estimava-se a população de 15 anos ou mais em 2,428 milhões de pessoas, encontrando-se 1,626 milhão de pessoas (67,0%) em áreas urbanas e 802 mil pessoas (33,0%) na zona rural, razão igualmente semelhante à distribuição da população residente no estado (ver Tabela 3.7).

As pessoas economicamente ativas na semana de referência somavam 1,697 milhão, enquanto 731 mil pessoas foram consideradas não-economicamente ativas. A taxa de atividade (69,9%), maior do que a do país, é compatível com a condição estadual de região menos desenvolvida, onde há o envolvimento de maior número de pessoas em atividades que gerem renda para as famílias.

Quanto à condição de sexo, mantém-se o padrão nacional de predomínio masculino na composição da população economicamente ativa: 938 mil homens e 759 mil mulheres. Esse padrão se repete nas situações de domicílios urbanos e de domicílios rurais.

Tabela 3.8 – Brasil e Piauí: pessoas de 15 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência (*), segundo a situação do domicílio e sexo 2015 (1.000 pessoas)

	Total			PEA			PNEA		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M
Brasil									
Total	161.792	77.386	84.406	104.835	58.950	45.884	56.958	18.436	38.522
Urbano	138.144	64.977	73.167	89.416	49.191	40.225	48.729	15.786	32.942
Rural	23.648	12.409	11.239	15.419	9.760	5.659	8.229	2.649	5.580
Piauí									
Total	2.428	1.180	1.248	1.697	938	759	731	241	489
Urbano	1.626	765	861	1.092	589	503	534	175	359
Rural	802	415	387	605	349	256	196	66	130

Fonte: IBGE, PNAD – 2015, Brasil e Piauí, Tabela 4.2.

(*) PEA: Pessoas Economicamente Ativas; PNEA: Pessoas Não-economicamente Ativas;

Quanto à população ocupada na semana de referência, no país, somavam 94,820 milhões de pessoas, de acordo com a Tabela 3.9. Em termos de situação de domicílio, 80,023 milhões de pessoas (84,4%) residiam em espaços urbanos e 14,797 milhões (15,6%) em áreas rurais. Os homens representavam 57,3%, e as mulheres, 42,7% dessa população.

O “nível de ocupação”, percentual entre a população ocupada (94,820 milhões) e o total de pessoas de 15 anos ou mais de idade (161,792 milhões), era de 58,6%.

No Piauí, com a PEA estimada em 1,697 milhão de pessoas, a população ocupada chegou a 1,572 milhão de pessoas; 1,434 milhão de pessoas (91,2%) com domicílio urbano e 138 mil pessoas (8,8%) com domicílio rural. Os homens formavam 56,0%, e as mulheres, 44,0% das pessoas ocupadas.

O nível de ocupação no estado, proporção das pessoas ocupadas (1,572 milhão) e o total de pessoas com 15 anos ou mais de idade (2,428 milhões) - 64,7% - também superava aquele do país, diferença esperada na comparação entre o país e uma região menos desenvolvida.

Ainda conforme a Tabela 3.9, é marcante a diferença das proporções entre a população ocupada com domicílio rural no país

e no estado, respectivamente 15,6% e 8,2%, apesar da maior proporção estadual de pessoas com 15 anos ou mais de idade residentes na zona rural. Isto é, no estado havia relativamente menos pessoas ocupadas residentes na zona rural do que no país.

Tabela 3.9 – Brasil e Piauí: pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por situação do domicílio e sexo 2015 (1.000 pessoas)

	Efetivo			Urbano			Rural		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Brasil	94.820	54.306	40.514	80.023	44.863	35.161	14.797	9.444	5.353
Piauí	1.572	880	692	1.434	797	637	138	83	55

Fonte: IBGE, PNAD – 2015, Brasil e Piauí, Tabela 4.9.

A distribuição das pessoas ocupadas segundo os grupamentos de atividades é mostrada na Tabela 3.10. No Brasil, as 94,820 milhões de pessoas ocupadas têm a seguinte distribuição: atividades agrícolas, 13,9%; indústrias, 21,6% e serviços, 64,5%. Essa distribuição reflete o processo histórico de modernização e a evolução como “economia emergente” nas últimas décadas. Predominam as ocupações relacionadas com as atividades dos setores da indústria e dos serviços, exercidas predominantemente em áreas urbanas.

No Piauí, a população ocupada (1,572 milhão de pessoas) se encontrava assim distribuída: atividades agrícolas, 32,1%; indústrias, 17,0%; e serviços, 50,9%. A permanência de um grande percentual de pessoas ocupadas em atividades agrícolas reflete as condições de subdesenvolvimento da economia estadual.

Por sua vez, as atividades dos setores de indústria e de serviços no estado não alcançam a participação que esses mesmos setores têm na economia do país, relativamente à oferta de oportunidades de trabalho.

Notar que havia 504 mil pessoas ocupadas na agropecuária, mas apenas 138 mil pessoas ocupadas tinham domicílio na zona rural (ver Tabela 3.9).

Lembrar a definição formal da situação “urbano” no Brasil, que abrange cidades: sedes de municípios; vilas: sedes de distritos e até mesmo povoados isolados. Lembrar também os movimentos de migração de curta distância, com destino a áreas urbanas próximas, para fins de residência, mas permanecendo a atividade agrícola como forma de atividade ou ocupação.

Parte da explicação para a grande diferença entre o produto *per capita*, ou a renda *per capita*, do estado e do país se encontra nessa distribuição da população ocupada, pois as atividades agrícolas ainda são realizadas com baixos padrões de produtividade e resultam em baixos níveis de remuneração.

Tabela 3.10 – Brasil e Piauí: pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal 2015 (1.000 pessoas)

Grupamentos de atividades	Brasil	%	Piauí	%
<u>Total</u>	94.820	100,0	1.572	100,0
<u>Agrícola</u>	13.171	13,9	504	32,1
<u>Indústria</u>	20.463	21,6	268	17,0
Indústria (outras)	713	0,8	3	0,1
Indústria de transformação	11.215	11,8	86	5,5
Construção	8.535	9,0	179	11,4
<u>Comércio e Serviços</u>	61.188	64,5	801	50,9
Comércio e reparação	17.222	18,2	266	16,9
Alojamento e alimentação	4.654	4,9	67	4,3
Transporte, armazenagem e comunicação	5.306	5,6	51	3,2
Administração pública	5.010	5,3	62	3,9
Educação, saúde e serviços sociais	10.330	10,9	149	9,5
Serviços domésticos	6.277	6,6	88	5,6
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4.061	4,3	47	3,0
Outras atividades	8.259	8,7	69	4,4
Atividades maldefinidas	69	0,1	2	0,1

Fonte: IBGE, PNAD – 2015, Brasil e Piauí, Tabela 4.23; elaboração do autor.

Outro dos resultados da PNAD compreende a classificação das pessoas ocupadas segundo a posição na ocupação, assim ordenadas (IBGE, 2016b, p.22-23):

- Empregado: pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), cumprindo jornada de trabalho e recebendo remuneração em dinheiro ou benefícios;
- Trabalhador doméstico: trabalhador que presta serviços em uma ou mais unidades domiciliares;
- Conta-própria: pessoa que explora o próprio empreendimento, sozinho ou com sócio, contando ou não com trabalhador não remunerado;
- Empregador: pessoa que explora o próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;
- Trabalhador na produção para o próprio consumo: pessoa que trabalha pelo menos durante uma hora por semana, em atividades agropecuárias, para a própria alimentação ou de membro da família;
- Trabalhador na construção para o próprio uso: pessoa que trabalha pelo menos durante uma hora por semana, na construção de edificações ou outras benfeitorias, para o próprio uso ou de membro da unidade familiar;
- Trabalhador não remunerado: pessoa que trabalha sem remuneração, pelo menos durante uma hora por semana, em ajuda a membro da família ou como aprendiz ou voluntário em organização beneficente.

A Tabela 3.11 traz os dados quanto às pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo a posição na ocupação no trabalho principal, no Brasil e no Piauí.

No Brasil, em 2015, 57,425 milhões de pessoas, 60,6% das pessoas ocupadas, eram empregados. Os empregadores formam o segundo contingente dessa classificação, com 21,771 milhões de pessoas, ou 23,0% das pessoas ocupadas no país. Em ambas as categorias, predominam os homens.

Na terceira categoria em termos de participação, os trabalhadores domésticos, com 6,277 milhões de pessoas, ou 6,6% dos ocupados, as mulheres são maioria (91,7%). Nas classes de

produção para o próprio consumo e de construção para o próprio uso, cujas participações somam 6,0% das pessoas ocupadas, as mulheres são também maioria.

Paralelamente, no Piauí, a posição de empregados também recebe o maior contingente (710 mil pessoas), mas com menor participação no total: 45,2%. A economia estadual oferece menos oportunidades nessa posição ocupacional. A classe dos empregadores é a segunda em representatividade, com 455 mil pessoas, ou 29,0% dos ocupados. Ambas majoritariamente ocupadas por homens.

No estado, os “trabalhadores na produção para o próprio consumo” formam a terceira categoria em volume de ocupados (180 mil pessoas), suplantando a categoria “trabalhadores domésticos” (88 mil pessoas) e a categoria “trabalhadores na construção para uso próprio” (88 mil pessoas). Todas essas três categorias são majoritariamente ocupadas por mulheres.

Adicionalmente, as pessoas que produzem para o próprio consumo (11,5%) ou constroem para o próprio uso (5,6%) somam 17,1% das pessoas ocupadas, participação muito superior àquela encontrada no país como um todo (6,0%).

Nessa distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação, também se pode encontrar outra maneira de explicar a grande diferença entre o produto *per capita* do estado e do país: parte significativa da população ativa e ocupada está envolvida em atividades de produção para o consumo ou de construção para o uso da própria pessoa ou de familiares.

Trata-se de fator de produção aplicado na esfera da subsistência e que, a rigor, sequer foi colocado no mercado. Além disso, o critério do tempo aplicado para considerar a atividade como ocupação - pelo menos uma hora por semana - é muito aberto e termina por dissimular a realidade de subemprego do fator trabalho e de ausência de oportunidades no mercado de trabalho.

Tabela 3.11 - Brasil e Piauí: pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo a posição na ocupação no trabalho principal 2015 (1.000 pessoas)

	Brasil			Piauí		
	T	H	M	T	H	M
Total	94.820	54.306	40.514	1.571	880	691
Empregados	57.425	34.093	23.332	710	458	252
Trabalhadores domésticos	6.277	519	5.758	88	6	82
Conta própria	3.551	2.580	970	48	37	11
Empregadores	21.771	14.731	7.041	455	286	169
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	3.616	1.543	2.074	180	57	123
Trabalhadores na construção para o próprio uso	2.076	754	1.322	88	35	53
Não remunerados	103	86	18	2	1	1
						%
Total	100,0	57,3	42,7	100,0	56,0	44,0
Empregados	60,6	59,4	40,6	45,2	64,5	35,5
Trabalhadores domésticos	6,6	8,3	91,7	5,6	6,8	93,2
Conta própria	3,7	72,7	27,3	3,1	77,1	22,9
Empregadores	23,0	67,7	32,3	29,0	62,9	37,1
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	3,8	42,7	57,3	11,5	31,7	68,3
Trabalhadores na construção para o próprio uso	2,2	36,3	63,7	5,6	39,8	60,2
Não remunerados	0,1	83,5	17,5	0,1	50,0	50,0

Fonte: IBGE, PNAD – 2015, Brasil e Piauí, Tabela 4.23; elaboração do autor.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) conduz a pesquisa Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizando, para cada unidade da federação, a evolução do estoque de emprego formal por setor de atividade econômica, dentre outras informações. Empregos formais são aqueles com contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)

ou contratos de trabalho conforme estatutos de órgãos da administração pública (federal, estadual ou municipal).

A Tabela 3.12 mostra a evolução do estoque de empregos formais no Brasil e no Piauí, no período de 2006 a 2016, com base nos dados da RAIS.

No Brasil, pode-se identificar uma tendência de crescimento do emprego até o ano de 2010, a partir de quando os estoques anuais são decrescentes. Nos últimos dois anos da série, houve redução absoluta do estoque de empregos formais no país, respectivamente, -3,05% e -4,16%.

A evolução do estoque de empregos no Piauí apresenta evolução um pouco diferente daquele do país: há pequena defasagem inicial na tendência de crescimento do emprego, que se prolonga por mais tempo, até o ano de 2013; a tendência de queda ocorre a partir de então, com redução absoluta do emprego em 2016 (-4,14%).

Tabela 3.12 – Brasil e Piauí: estoque e variação anual do emprego formal 2006-2016

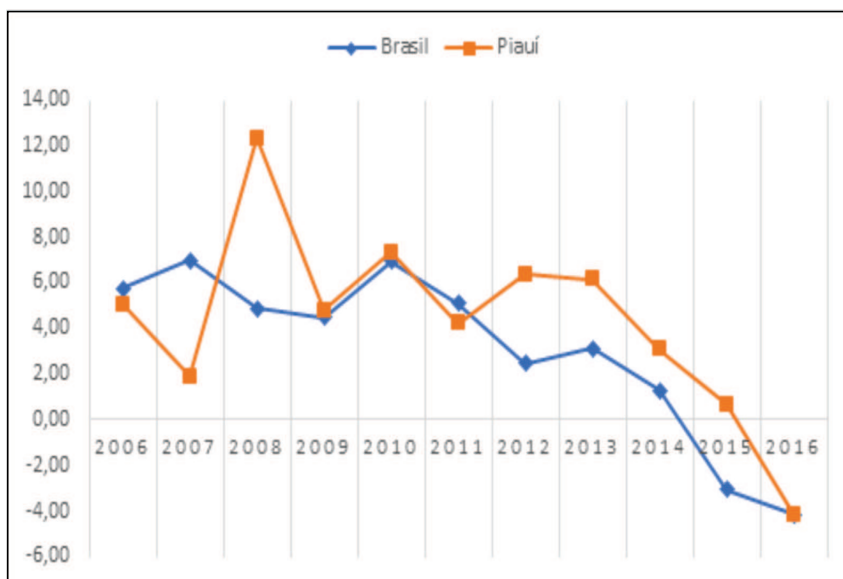
Ano	Brasil	%	Piauí	%
2005	33.238.617		279.198	
2006	35.155.249	5,77	293.248	5,03
2007	37.607.430	6,98	298.831	1,90
2008	39.441.566	4,88	335.632	12,31
2009	41.207.546	4,48	351.701	4,79
2010	44.068.355	6,94	377.463	7,32
2011	46.310.631	5,09	393.363	4,21
2012	47.458.712	2,48	418.380	6,36
2013	48.948.433	3,14	444.121	6,15
2014	49.571.510	1,27	457.730	3,06
2015	48.060.807	-3,05	460.776	0,67
2016	46.060.198	-4,16	441.693	-4,14

Fonte: elaboração do autor com base nos dados do MTE/RAIS (relatórios 2006 a 2016).

A Figura 3.1 abaixo ilustra essa tabela. O comportamento do emprego formal é variável dependente de crescimento econômico. Sendo assim, essa série reflete a situação de crise enfrentada pelo país, decorrente da redução do ritmo do crescimento da economia.

Como afirmou-se anteriormente, as crises econômicas alcançam de maneira diferenciada as diversas regiões de um país. O Estado do Piauí – e a Região Nordeste, de forma agregada - apresentou um ritmo de crescimento superior ao do país, nos últimos anos, e por esse motivo manteve a oferta de empregos formais por mais tempo, até ser alcançado pela recessão.

Figura 3.1 – Brasil e Piauí: variações anuais do estoque de empregos formais 2006-2016



Fonte: elaboração do autor com base nos dados do MTE/RAIS (relatórios 2006 a 2016).

CAPÍTULO 4

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÕES DE INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ

4.1 PLANO PLURIANUAL 2016-2019 E PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS

O setor público tem no Plano Plurianual (PPA) o instrumento de planejamento e programação econômica que define diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e as despesas relativas a programas de duração continuada, no horizonte temporal de quatro anos, abrangendo três anos de um mandato e o primeiro ano do governo seguinte, quando o plano deve ser novamente elaborado.

No governo federal, vigora o Plano Plurianual 2016-2019, estabelecido pela Lei n. 13.249, de 13 de janeiro de 2016. Os investimentos na área econômica foram consolidados por meio de dois programas: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Programa de Investimentos em Logística (PIL), ambos com iniciativas que alcançam o Estado do Piauí. O PIL será abordado no terceiro tópico deste capítulo.

O PAC é o maior programa de investimentos do governo federal implementado nas últimas décadas. Foi criado pelo Decreto n. 6.025, de 22 de janeiro de 2007 (PRESIDÊNCIA, 2007), com abrangência nas áreas de logística (rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos), energia (geração e transmissão de energia elétrica, óleo e gás natural, energias renováveis e indústria naval) e infraestrutura social e urbana (habitação, mobilidade, áreas de risco, saneamento, recursos hídricos, equipamentos sociais, pavimentação, patrimônio histórico e eletrificação).

Envolve despesas diretas do governo federal e linhas de financiamento para o setor público, entidades não-governamentais, empresas e pessoas físicas.

Conforme relatório do MPDG (2018a), encontra-se em curso a terceira fase de execução do programa: 2015-2018, com indicação de despesas a serem realizadas após esse período. As duas primeiras fases compreenderam, respectivamente, os anos de 2007-2010 e 2011-2014.

O sexto balanço de execução do programa no Estado do Piauí (MPDG, 2018b) aponta que no período 2015-2018 foram aplicados ou comprometidos recursos da ordem de R\$ 9,50 bilhões, em empreendimentos específicos do estado ou em iniciativas de interesse regional, com despesas realizadas no território estadual. Indica ainda o comprometimento do gasto de mais R\$ 2,93 bilhões nos próximos anos.

A Tabela 4.1 apresenta essas despesas, segundo os principais eixos de intervenção do programa: infraestrutura logística, infraestrutura energética e infraestrutura social e urbana.

Tabela 4.1 – Piauí: investimentos exclusivos e investimentos regionais comprometidos, segundo os eixos de intervenção, na terceira fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

	Exclusivos		Regionais	
	2015-2018	Pós-2018	2015-2018	Pós-2018
Logística	1.062,70	943,43	568,61	-
Energia	6.481,63	-	170,28	11,90
Social e urbana	1.214,41	1.973,77	0,95	3,84
	8.758,74	2.917,20	740,84	15,74

Fonte: MPDG, PAC 6º Balanço, Piauí, p.4.

No caso da infraestrutura logística, os investimentos exclusivos em rodovias alcançaram R\$ 1.042,70 milhão, entre 2015 e 2018, estando previstos R\$ 941,43 milhões para o período pós-2018. Compreenderam a elaboração de estudos e projetos executivos, a adequação de plataformas, a construção de acessos e a

manutenção, pavimentação ou sinalização de rodovias. Foram aplicados também R\$ 20,0 milhões na preparação e início da construção de um terminal de passageiros no aeroporto do município de Bom Jesus. Quanto aos investimentos de caráter regional, foram aplicados R\$ 568,61 milhões na construção da Ferrovia Transnordestina, trecho Trindade (PE)/Eliseu Martins (PI).

No setor de infraestrutura energética, houve investimentos de R\$ 6.299,73 milhões na geração de energia elétrica, com a continuidade da implantação de usinas eólicas nos complexos Porto do Delta, Testa Branca, Santa Joana, Santo Augusto, São Vicente e São Virgílio; e de usinas fotovoltaicas (complexos Nova Olinda, Sertão e Sobral), bem como a licitação de uma usina termelétrica de biomassa em Canto do Buriti. Foram aplicados também R\$ 181,90 milhões na extensão das linhas de transmissão Teresina II, Teresina III, Gilbués II, Bom Jesus II e Eliseu Martins.

Em termos de empreendimentos regionais, a realização da segunda fase da pesquisa exploratória de petróleo e gás natural na Província Sedimentar do Parnaíba, nos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Tocantins. Entre 2015 e 2018, foram aplicados R\$ 171,28 milhões, estando previstos mais R\$ 11,90 milhões para os próximos anos.

Os investimentos em infraestrutura social e urbana compreenderam iniciativas para urbanização de assentamentos precários, mobilidade urbana, saneamento, prevenção em áreas de risco, pavimentação de vias urbanas, cidades históricas, turismo, “cidades digitais”, eletrificação rural, recursos hídricos e equipamentos sociais. A tabela 4.2 indica a distribuição das despesas segundo esses componentes.

Tabela 4.2 Piauí: estimativa dos investimentos exclusivos comprometidos no eixo infraestrutura social e urbana na terceira fase do PAC (R\$ milhões)

	2015-2018	Pós 2018
Urbanização de assentamentos precários	37,67	46,02
Mobilidade urbana	215,01	558,49
Saneamento	163,53	185,67
Prevenção em áreas de risco	-	-
Pavimentação de vias urbanas	64,39	39,43
Cidades históricas	10,33	28,64
Turismo	0,58	-
“Cidades digitais”	5,77	1,80
“Luz para Todos”	375,58	-
Recursos hídricos	128,89	615,35
Equipamentos sociais	174,18	135,88

Fonte: MPDG, PAC 6º Balanço, Piauí, p.16

Nesse eixo do PAC, o componente mobilidade urbana envolve o maior volume de investimentos: R\$ 773,51 milhões; R\$ 558,49 dos quais a serem aplicados depois de 2018. Destinam-se principalmente ao financiamento de obras e serviços de transportes e mobilidade no município de Teresina. Serão aplicados na elaboração de projetos básicos e estudos de viabilidade, na implantação de corredores de ônibus e de uma linha do veículo leve sobre trilhos (VLT).

Na segunda posição, o componente Recursos Hídricos, ao qual foram alocados R\$ 744,24 milhões, abrangendo intervenções como elaboração de estudos e projetos, implantação de adutoras, construção de barragens, ampliação de perímetros de irrigação, sistemas de esgotamento sanitário, ligações domiciliares de esgotos, recuperação e controle de processos erosivos em áreas selecionadas e recuperação de barragens.

4.2 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE): PROGRAMAÇÃO 2018

A política de desenvolvimento regional do Brasil conta com três tipos principais de instrumentos de financiamento:

- fundos constitucionais de financiamento: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO);
- fundos de desenvolvimento regional: Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO); e
- incentivos fiscais: redução, isenção ou refinanciamento do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); depreciação acelerada restituída e desconto dos créditos da contribuição para o Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), conforme relatório do Ministério da Integração (MIN, 2015).

A programação desses instrumentos é feita de forma compartilhada com a participação do Ministério da Integração (MIN); das superintendências de desenvolvimento regional: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO); e dos bancos regionais: Banco da Amazônia (BASA), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco do Brasil (BB), respectivamente, conforme a região de localização do empreendimento ou iniciativa beneficiada.

No caso do Estado do Piauí, tendo em vista a investigação das perspectivas de investimentos nos próximos anos, discute-se a programação do principal desses instrumentos na região Nordeste: o FNE.

O FNE é formado por 1,8% da arrecadação do IRPJ e do Imposto sobre a Produção Industrial (IPI) mais os reembolsos dos beneficiários do crédito. Em dezembro de 2017, as contratações alcançaram R\$ 12,3 bilhões em operações que ocorreram em todos os municípios da área de abrangência do fundo, conforme o relatório do BNB (2018).

Constituem diretrizes gerais da programação 2018 a articulação dos programas do fundo com a política nacional de desenvolvimento regional, a destinação de pelo menos 4,5% dos recursos disponíveis para cada estado da região, o tratamento favorecido aos pequenos produtores rurais, a atenção com espaços prioritários (semiárido, municípios de baixa renda e regiões integradas de desenvolvimento) e a vedação do financiamento de máquinas com índice de nacionalização inferior a 50%.

A estimativa do total de recursos disponíveis para a programação do corrente ano (2018) chega a R\$ 30,0 bilhões, sendo R\$ 14,8 bilhões em programas setoriais (agricultura, pecuária, indústria, agroindústria, turismo, comércio e serviços), R\$ 14,5 bilhões em projetos e infraestrutura e R\$ 700 milhões destinados ao Programa de Financiamento Estudantil (FIES).

Considerando a distribuição histórica das aplicações do FNE, as oportunidades de investimentos já identificadas na região e o marco regulatório dos fundos constitucionais, foi possível projetar a distribuição dos financiamentos por estado e por setor de atividade, como pode ser visto na Tabela 3.3. Ainda não há projeção da distribuição dos recursos para projetos de infraestrutura e para o FIES.

Ao Piauí poderá caber 8,4% desses recursos, cerca de R\$ 1,2 bilhão em projetos setoriais. Essa programação considera ainda a indicação de aplicar pelo menos R\$ 275,0 milhões nos quatorze municípios que formam a região integrada de desenvolvimento de Teresina/Timon. A distribuição dessa projeção de financiamentos pelos setores de atividades também é mostrada na Tabela 3.3.

Lembrar que os recursos do FNE, de acordo com o programa setorial, podem ser reembolsados em até 20 anos. Portanto, esse é o horizonte de desdobramentos dessas programações na economia regional.

Tabela 4.3 – FNE 2018: projeção de financiamentos por estado e por setor de atividades (R\$ milhões)

	Agric.	Pec.	Ind.	Agroind.	Turismo	Com. e Serviços	Total	%
AL	110	125	140	35	95	160	665	4,5
BA	1.105	540	630	35	100	955	3.365	22,7
CE	300	500	600	30	100	750	2.280	15,4
ES	55	35	60	125	10	65	350	2,4
MA	475	455	255	20	25	305	1.535	10,4
MG	155	285	165	5	10	255	875	5,9
PB	50	230	190	25	60	310	865	5,8
PE	310	360	535	130	140	680	2.155	14,6
PI	590	210	30	15	40	355	1.240	8,4
RN	80	150	90	15	50	420	805	5,4
SE	135	110	120	85	30	185	665	4,5
Total	3.365	3.000	2.815	520	660	4.440	14.800	100,0

Fonte: BNB, Programação FNE 2018, p. 16.

4.3 INDICAÇÕES DE INVESTIMENTOS DECORRENTES DE PROCESSOS DE DESESTATIZAÇÃO

Como visto anteriormente, o Programa de Investimentos em Logística (PIL) é indicado como um dos programas de investimentos do PPA 2016-2019 do governo federal. Trata-se apenas de um rótulo adotado por uma administração para se referir a uma iniciativa já existente no âmbito do governo federal: o Programa Nacional de Desestatização (PND), criado pela Lei n. 8.031, de 12 de abril de 1990.

Conforme relatório do BNDES (1992), o PND foi constituído com o objetivo de redefinir a posição do Estado na economia e transferir para a iniciativa privada atividades que por ela pudessem ser exploradas, permitindo o controle dos gastos e o reforço da atuação do setor público onde sua atuação é insubstituível. Unidades da federação também definiram programas de desestatização, acompanhando essa iniciativa do governo federal.

Para fins de direção do programa, criou-se o Conselho Nacional de Desestatização (CND), vinculado à Presidência da República, assim como o Fundo Nacional de Desestatização (FND), gerido pelo BNDES, para depósito das ações ou cotas de propriedade emitidas por sociedades que tenham sido incluídas no programa.

Ao longo de sua existência, conforme relatório do BNDES (2016), o PND concluiu dezenas de processos de desestatização nos setores de siderurgia, química e petroquímica, fertilizantes, energia elétrica, rodovias, ferrovias, portos, mineração, petróleo e gás, finanças e telecomunicações.

Alguns desses processos alcançaram organizações do Estado do Piauí, no caso do Banco do Estado do Piauí (BEP), incorporado ao Banco do Brasil, e das privatizações da empresa Telecomunicações do Piauí S.A. (TELEPISA), que passou a integrar a Telemar Norte Leste S.A, atual Oi; e da Malha Nordeste da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), transferida para a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), também objeto da desestatização e propriedade de um consórcio de empresas.

Em termos conceituais, a desestatização é venda de ativos ou a transferência da prestação de serviços para a iniciativa privada. Sendo assim, compreende dois processos principais: a) privatização, venda de empresa estatal com a passagem do controle dos ativos em definitivo; b) concessão e parceria público-privada, que é a transferência da prestação de serviços à iniciativa privada, por tempo determinado.

O regime de concessões de obras públicas e de serviços públicos e a permissão de serviços públicos, previstos na Constituição Federal, regem-se pela Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Há três modalidades principais de concessão, considerando a remuneração do concessionário mediante a cobrança de tarifas ou outras receitas e a previsão de algum tipo de pagamento por parte do ente público: a) concessão comum: casos em que a cobrança de tarifas ou outras receitas é suficiente para remuneração do concessionário; b) concessão patrocinada: casos em que a cobrança de tarifas ou outras receitas não é suficiente e há pagamentos do setor público para remuneração do concessionário; e c) concessão

administrativa: sem cobrança de tarifas e com pagamentos do setor público para remuneração do concessionário.

A parceria público-privado, criada pela Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, é um contrato de prestação de serviços de médio ou longo prazos, nas modalidades concessão patrocinada ou administrativa, em que a implantação da infraestrutura necessária para a prestação do serviço contratado dependerá de iniciativa do setor privado.

Retornando ao programa de investimentos previsto no PPA 2016-2019, o PIL foi lançado pelo governo federal em agosto de 2012, como parte de um esforço para elevar os investimentos no país com a participação da iniciativa privada, conforme relatório do Ministério da Fazenda (2013).

Esse programa é um conjunto de concessões em logística de transportes que pode trazer investimentos privados em projetos de infraestrutura e na prestação de serviços correlatos, abrangendo rodovias, ferrovias, aeroportos e terminais portuários.

Nos demais setores, deu-se continuidade ao PND, mediante rodadas de licitações, em regime de concessões ou de partilha de produção, no segmento de petróleo o gás, e leilões de concessões nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a partir de fontes hidráulica, eólica, solar fotovoltaica e outras.

Essas iniciativas enfrentaram muitas resistências em setores da sociedade (inclusive dentro do governo) e dependeram da reelaboração do marco regulatório na área de concessões e de parcerias público-privada.

Dentre as medidas de estímulo ao investimento, a oferta de crédito com redução da taxa de juros, a desoneração tributária e o uso de novos instrumentos de financiamento, como as debêntures de infraestrutura e os fundos de investimentos em direitos creditórios, segundo o Ministério da Fazenda (2013).

Grande parte dos investimentos realizados nas áreas de logística e de energia pelo PAC utilizou esse modelo de concessões e parcerias público-privadas, articulando despesas diretas e/ou financiamento do setor público em empreendimentos a serem executados e operados por empresas privadas.

Os avanços já alcançados nos processos de desestatização e o baixo ritmo de crescimento da economia do país levaram a uma mudança de enfoque na atuação governamental, com ênfase na atração de investimentos da iniciativa privada para a realização de projetos de exploração de recursos naturais, implantação de infraestruturas e operação de serviços.

Pela Lei n. 13.334, de 13 de setembro de 2016, criou-se o Programa de Parcerias para Investimentos (PPI), vinculado à Presidência da República, com o objetivo de ampliar a interação entre o Estado e a iniciativa privada e, mediante contratos de parceria, promover a realização de empreendimentos de interesse público e de outras medidas de desestatização.

Para fins de administração do programa, criou-se também o Conselho do Programa de Parcerias para Investimentos (CPPI), a Secretaria do PPI (SPPI) e o Fundo de Apoio à estruturação de Parcerias (FAEP), a ser gerenciado pelo BNDES. Ao conselho foram atribuídas as funções de órgão gestor de parcerias público-privadas federais, assim como aquelas antes atribuídas ao Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes e ao Conselho Nacional de Desestatização.

Ampliou-se o entendimento a respeito dos contratos de parceria, que agora abrangem a concessão comum, a concessão patrocinada, a concessão administrativa, a concessão setorial, a permissão de serviços públicos, o arrendamento de bens públicos, a concessão de direito real e outros negócios público-privados que por suas características requeiram estrutura jurídica semelhante.

De acordo com a secretaria do programa (SPPI, 201?), medidas complementares foram adotadas para melhorar o ambiente de negócios no país, procurando-se garantir a permanência das regras estabelecidas, de forma a promover a previsibilidade nos mercados e a segurança jurídica dos contratos firmados.

O PPI abrange todos os processos de privatização e de concessões de interesse do governo federal, em diversos setores da economia (novos contratos e renovações de contratos). Na área de transportes, concessões de aeroportos; terminais de cargas, de combustíveis e de outros produtos específicos, trechos de rodovias

e ferrovias; no setor de energia, a concessão de campos marginais ou de blocos exploratórios de petróleo e gás, de usinas hidrelétricas e de linhas de transmissão e a privatização de distribuidoras regionais de energia; e ainda a concessão de direitos minerários para exploração de carvão, chumbo, cobre, fosfato e zinco.

Compreende também a contratação de estudos de viabilidade na área de transportes e a elaboração de estudos especializados para estruturação de contratos de parceria e de processos de privatização em empreendimentos de iluminação pública e de saneamento (abastecimento de água e esgotamento sanitário) junto a municípios e unidades da federação, de acordo com relatório do programa (SPPI. 2017).

Como já foi visto, o Estado do Piauí foi alcançado por iniciativas de desestatização e de expansão dos investimentos em infraestrutura, ocorridos nas duas últimas décadas, tanto no PND como no PAC, pelo qual foram realizados investimentos exclusivos, como a pavimentação de rodovias e a reforma do porto de Luís Correia; bem assim investimentos de interesse regional, a exemplo de linhas de transmissão de energia elétrica e da Ferrovia Transnordestina.

Na vigência do PPI, conforme balanço daquele programa, relativo ao ano de 2017 (SPPI, 2018), o estado foi alcançado pelas seguintes iniciativas: a) 14ª Rodada de Licitações de Exploração de Petróleo e Gás Natural sob Regime de Concessão, cujo leilão foi realizada em 27/09/2017; e b) Leilão ANEEL 5/216 e Leilão ANEEL 2/217, realizados nos dias 11/08/2017 e 15/12/2017, respectivamente, para concessão de lotes de linhas de transmissão.

Aconteceu também a privatização da CEPISA/Eletronor Distribuição Piauí, objeto do Leilão n. 2/2018-PPI/PND (BNDES, 2018), ocorrido no dia 26/07/2018, quando a Equatorial Energia adquiriu o controle acionário e a concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica associado a essa distribuidora, conforme nota de fato relevante publicada por essa companhia (EQUATORIAL ENERGIA, 2018).

CAPÍTULO 5

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÕES DE INVESTIMENTOS DO ESTADO DO PIAUÍ E DO MUNICÍPIO DE TERESINA

5.1 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO PIAUÍ – PDES-PI 2050

Em 2013, a Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN-PI) firmou contrato de consultoria com a empresa Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios Ltda., sediada em São Paulo, SP, com o objetivo de prestação de serviços técnicos especializados para elaboração do “Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí”. Transcorria o governo Wilson Martins/José Filho, gestão 2011/2014.

Conforme o plano de trabalho correspondente (DIAGONAL, 2013), esse contrato tem como objetivos específicos:

Mapeamento das fragilidades, oportunidades e necessidades de recursos humanos, ambientais e de infraestrutura nas onze regiões (do que precisamos?).

Definição da visão de futuro para o Piauí a partir dos setores elencados e das necessidades regionais. Onde queremos chegar?

Condicionantes políticos, sociais e econômicos (nacionais e internacionais) que podem afetar a consecução dos objetivos: construção de cenários: otimista, factível, pessimista (o que pode nos constranger e o que pode nos impulsionar?)

Como chegar lá? Definição de estratégia de implantação dos projetos estratégicos, avaliação de resultados parciais, correções de rumo e desembaraço de entraves burocráticos-institucionais (DIAGONAL, 2013, p.4).

Portanto, esses trabalhos foram elaborados segundo uma metodologia de planejamento estratégico participativo, com envolvimento do governo e da sociedade civil, numa perspectiva de longo prazo, compreendendo a elaboração de uma visão de futuro, a definição de diretrizes, a seleção de ações estratégicas e a indicação de medidas de implantação, acompanhamento, revisões e ajustes do plano, frente às mudanças nas situações reais.

Segundo o relatório PDES-PI Tomo I (DIAGONAL, 2015a), a equipe envolvida no projeto foi composta por 45 profissionais com formação em diversas áreas e experiência em atividades relacionadas ao planejamento econômico territorial. Essa equipe dedicou-se ao conhecimento da sociedade e do território piauiense para analisar de forma crítica as suas oportunidades de desenvolvimento e as alternativas a serem percorridas.

O diálogo com a sociedade deu-se mediante entrevistas com profissionais atuantes no setor público, em instituições de ensino e pesquisa, em organizações da sociedade civil e junto a formadores e opinião. Foram realizados três seminários gerais em Teresina e dez seminários em outras cidades, sedes dos territórios de desenvolvimento estabelecidos no estado

Como se verá adiante, essa divisão regional estabelecida pelo governo do estado para fins de planejamento participativo tem como principais classes as macrorregiões e os “territórios de desenvolvimento”. São elas: a) Macrorregião Litoral: Planície Litorânea; b) Macrorregião Meio-Norte: Cocais, Carnaubais, Entre Rios; c) Macrorregião Semiárido: Vale do Sambito, Vale do Rio Guaribas, Vale do Rio Canindé e Serra da Capivara; e d) Macrorregião Cerrados: Vales dos rios Piauí e Itaueira, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Chapada das Mangabeiras.

Nesse processo participativo, conforme o relatório (DIAGONAL, 2015a), foi construída a “Visão de Futuro para o Piauí 2050” – “Piauí desenvolvido com sustentabilidade econômica, política, cultural, ambiental e social” – e discutidos os potenciais indutores de desenvolvimento do estado: assim explicitados: turismo pujante, investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação; infraestrutura de energia, logística e transportes; agronegócio

integrado, oportunidades empresariais e valorização do pequeno produtor rural.

Foram discutidos também vinte segmentos estratégicos da economia piauiense apontados pelo governo estadual, dentre os quais foram selecionados como prioritários os segmentos agronegócio, energia elétrica e combustíveis (fontes renováveis e não-renováveis), infraestrutura de transportes e logística, mineração e turismo.

Conforme análise econômica elaborada pela empresa, investimentos nesses segmentos teriam maior capacidade de induzir novos investimentos dentro de cadeias produtivas específicas (produção de insumos, agropecuária, indústria, distribuição, varejo e consumidor final), de forma a proporcionar efeitos propagadores e estímulos na economia da região.

Dentro desses segmentos prioritários, as discussões levaram a uma carteira de 66 projetos, de acordo com o relatório PDES-PI 2050 Tomo II (DIAGONAL, 2015b, Tabela 1, p. 45). Esses projetos prioritários foram localizados nos onze territórios de desenvolvimento e foram objeto de análises preliminares da viabilidade técnica, econômica, ambiental e institucional. Os apêndices desse volume da consultoria tratam dos aspectos conceituais e metodológicos dessas análises.

De forma resumida, no segmento do agronegócio, a carteira abrange projetos de expansão da produção agrícola de grãos (soja e milho) e projetos de agregação de valor mediante o beneficiamento dessa produção.

Na atividade mineradora, projetos de exploração de minerais não-metálicos voltados para a agricultura (calcário e fosfato) e a construção civil (calcário), bem assim projetos de exploração de minerais metálicos: cobre, níquel e ferro.

Os projetos para fins de geração de energia e produção de combustíveis abrangem oportunidades de investimentos como a implantação de centrais de geração de energia a partir de fontes renováveis ou fósseis: eólica, fotovoltaica solar e térmica (biomassa e gás natural); e a produção de biodiesel e etanol (biomassa).

No segmento do turismo, a ampliação dos meios de hospedagem, dos estabelecimentos de alimentação e de outros equipamentos específicos.

A carteira de projetos no segmento de transportes e logística abrange as seguintes oportunidades:

- Rodovias: construção de rodoanéis em trechos das principais rodovias (15 projetos); melhoramentos, alargamentos e duplicações em trechos rodoviários -Teresina/Parnaíba/Luís Correia e Teresina/Estaca Zero (entroncamento BR 316-BR 343); construção da Rodovia PI 197 – Transcerrados e ligação com a BR 135;
 - Ferrovias: a) implantação da Ferrovia do Meio Norte do Brasil (FMNB), ligando Luís Correia à Ferrovia da Integração Oeste/Leste (FIOL), em Barreiras (BA), com os seguintes trechos: Luís Correia/Parnaíba/Altos, Altos/Transnordestina, Eliseu Martins/Barreiras (BA); b) ligação da Transnordestina com a Ferrovia Norte-Sul: Eliseu Martins/Porto Franco (MA)/entroncamento FNS;
 - Porto: conclusão do Porto Marítimo de Luís Correia e implantação de retroáreas portuárias;
 - Aeroportos: internacionalização dos aeroportos de Teresina e Parnaíba e construção e operação de terminais de carga.
- Quanto a essa carteira de projetos, afirma-se no PDES-PI:

O objetivo da carteira de projetos de investimentos é, portanto, aumentar a integração econômica do Piauí com: (a) Região Nordeste. (b) Brasil e (c) resto do mundo. Partindo-se do diagnóstico histórico da necessidade de integração longitudinal do Piauí e da necessidade de um porto que pudesse ampliar exportações e importações, a carteira se estrutura por meio dos investimentos em infraestrutura, particularmente nos projetos do Porto de Luís Correia e da Ferrovia do Meio Norte Brasileiro. Em síntese, a carteira de investimento prevê um conjunto de projetos de infraestrutura de transporte e logística, que provenham suporte para as atividades produtoras de insumos e bens intermediários (como minérios, grãos, biomassa, biocombustíveis, energia elétrica etc.) e serviços finais aos consumidores (turismo). De forma complementar, a produção de insumos, bens intermediários e serviços finais geram necessidades de armazenagem, transbordo e viagens de carga e de pessoas

– que viabilizam econômica e financeiramente a infraestrutura implantada. [...] (DIAGONAL, 2015b, p. 39)

Portanto, o PDES-PI constitui uma proposta de planejamento econômico de longo prazo, com horizonte no ano de 2050, que indica caminhos para a promoção continuada da atividade econômica, priorizando investimentos em infraestrutura e em cadeias produtivas selecionadas (agronegócio, mineração, energias renováveis e gás natural e turismo). O crescimento dessas atividades poderá trazer agregação de valor e internalização de renda no estado, permitindo a sua integração econômica com a Região Nordeste, o Brasil e a economia exterior.

5.2 PIAUÍ: PLANO PLURIANUAL 2016-2019 E PROGRAMA DE CONCESSÕES E PARCERIAS

O Plano Plurianual 2016-2019 do Estado do Piauí foi instituído pela Lei n. 6.751, de 29 de dezembro de 2015. Prevê um gasto total de R\$ 53,36 bilhões nesse período, a serem aplicados em programas temáticos, relacionados à oferta de bens e serviços à sociedade, e em programas de gestão, reunindo atividades diretas de apoio à atuação governamental, de acordo com o relatório SEPLAN (2015).

Esse plano indica a despesa global e deixou para os orçamentos anuais a especificação das despesas de custeio e das despesas de capital. Contudo, em vista dos setores de investimentos, é possível inferir que essas despesas de capital têm como principal fonte e se referem aos programas do governo federal, a exemplo do PAC.

Os programas temáticos envolvem R\$ 29,03 bilhões, correspondentes a 52,4% dessa previsão de gastos; aos programas de gestão foram alocados R\$ 26,33 bilhões, ou 47,6% dos recursos do plano plurianual. A Tabela 5.1 indica os 45 programas que compõem o PPA 2016-2019.

Tabela 5.1 – Piauí: programas temáticos (T) e programas de gestão (G) integrantes o Plano Plurianual 2016-2019 (R\$ 1.000,00)

Código	Programa	Tipo	Recursos
01	Gestão moderna orientada para resultados	G	848.949
02	Modernização tecnológica do estado do Piauí	T	72.500
03	Saúde pública com acesso e qualidade para todos	T	4.120.854
04	Assistência, inclusão social e garantia de direitos	T	209.183
05	Garantia dos direitos e inclusão da pessoa com deficiência	T	46.215
06	Piauí, segurança e cidadania	T	185.191
07	Piauí com segurança	T	144.700
08	Justiça com educação, trabalho e humanização	T	169.300
09	Gestão de risco e resposta a desastres	T	209.710
10	Universidade de qualidade para todos	T	306.456
11	Fortalecimento e expansão da educação profissional	T	607.154
12	Educação e desenvolvimento social inclusivo e sustentável	T	4.110.405
13	Desenvolvimento do esporte educacional, de lazer e rendimento	T	300.289
14	Cultura, promoção, preservação e acesso	T	156.250
15	Ciência, tecnologia e inovação	T	199.540
16	Turismo e sustentabilidade	T	168.300
17	Piauí sustentável	T	559.622
18	Moradia digna	T	2.162.778
19	Saneamento, direito de todos	T	3.260.483
20	Desenvolvimento e integração dos transportes e logística	T	6.538.444
21	Infraestrutura e qualidade de vida	T	1.668.938
22	Piauí produtivo e sustentável - Agricultura familiar	T	749.436
23	Piauí produtivo e sustentável – Agronegócio	T	164.348
24	Terra para quem produz	T	31.192
25	Viver bem no Semiárido	T	195.300
26	Qualificação, trabalho e renda	T	193.050
27	Avança Piauí	T	235.293
28	Energias renováveis para o desenvolvimento	T	5.388
29	Mineração para o desenvolvimento sustentável	T	3.620
30	Trânsito seguro	T	15.780
31	Viva sem drogas	T	58.325
32	Jovem é para viver	T	3.550
33	Mais mulher	T	31.696
80	Gestão e manutenção do Poder Legislativo	G	1.359.405

Fonte: SEPLAN, PPA 2016-2019, p. 97.

Dentre os programas temáticos, destacam-se pelo volume de recursos envolvidos os programas de transportes e logística (R\$ 6,54 bilhões), saúde (R\$ 4,12 bilhões), educação (R\$ 4,11 bilhões), saneamento (R\$ 3,26 bilhões), habitação (R\$ 2,16 bilhões) e infraestrutura urbana e rural (R\$ 1,67 bilhão). É possível afirmar que parte significativa desses recursos está relacionada com os investimentos do PAC.

Na área de transportes e logística, estavam previstas as seguintes iniciativas: a) transporte rodoviário: pavimentação de trechos de rodovias estaduais que dão acesso à região dos cerrados; melhorias em rodovias de interesse turístico, construção de pontes e elevados em áreas urbanas, duplicação de trechos de rodovias que dão acesso à capital e construção de anéis viários; b) transporte ferroviário: ampliação da malha ferroviária de passageiros em Teresina dos atuais 13,6 km para 31 km de linhas; promoção de estudos para revitalização de linhas férreas no interesse do transporte de passageiros (linha Codó-Caxias-Timon-Teresina-Altos; linha Altos-Luís Correia e linha Teresina-Simplicio Mendes); c) transporte aéreo: reforma e melhorias dos aeroportos de Teresina, Parnaíba e São Raimundo Nonato e de aeródromos de pequeno porte no interesse da aviação regional.

O programa de infraestrutura urbana e rural prevê como principais projetos: implantação de 120 sistemas simplificados de abastecimento de água (perfuração, equipamento e instalação de poço tubular); implantação do Sistema Adutor do Sudeste do Piauí; construção de dez novas barragens e manutenção de 28 barragens sob supervisão do governo do estado em municípios piauienses; obras de macrodrenagem na cidade de Oeiras e pavimentação poliédrica de vias urbanas em diversas cidades do estado.

No Estado do Piauí, o Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP Piauí) foi criado pela Lei n. 5.494, de 19 de setembro de 2005. Normas posteriores atualizaram o programa com as mudanças na legislação federal e desenharam a estrutura de governança em vigor: Conselho Gestor do PPP (CGP), vinculado à chefia do executivo; Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP), em conta específica junto à instituição gestora das contas do Estado; e Superintendência de Parcerias e Concessões (SUPARC),

órgão da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEADPREV).

O processo de estabelecimento de uma parceria público-privada segue, sinteticamente, quatro etapas: seleção de projetos e estudos de viabilidade, chamamento e diálogo público, licitação e contratação. Na carteira de projetos da SUPARC, encontravam-se os seguintes projetos, conforme as etapas acima (situação em agosto de 2018):

- estudos de viabilidade: Centro de Convenções de Teresina, Centro Integrado de Apoio ao Cidadão (São João do Piauí); Complexo Turístico do Litoral (Luís Correia), Reestruturação do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí, Hospital Materno-Infantil de Teresina, Hotel Serra da Capivara (São Raimundo Nonato); Mini-usinas de Energia Solar, Parque de Exposições de Teresina, Piauí Center Modas, Porto de Luís Correia, VLT de Teresina;
- Chamamento e diálogo público: Rodovia PI 397 - Transcerrados e Ginásio Verdão;
- Projetos contratados: Central de Abastecimento de Teresina, Piauí Conectado, Saneamento de Teresina, Terminais Rodoviários.

No projeto da Central de Abastecimento de Teresina houve a outorga da concessão de uso de imóvel público, inclusive obras de reforma e expansão, com direito de exploração, operação e manutenção das instalações. A Brasilfruit Transportes Importação e exportação Ltda., sediada em Teresina, Piauí, foi a empresa vencedora, firmando o contrato de concessão pelo prazo de 30 anos, no dia 05/07/2018. Prevê investimentos em obras no valor de R\$ 46,899 milhões, no período de vigência do contrato.

A empresa SPE Piauí Conectado S/A, sediada nesta capital, foi a vencedora na licitação do projeto Piauí Conectado e o contrato foi assinado no dia 05/07/2018, pelo prazo de 30 anos. Trata-se da construção, operação e manutenção de infraestrutura de transporte de dados, voz e imagem, inclusive serviços associados ao governo do estado: implantação de 5.000 km de fibra ótica, conexão de 96 cidades, operação de dois *backbones*, rede com capacidade de 64 Gigabytes e 1.500 pontos de acesso. Investimentos previstos: R\$ 214,056 milhões.

A subconcessão da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotos na cidade de Teresina foi vencida pela empresa Águas de Teresina Saneamento SPE S/A, do grupo Aegea Saneamento e Participações S.A., com sede em São Paulo (SP). O contrato foi assinado no dia 22/03/2017, pelo prazo de 31 anos, prevendo-se investimentos da ordem de R\$ 1,732 bilhão.

Por sua vez, a concessão dos serviços públicos de administração, operação e manutenção e de exploração comercial de áreas e serviços dos terminais rodoviários de Teresina, Picos e Floriano foi outorgada à empresa Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico Ltda. (SINART), com sede em Salvador (BA), mediante contratos assinados no dia 03/12/2015, pelo prazo de 25 anos.

5.3 TERESINA: PLANO PLURIANUAL 2018-2021 E PROGRAMA DE CONCESSÕES E PARCERIAS

O Plano Plurianual do Município de Teresina para o quadriênio 2018-2021 (PMT, 2017b) foi estabelecido pela Lei n. 5.135, de 22 de dezembro de 2017. A Tabela 5.2 mostra a previsão de despesas no período, discriminando os recursos conforme o tipo de despesa (custeio ou capital) e a fonte (próprios ou de outras fontes). Nesse período, está prevista a mobilização do volume de R\$ 13,37 bilhões no município, sendo R\$ 2,72 bilhões em despesas de capital.

Tabela 5.2 Teresina: previsão de despesas no Plano Plurianual 2018-2021 (R\$ 1.000,00)

	Recursos Correntes		Recursos de Capital		Total
	Próprios	Outras fontes	Próprios	Outras fontes	
2018	1.251.724	1.266.894	194.402	547.055	3.260.075
2019-2021	4.117.487	4.011.918	591.718	1.392.502	10.113.626
Total	5.369.211	5.278.812	786.120	1.939.557	13.373.701

Fonte: PMT, PPA 2018-2021, p. 281.

A Tabela 5.3 apresenta os órgãos da administração municipal ao qual foram alocados os maiores volumes de recursos de capital nesse período de planejamento.

Tabela 5.3 – Teresina: alocação de recursos de capital em órgãos selecionados conforme o Plano Plurianual 2018-2021 (R\$ 1.000,00)

Código	Órgão	Recursos de Capital		Total
		Próprios	Outras fontes	
06	Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEMPLAN)	25.606	584.855	610.461
09	Secretaria Municipal de Educação (SEMEC)	150.633	111.229	261.862
15	Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU) Centro Norte	26.688	107.584	134.272
16	SDU – Sul	35.732	219.297	389.301
17	SDU – Leste	38.130	69.554	107.684
19	Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (STRANS)	17.877	134.540	152.417
22	Fundação Municipal de Saúde (FMS)	3.005	235.956	328.961
26	SDU – Sudeste	15.829	41.962	57.791
34	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEMUDH)	146.541	167.890	314.431

Fonte: PMT, PPA 2018-2021, p. 184-280.

As atividades da administração pública municipal foram organizadas em 35 programas, subdivididos em iniciativas, cuja execução cabe aos diversos órgãos dessa administração. Assim sendo, as iniciativas que compõem um programa podem ser de responsabilidade de diferentes órgãos do município e encontram-se assim distribuídas.

O *Programa Lagoas do Norte* (PMT, 2006) é a intervenção que envolve o maior volume de recursos de capital no quadriênio em

curso (2018-2021). O programa se encontra em sua segunda fase de execução e resultará na aplicação de R\$ 567,28 milhões em despesas de capital, a maior parte dos quais oriundos de empréstimo do Banco Mundial.

Trata-se de um conjunto de obras e intervenções paisagísticas para fins de requalificação urbana na zona norte da cidade, situada na planície de inundação dos vales dos rios Parnaíba e Poti, próximo ao encontro desses dois rios, área de ocorrência de lagoas naturais e sujeita a inundações periódicas.

Compreende a construção de áreas verdes, praças e logradouros públicos; a recuperação e limpeza de rede de canais nas margens dos rios; a ampliação do sistema de abastecimento de água e de esgotos sanitários; a execução de obras de drenagem; a duplicação de avenida, a pavimentação de ruas e a implantação de ciclovias, conforme o PPA 2018-2021 (PMT, 2017b, p.190).

O programa de transportes e trânsito tem como maior referência o *Plano Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana de Teresina* (PMT, 2008) e prevê a aplicação de recursos de capital que superam R\$ 431,02 milhões, tendo como principal fonte o PAC, eixo Infraestrutura Social e Urbana, componente Mobilidade Urbana, como visto acima.

Compreende iniciativas sob responsabilidade da SDU Centro Norte (Iniciativa 301); SDU Sul (Iniciativas 219 e 330); SDU Leste (Iniciativa 221), STRANS (Iniciativas 154, 157, 165, 169, 181 e 184) e SEMDUH (Iniciativa 118), dentre outras.

Essas iniciativas procuram priorizar a participação do sistema de transportes públicos na matriz modal de transportes e requalificar e ampliar a infraestrutura viária da cidade para expandir a mobilidade urbana. Abrangem: articulação de complexos viários, construção de pontes e seus respectivos acessos; construção e recuperação de viadutos, implantação de faixas exclusivas para o transporte público, implantação de linhas de trânsito rápido, construção de terminais de integração e de estações de transbordo de passageiros, melhoria dos pontos de parada, adequação da estrutura geométrica viária, sinalização vertical e horizontal; construção, recuperação, pavimentação e qualificação de vias urbanas; acessibilidade de

prédios e logradouros públicos, ampliação do sistema de ciclovias, implantação de centro de controle operacional e fiscalização e monitoramento eletrônico.

Em Teresina, o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas foi criado pela Lei n. 3.466, de 25 de novembro de 2005, juntamente com o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Município de Teresina (CGPPP/THE), o Fundo de Garantia de Parcerias Público-Privadas Municipal (FGPPPM) e o Plano Municipal de Parcerias Público-Privadas. A Secretaria Municipal de Concessões e Parcerias (SEMCOP) foi criada por normas posteriores, que atualizaram o programa com as legislações da União e do Piauí.

Seguem os doze projetos estratégicos da carteira do Plano Municipal de Parcerias Público-Privadas (PMT, 2017a): estacionamentos públicos (edifício garagem e sistema eletrônico de controle de vagas), iluminação pública, manejo de resíduos sólidos, implantação de usina fotovoltaica, eficiência energética em prédios públicos e sistemas de trânsito, renovação e ampliação do Estádio Lindolfo Monteiro, estudos de viabilidade para implantação do Novo Aeroporto de Teresina, expansão e operação dos serviços públicos cemiteriais, ampliação e operação dos parques públicos, implantação de um centro logístico de saúde (gestão de estoques de medicamentos, materiais médico-hospitalares, gêneros alimentícios e materiais de serviços gerais), implantação e operação do serviço de bicicletas compartilhadas e mobiliário urbano em terminais de integração e pontos de ônibus da cidade.

No projeto do Estádio Lindolfo Monteiro, está prevista a modalidade de concessão patrocinada. O modelo de concessão comum será utilizado nos projetos de estacionamentos públicos, cemitérios, bicicletas compartilhadas e mobiliário urbano. Nos demais, a modalidade de concessão administrativa.

CAPÍTULO 6

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO, OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

6.1 CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE DE PROPOSTAS DO PDES-PI 2050

Os serviços de consultoria prestados pela Diagonal ao governo do Estado do Piauí constituem importante aporte para o conhecimento da economia do estado e de suas perspectivas de desenvolvimento. Esses serviços foram especificados no plano de trabalho (DIAGONAL, 2013) e consolidados em relatório técnico apresentado em dois volumes (DIAGONAL, 2015a e 2015b).

Reconhecendo a relevância desses trabalhos, é possível apontar algumas questões específicas, no sentido da divulgação desses estudos e do debate de concepções, estratégias e projetos recomendados para a elaboração de um plano de desenvolvimento do Estado Piauí.

A primeira questão diz respeito ao escopo do trabalho realizado pela Diagonal e de sua aplicação pelo governo estadual. Conforme esse plano de trabalho, o objetivo do contrato foi definido de forma muito clara: “... prestar serviços técnicos especializados para elaborar o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí” (DIAGONAL, 2013, p. 2).

A empresa prestou os serviços previstos no plano de trabalho e consolidou os trabalhos em um relatório técnico formado por dois volumes e denominados “Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Piauí – PDES-PI 2050” (DIAGONAL, 2015a e 2015b), recebidos e assim apresentados pelo governo do estado.

Trata-se de um equívoco, pois o relatório de uma consultoria não se confunde com um plano de desenvolvimento que deve ser formulado pelo poder executivo de uma unidade da federação, ou de qualquer outra instância do estado nacional (união ou municípios), e oportunamente submetido ao poder legislativo.

A denominação desse relatório poderia ser, dentre outras, “Subsídios Técnicos para a Elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado Do Piauí – PDES-PI 2050”.

Esse relatório consolidou os serviços prestados pela empresa no estudo da economia piauiense e de suas perspectivas de crescimento, parte fundamental de um plano de desenvolvimento, mas que isoladamente não constitui um plano, esforço mais amplo que deve abranger a amplitude das atribuições dos poderes de uma unidade da federação na promoção do seu desenvolvimento.

A consolidação de um plano de desenvolvimento pelo executivo estadual, tendo como componente as análises, estratégias e projetos prioritários propostos pela consultoria, nunca aconteceu. Nem pela própria administração que contratou os serviços, nem pelos governos posteriores.

Os resultados dessa consultoria podem ter sido utilizados nas atividades de planejamento do governo estadual, como na elaboração dos planos plurianuais, de programas setoriais ou de orçamentos anuais, mas não na formulação de um plano de desenvolvimento. O Estado do Piauí não conta com um plano de desenvolvimento!

A regionalização adotada no PDES-PI 2050 – os territórios de desenvolvimento – é outra questão que merece ser discutida na divulgação e debate dos trabalhos da Diagonal.

Em 2003, ao iniciar-se o período de uma nova gestão estadual (governo Wellington Dias, gestão 2003/2006), a então denominada Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN-PI) elaborou uma proposta de regionalização do território piauiense, procedimento de regionalização formulado no estudo *Cenários Regionais do Piauí* (SEPLAN-PI e IICA, 2003).

Conforme esse estudo, a regionalização compreendeu uma taxonomia de três níveis: a) divisão do estado em quatro macrorregiões, considerando as características ambientais (litoral, meio-norte, semiárido e cerrado); b) subdivisão dessas macrorregiões em onze “territórios de desenvolvimento”, tendo em vista vocações produtivas e dinâmicas econômicas e, por fim, c) definição de 26 aglomerados de municípios, usando critérios de proximidade geográfica, cidades de referência, transações de bens e serviços e facilidades de transportes.

Trata-se de regionalização marcadamente ideológica e partidária, vinculada a um projeto de representação política paralela, tendo em vista uma estratégia de participação popular e controle social da atuação do setor público, conforme as ideologias socialistas, suas experiências históricas e o projeto de poder do Partido dos Trabalhadores que então chegava ao governo.

O governo federal articulou essa estratégia de participação popular e controle social na escala nacional, explicitada na definição de um programa específico: o Programa Territórios da Cidadania (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008). Na mesma ocasião, governos petistas de outras unidades da federação também estabeleceram novas regionalizações dos seus territórios, tendo em vista esse processo de controle social.

A definição desses “territórios” permitiu a montagem de uma estrutura alternativa de articulação, representação e participação popular, paralela ao pacto federativo existente e às instituições correlatas, quando houvesse conveniência política ou partidária.

No caso do Estado do Piauí, a operacionalização dessa metodologia de planejamento está detalhada na publicação *Planejamento Participativo Territorial* (SEPLAN-PI, 2007?).

Essa proposta de regionalização foi aprovada na forma de legislação e vem sendo empregada nos processos de planejamento dos sucessivos governos estaduais, em especial na preparação dos planos plurianuais de investimentos e das propostas de orçamentos anuais, bem como na formulação e implementação de políticas setoriais dessa unidade da federação.

Obviamente, o plano de trabalho do contrato de consultoria firmado com a Diagonal impôs o emprego de tal regionalização nos estudos a serem conduzidos pela empresa. O governo que contratou a consultoria foi eleito com o apoio do Partido dos Trabalhadores (governo Wilson Martins/José Filho, gestão 2011/2014) e sucedeu duas das suas administrações (governos Wellington Dias, gestões 2003/2006 e 2007/2010).

Como parte da própria análise, a Diagonal poderia ter elaborado regionalização específica ou empregado o modelo de regionalização então adotado pelo IBGE: mesorregiões e microrregiões geográficas. A divisão nos chamados territórios de desenvolvimento é inadequada para um processo de planejamento econômico mais abrangente, como aquele adotado pela consultoria na elaboração dos seus estudos técnicos.

O terceiro tópico dessa contribuição ao debate sobre o PDES-PI 2050 trata de um aspecto fundamental na concepção da estratégia de desenvolvimento e da carteira de projetos prioritários proposta pela empresa: a construção da Ferrovia do Meio Norte Brasileiro (FMNB), ligando o porto marítimo do Piauí, em Luís Correia, à Ferrovia da Integração Oeste-Leste (FIOL), no município de Barreiras, Estado da Bahia, como prolongamento da Ferrovia Transnordestina, a partir de Eliseu Martins.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabelece que compete privativamente à União legislar sobre a política nacional de transportes (Art. 22, Inciso IX) e que também compete à União explorar, direta ou indiretamente, os serviços de transporte ferroviário que transponham os limites de unidades da federação (Art. 21, Inciso XII, Letra 'd'). Portanto, extrapola a sua competência o Estado do Piauí ao incluir ou propor em seus planos a implantação de uma ferrovia interestadual que não está prevista na política nacional.

O planejamento do atual sistema ferroviário do país foi iniciado ao final da década de 1980, quando a estatal Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., criada como subsidiária da extinta Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), para fins de construção da Estrada de Ferro Carajás, foi absorvida pelo Ministério dos Transporte e incumbida de preparar os estudos e projetos

básicos para construção da Ferrovia Norte-Sul. Paralelamente avançava o processo de desmonte do sistema anterior, com a privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), por meio do Programa Nacional de Desestatização (PND), ao longo dos anos de 1990.

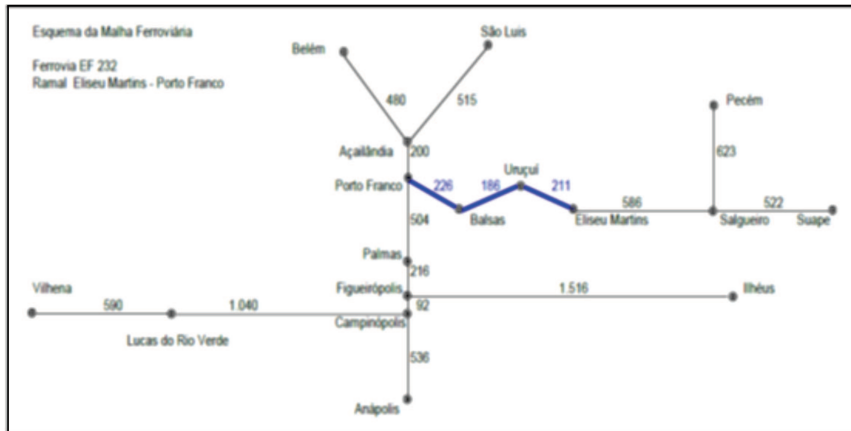
Esse sistema foi desenhado a partir dos estudos técnicos conduzidos pela Valec e outras agências governamentais e incluído nos planos setoriais de transportes estabelecidos no país, a exemplo do Plano Nacional de Logística 2025 (EPL, 2018). Está estruturado ao longo de um eixo longitudinal – a Ferrovia Norte-Sul – e um conjunto de ferrovias que cruzam o país transversalmente: Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO), Ferrovia do Pantanal e Ferrovia Transnordestina.

O sistema inclui também o projeto da Ferrovia Transcontinental ou Ferrovia Bioceânica, ligação ferroviária entre um porto marítimo da Região Sudeste (Atlântico) com a FNS e prolongamento da FICO até um porto marítimo no Peru (Pacífico), conforme síntese apresentada no mapa *Ferrovias da Valec* (VALEC, 2014).

Quando esse sistema foi planejado, ao longo dos anos de 1990, o Estado do Ceará propôs e obteve do governo federal a ligação ferroviária da Transnordestina com o Complexo Industrial e Portuário Mário Covas ou do Pecém, situado no município de São Gonçalo do Amarante, à época em fase de construção e cujas operações iniciaram-se no ano de 2001. Essa proposta foi bem-sucedida pela importância econômica da Região Metropolitana de Fortaleza, mas também pela mobilização de políticos, lideranças e representações da sociedade daquele estado na articulação com o governo federal.

Eis a configuração da malha ferroviária regional (Figura 6.1), de acordo com os estudos de viabilidade promovidos pelo Ministério dos Transportes e a Valec, conforme o relatório técnico (MT, 2012).

Figura 6.1 – Ferrovia Transnordestina: esquema da malha ferroviária regional planejada



Fonte: MT, EVTEA EF 232, Trecho Eliseu Martins/Entroncamento FNS, p. 66, 2012.

Àquela época, a sociedade piauiense desconheceu ou silenciou sobre o projeto da Transnordestina, como se a implantação dessa ferrovia não tivesse qualquer relação com o desenvolvimento do estado.

Mas, afinal, por que se preocupar com ferrovias, se o Piauí tinha à sua disposição a Hidrovia do Rio Parnaíba, via histórica de integração econômica do território piauiense, e o Porto Marítimo de Luís Correia, formando um conjunto privilegiado para dinamizar a economia regional e exportar a sua produção?

Tardiamente, quase três décadas depois, vem o governo do Estado do Piauí, com o aval de uma consultoria econômica, propor uma ligação ferroviária longitudinal, possivelmente inspirada na mobilização anterior dos vizinhos, ainda que de forma estendida para alcançar o território da Bahia.

Além de inconstitucional, trata-se de uma proposta extemporânea, pois a concepção do atual sistema ferroviário do país foi concluída nos anos de 1990, sem a Ferrovia do Meio Norte Brasileiro, e desde então esse sistema vem sendo implantado, ainda que em ritmo lento, devido às dificuldades que se apresentam a

empreendimentos de grande porte e de longo prazo, em países menos desenvolvidos como o Brasil.

Lembrar que essa ligação longitudinal integradora do território do Piauí já existe. É formada por um conjunto de trechos de rodovias federais e estaduais que ligam o município de Luís Correia com a divisa entre os estados do Piauí e da Bahia, como pode ser visto no *Mapa Rodoviário* elaborado pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí (DER-PI, 201?). Os trechos à época ainda não existentes foram implantados no início dos anos de 1970, por iniciativa do governo do Estado do Piauí, em articulação com o governo federal.

Essa ligação foi idealizada pelo engenheiro Alberto Tavares Silva (1918-2009), juntamente com sua equipe de governo, e executada no período do seu primeiro mandato como governador do estado (1971-1975). Alberto Silva foi governador do estado uma segunda vez, entre os anos de 1987 e 1991.

A Hidrovia do Rio Parnaíba e o Porto de Luís Correia são duas iniciativas de um passado distante, que não foram concluídas ou operacionalizadas no tempo adequado. A viabilidade desses empreendimentos requer estudos atualizados, tendo em vista as rápidas mudanças na economia e a consolidação de outras alternativas ou modalidades de transportes no país e na região.

Transformaram-se em mitos da economia piauiense. Tornaram-se também obstáculos na busca de outras oportunidades para o desenvolvimento do Piauí!

Nem a capacidade crítica dos competentes profissionais que participaram dos trabalhos da consultoria, nem os importantes instrumentos de análises econômicas empregados foram capazes de evitar essa concepção estratégica equivocada e inoportuna – uma ligação ferroviária longitudinal entre o Porto de Luís Correia e Barreiras, na Bahia - e um projeto ilusório na carteira de projetos prioritários: a Ferrovia do Meio Norte Brasileiro. Esse projeto poderá ter o mesmo destino da hidrovia e do porto: mais um mito na economia do Piauí!

Ainda está por ser feita a discussão da infraestrutura logística (aeroportos, rodovias, ferrovias, hidrovias, dutovias, portos, centros

de distribuição, polos de carga, etc.) do Estado do Piauí e da sua articulação com a Ferrovia Transnordestina enquanto ferrovia transversal de ligação com a Ferrovia Norte-Sul. O BNB já deu uma contribuição, como pode-se ver no relatório específico (BNB, 2012), mas sem considerar a extensão até a Ferrovia Norte-Sul.

O governo do estado deveria tomar essa iniciativa, com o apoio de órgãos federais atuantes na área e encaminhado as análises na perspectiva regional mais ampla. A viabilização de oportunidades de negócios e a atração de investimentos, principalmente aqueles apontados pelo PDES-PI 2050 nos segmentos do agronegócio (soja, milho e agroindústria) e da mineração, dependerão em grande medida do desenho e da implementação desse sistema.

6.2 NOVOS EMPREENDIMENTOS NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA: TRANSFORMAÇÃO DA MATRIZ ELÉTRICA ESTADUAL

Avanços recentes no setor de energia elétrica, um dos segmentos considerados prioritários no PDES-PI 2050, exemplificam e indicam as possibilidades de transformações relevantes na economia piauiense.

Esses avanços setoriais decorrem de resultados bem-sucedidos da articulação entre o setor público e o empresariado, promovida pela regulação do mercado de energia elétrica no país e pelos programas de investimentos conduzidos no âmbito do governo federal (PAC, PIL e PPI).

A governança nesse mercado, articulada em torno do Ministério de Minas e Energia (MME), compreende o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A CCEE é a operadora do mercado brasileiro de energia elétrica e responsável pelo ambiente de comercialização de energia

elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN), pelo gerenciamento do mercado de curto prazo onde são acertadas as diferenças entre contratos e produtos ou serviços oferecidos pelos agentes, bem assim pela gestão de operações complementares de mercado, tais como contabilizações e liquidações financeiras de cotas de energia e gestão de contas específicas.

Em especial, por delegação da ANEEL, a CCEE promove os leilões para contratação de energia elétrica, onde são fechados os contratos para atendimento da demanda futura e assim viabilizada a implantação de novas unidades de geração de energia, conforme relatório desse comitê (CCEE, 2016).

Nos últimos anos, a ampliação da capacidade instalada de geração de energia elétrica no país resulta desse arranjo bem-sucedido de regulação de mercado e participação do empresariado.

A Tabela 6.1 mostra a evolução da capacidade instalada, no período de 2010 a 2017, bem como o índice de quantidade, tendo o primeiro ano como base. A capacidade instalada no país teve um incremento de 38,6%; na Região Nordeste, 84,8%; e no Piauí, 826,3%!

A pequena capacidade instalada antes existente e a dotação de recursos naturais podem explicar esse crescimento diferenciado, dentro de um quadro geral comum: o mercado regulado de energia.

Tabela 6.1 – Brasil, Nordeste e Piauí: capacidade instalada de geração de energia elétrica e índice de quantidade 2010-2017 (MW)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	113.327	117.135	120.973	126.743	133.913	140.858	150.338	157.112
Nordeste	17.587	18.481	19.788	22.137	24.993	26.883	29.803	32.505
Piauí	198	199	251	199	269	685	1.067	1.834
Brasil	100,0	103,4	106,7	111,8	118,2	124,3	132,7	138,6
Nordeste	100,0	105,1	112,5	125,9	142,1	152,9	169,5	184,8
Piauí	100,0	100,5	126,8	100,5	135,9	346,0	538,9	926,3

Fonte: MME, Anuário Estatístico de Energia Elétrica, diversos anos; EPE, BEN 2018; elaboração do autor.

Por sua vez, a Tabela 6.2 apresenta a evolução do indicador geração de energia elétrica e do índice de quantidade, no mesmo período e na mesma base (2010). O incremento de geração de energia elétrica no estado (675,4%) também suplantou os incrementos na região (57,2%) e no país (14,0%), como decorrência da expansão da capacidade acima indicada.

Tabela 6.2 – Brasil, Nordeste e Piauí: geração de energia elétrica e índice de quantidade 2010-2017 (GWh)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	515.799	531.758	552.498	570.025	590.479	581.486	578.898	587.962
Nordeste	61.077	66.971	76.412	79.856	96.449	94.253	93.079	96.028
Piauí	716	742	723	731	990	1.444	3.619	5.552
Brasil	100,0	103,1	107,1	110,5	114,5	112,7	112,2	114,0
Nordeste	100,0	109,7	125,1	130,7	157,9	154,3	152,4	157,2
Piauí	100,0	103,6	101,0	102,1	138,3	201,7	505,4	775,4

Fonte: MME, Anuário Estatístico de Energia Elétrica, diversos anos; EPE, BEN 2018; elaboração do autor.

A Tabela 6.3 apresenta a geração de eletricidade por fonte energética no Piauí, entre os anos de 2011 e 2017, que permite identificar a fonte de energia responsável por essa expansão: a energia eólica.

A primeira central geradora eólica construída no estado – a Usina Eólica Pedra do Sal, com capacidade de 18,0 MW, conforme relatório da empresa Tractebel Energia (2009) - começou a funcionar em 2008. Em poucos anos, com a implantação de outros empreendimentos, essa modalidade suplantou a geração hidráulica, oriunda da Hidrelétrica de Boa Esperança, a maior infraestrutura de geração de energia até então existente no estado, com capacidade de 237,30 MW, cuja operação teve início em 1970 (CHESF, 2017, p.18).

Tabela 6.3 – Piauí: geração de eletricidade por fonte energética 2011-2017 (GWh)

Fonte	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Hidráulica	663	572	530	583	502	457	500
Eólica	49	71	63	279	898	3.133	4.835
Solar	0	0	0	0	0	0	187
Bagaço de cana	29	27	29	30	29	28	29
Óleo diesel	1	53	109	98	15	1	1
Total	742	723	731	990	1.444	3.619	5.552

Fonte: EPE, BEN 2018. Tabelas, Cap. 8 - Dados Energéticos Estaduais.

Além dos investimentos na geração de energia eólica, iniciou-se também a operação de empreendimentos de geração solar fotovoltaica, cujo resultados já começam a surgir na matriz elétrica do estado: a geração de 187 GWh, em 2017 (Tabela 6.3).

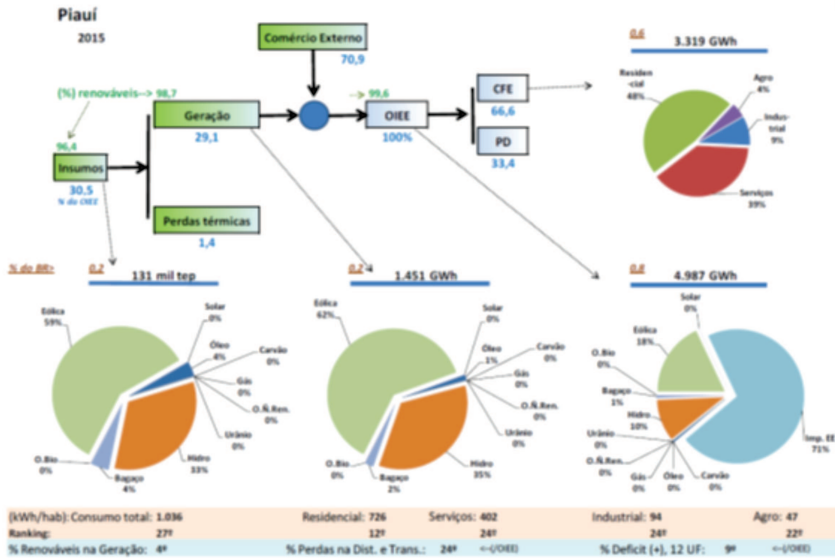
A primeira central de energia solar fotovoltaica no estado foi implantada pela empresa Enel Green Power do Brasil. Trata-se da Usina Nova Olinda, situada no município de Ribeira do Piauí, com cerca de 930 mil painéis solares, em área de 690 hectares, capacidade instalada de 292 MW e que poderá produzir até 600 GWh/ano na fase de plena operação (ENEL, 2017).

Essa expansão recente do setor elétrico configura uma transformação marcante na economia piauiense. Em 2016, a geração de energia elétrica com a capacidade instalada no próprio estado, 3.619 GWh, pela primeira vez, superou o consumo final de energia, isto é, a soma da energia consumida pelos setores econômicos, de 3.331 GWh, conforme dados do *Anuário Estatístico de Energia Elétrica* (MME, 2017, Tabela 2.4, p. 60; Tabela 3.12, p. 95).

A matriz elétrica do Estado do Piauí (Figura 6.2), referente ao ano de 2015 (MME, 2016), permite compreender a importância dessa transformação. Até aquele ano, a geração interna de energia elétrica era insuficiente para atender a demanda estadual. Em 2015, a geração interna alcançou 1.451GWh, que representava apenas

29,1% da oferta interna de energia elétrica, 4.987 GWh, com 70,9 % dessa oferta (3.536 GWh) suprida pela importação de energia do SIN. Essa oferta de energia atende o consumo final de energia elétrica, 3.319 GWh, com perdas de 33,4% nas redes de transmissão e de distribuição.

Figura 6.2 - Piauí: matriz elétrica estadual - ano de referência 2015



Fonte: MME, Matrizes Elétricas Estatais, 2016, p.19.

Essa “revolução” setorial demonstra as possibilidades de importantes mudanças na economia estadual, como resultado da articulação bem-sucedida entre agentes públicos e empreendedores. No Piauí, essas mudanças podem ser ainda mais marcantes, devido ao subdesenvolvimento da economia estadual.

6.3 PERSPECTIVAS DE NOVOS INVESTIMENTOS NO SETOR DE ÓLEO E GÁS

Outra “revolução” semelhante pode estar em curso na economia piauiense, no segmento de exploração de petróleo e gás natural, também apontado como prioritário no PDES-PI 2015.

Do ponto de vista geológico, o território do Estado do Piauí situa-se predominantemente na Província Sedimentar do Parnaíba. Ao Norte, a sua área litorânea situa-se em partes emersas nos limites entre as bacias sedimentares de Barreirinhas e do Ceará, da margem continental brasileira. Essas bacias sedimentares fazem parte da atual fronteira exploratória de petróleo e gás natural no Brasil.

Na regulação desse mercado, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) tem papel relevante e é responsável pelas rodadas de licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural, nas modalidades concessão ou partilha da produção. A primeira rodada de licitações, segundo esse modelo de regulação, ocorreu no ano de 1999, conforme o anuário da agência (ANP, 2017)

De acordo com esse anuário (posições de 31 de dezembro de 2016), na Bacia de Barreirinhas existem 20 blocos em fase de exploração e três campos (em terra) na etapa de desenvolvimento da fase de produção. Na Bacia do Ceará, cinco blocos de exploração e quatro campos (no mar) na fase de produção.

Na bacia sedimentar do Parnaíba, há 25 blocos em fase de exploração, arrematados nas rodadas de licitações 9, 11 e 13, realizadas, respectivamente, em 2007, 2013 e 2015. Como desdobramento, existem, no Estado do Maranhão, quatro campos em terra na etapa de desenvolvimento da fase de produção e três campos na fase de produção de gás natural (Gavião Branco, Gavião Real e Gavião Vermelho), onde em consórcio as empresas Parnaíba Gás Natural S.A. e BPMB Parnaíba S.A. operam uma central de geração termoeétrica.

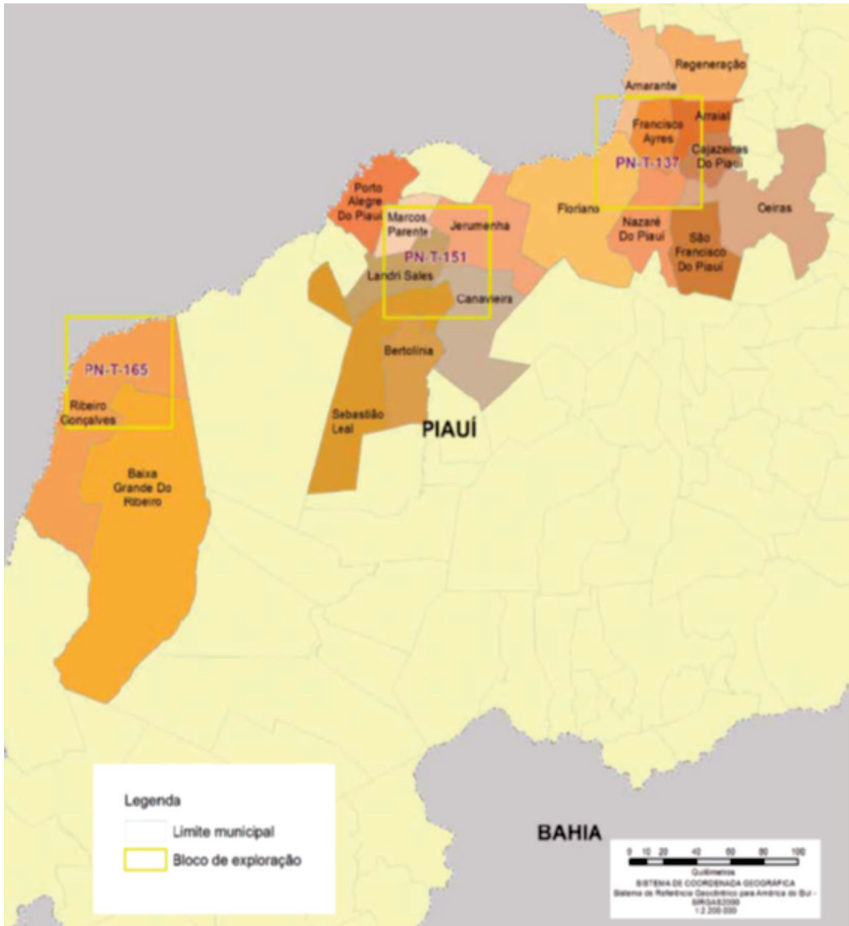
Em 2013, na 11ª Rodada de Licitações, a empresa Ouro Preto Óleo e Gás S.A. arrematou quatro blocos exploratórios da bacia do Parnaíba, três dos quais situados total ou em parte no Estado do Piauí (PT-T-137, PT-T-151 e PT-T-165).

A Figura 6.3, situa esses blocos no território estadual, com indicação dos municípios abrangidos.

A Ouro Preto, fundada em 2010, com sede no Rio de Janeiro, RJ, é uma empresa de energia com foco nas atividades e exploração e produção de petróleo e gás natural. Realiza atividades exploratórios

em blocos das bacias de Barreirinhas e do Recôncavo e atua na fase de produção em campos das bacias Potiguar e do Espírito Santo, em consórcio com a Petrobrás, segundo nota da empresa (OURO PRETO, 2014).

Figura 6.3 – Piauí: situação dos blocos exploratórios arrematados na 11ª Rodada de Licitações, em 2013, pela empresa Ouro Preto



Fonte: Ecology Brasil e Ouro Preto, 2016b, p. 11.

De acordo com relatório da empresa (ECOLOGY BRASIL e OURO PRETO, 2016a), as atividades exploratórias nesse segmento

envolvem a realização de levantamentos geológicos e estudos geofísicos e a perfuração de poços de exploração para descoberta de hidrocarbonetos. No caso de descobertas, são perfurados poços de delimitação de jazidas para conhecimento das reservas e estudo da viabilidade da exploração comercial. Na sequência, podem ser perfurados poços produtores para implantação de projeto de produção e escoamento de petróleo ou gás natural.

Dando início a essas atividades, a Ouro Preto contratou a elaboração de estudo de impacto ambiental para a perfuração de poços exploratórios e de poços de delimitação de jazidas em três desses blocos, junto à empresa Ecology and Environment do Brasil Ltda., como parte dos procedimentos de licenciamento ambiental junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (ECOLOGY BRASIL e OURO PRETO, 2016b).

A exemplo do que ocorreu no vizinho Maranhão, são fundadas expectativas de que, na próxima década, a conclusão dessas atividades exploratórias resulte na implantação de projetos de beneficiamento do gás natural para fins de geração de energia elétrica ou de abastecimento industrial, promovendo o crescimento da economia piauiense.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento econômico do Estado do Piauí é o tema principal deste livro. Trata de questões relacionadas ao planejamento econômico, tendo em vista a promoção do crescimento dessa economia regional, mediante indicação de oportunidades de negócios e atração de investimentos.

Os três primeiros capítulos procuraram caracterizar as bases físicas, discutir a dinâmica demográfica e analisar a situação atual da economia piauiense. Formam um quadro mais geral para situar questões de planejamento econômico, abordadas nos capítulos seguintes.

No capítulo primeiro, ao tratar das bases físicas naturais, destacou-se a situação do estado no Domínio Tropical e a proximidade da Linha do Equador, bem assim a inserção da maior parte do território na Província ou Bacia Sedimentar do Parnaíba e na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, para entendimento das condições do ambiente, da dotação de recursos naturais e indicação do potencial de aproveitamento econômico desses recursos.

Tratou-se também das bases físicas construídas, sintetizadas na caracterização da posição de Teresina na rede urbana do país, da sua região de influência e da hierarquia das cidades dessa região funcional.

Teresina é uma capital regional “A”, segundo nível na hierarquia das cidades, abaixo da categoria metrópoles, cuja região de influência abrange 271 municípios, tem área de 369.244 km², onde residiam 4.338.879 pessoas (dados de 2007). As seguintes cidades são os centros sub-regionais nessa região funcional: categoria “A”): Floriano, Parnaíba e Picos, no Piauí; Caxias (MA); categoria “B”): Campo Maior e São Raimundo Nonato, no Piauí; Balsas (MA).

Essa cidade tem importância histórica como capital do Estado do Piauí, mas, além dessa função política, a cidade exerce o

papel de centro econômico interiorizado de uma região de influência que extrapola os limites territoriais da unidade da federação, onde predomina na comercialização de bens e na prestação de serviços especializados. É sede de uma região integrada de desenvolvimento que abrange quatorze municípios.

Teresina constitui um dos pilares da economia do estado e juntamente com a sua rede de cidades abriga os agentes econômicos responsáveis pela maior parte da economia do estado: as atividades do setor de comércio e serviços. As perspectivas de crescimento econômico do estado estão entrelaçadas com as perspectivas de Teresina e da sua rede de cidades.

No Capítulo 2, analisou-se a evolução da população do Piauí, tendo como pano de fundo os processos de modernização ocorridos no país ao longo do século passado. Em geral, ao longo desses processos, ocorrem quatro fases de evolução: aceleração do ritmo de crescimento, alcance de um patamar superior, redução do ritmo de crescimento e estabilização do contingente populacional.

Os avanços e limites dos processos de modernização e a tendência de concentração das atividades econômicas têm papel na definição dos movimentos migratórios entre as regiões de um país. Eventos políticos ou econômicos na escala internacional ou fenômenos naturais também podem definir movimentos migratórios que afetam a evolução de populações regionais.

Entre 1940, data do primeiro censo demográfico conduzido pelo IBGE, e o ano de 2010, a população do estado avançou de 817.601 pessoas para 3.118.360 pessoas.

Crescera à taxa de 1,48% a.a., entre 1920 e 1940. O ritmo de crescimento elevou-se, na década de 1940, para 2,49% a.a., mas o patamar superior foi alcançado entre os anos de 1960 e 1970, com a taxa de 3,22% a.a., superior às maiores taxas de crescimento da população do país: 2,99% a.a., entre 1950/1960; e da Região Nordeste: 2,49% a.a., entre 1960/1970.

Reduziu-se o ritmo de crescimento da população nas décadas seguintes: 2,35% a.a. (1970/1980), 1,51% a.a. (1980/1991) e 1,07% a.a. (1991/2000), configurando a terceira fase do modelo genérico de crescimento. Entre 2000 e 2010, o ritmo reduziu-se ainda mais,

com a taxa de 0,93% a.a., apontando para quarta fase, de estabilização do crescimento e do contingente de pessoas.

No início do período considerado (1940), a população do estado representava 2,0% da população do país. Em 2010, essa participação reduzira-se para 1,6% do efetivo total. Desde 1980, o ritmo de crescimento da população do estado é menor que aquele do país e da região. Os movimentos de emigração de nascidos ou residentes no Piauí para outros estados e a menor expectativa de vida ao nascer podem explicar essa situação.

Como resultado, segundo as projeções do IBGE, o estado passará por uma transição demográfica na próxima década: uma vez alcançado um contingente populacional máximo, cerca de 3,242 milhões de pessoas, por volta do ano 2025, a população do estado deixará de crescer em termos absolutos (taxas de crescimento negativas) e se estabilizará com efetivo estimado de 3,242 milhões de pessoas, em torno de ano de 2030. Essa mesma transição ocorrerá para o conjunto do país na década de 2040.

Abordou-se também o fenômeno da urbanização como um dos aspectos dos processos de modernização. No Brasil, a definição formal da situação urbano é eminentemente política. Abrange cidades: sedes de municípios; vilas: sedes de distritos e até mesmo povoados isolados.

Ainda assim, é indiscutível o fenômeno da urbanização no país. Considera-se acelerado o processo de urbanização pelo qual passou a sociedade brasileira, cuja população urbana avançou de 31,2%, em 1940, para 84,4%, em 2010. O fenômeno é menos intenso, mas não menos relevante, no Nordeste e no Piauí, onde o grau de urbanização passou de 23,4% para 73,1%, e de 15,2% para 65,8%, respectivamente, no período considerado.

Destacou-se que a proeminência da cidade principal caracteriza as redes urbanas de regiões periféricas como o Piauí. O censo de 1872 encontrou 21.692 pessoas em Teresina, o que representava 10,7% da população da então Província do Piauí. A partir da década de 1950, com o avanço dos processos de modernização na região, a população do município volta a crescer em ritmo mais rápido que o restante do estado, e sua participação

eleva-se de 11,5%, em 1960, para 26,1%, no último censo (2010). A concentração de atividades econômicas nesse município explica esse papel distinto na rede urbana regional e no território do Piauí.

No terceiro capítulo, procurou-se traçar um perfil analítico da economia piauiense, levando-se em conta indicadores econômicos selecionados, disponibilizados pelos sistemas de estatísticas econômicas do IBGE.

Em 2015, o Estado do Piauí alcançou o PIB R\$ 39,148 bilhões (preços correntes), correspondentes a 0,7% do PIB do Brasil, o que o coloca na 21ª posição relativa dentre as 27 unidades da federação que constituem o país, inclusive o Distrito Federal.

Houve avanços no período recente. Tanto o Nordeste quanto o Piauí tiveram elevadas as suas participações no produto do país: a participação do Nordeste elevou-se de 12,8%, em 1995, para 14,2%, em 2015; a participação do Piauí, de 0,5% para 0,7%, respectivamente.

Em 2015, o produto *per capita* médio do Brasil, em preços correntes, foi de R\$ 29.326,33. O Piauí, com o produto *per capita* de R\$ 12.218, 51; ocupa a 26ª posição, à frente apenas do Estado do Maranhão (R\$ 11.366,23).

Entre 1995 e 2014, essa participação relativa ao produto *per capita* médio do país elevou-se de 44,7% para 51,2%, considerando a região como um todo, e de 28,8% para 41,7%, no caso do Piauí.

Os avanços recentes das economias de estados da Região Nordeste, inclusive do Piauí, resultaram na elevação da renda *per capita* dos residentes nessa região, relativamente aos valores médios do país.

Contudo, essa melhoria relativa da renda *per capita* não resulta apenas do ritmo mais elevado de crescimento econômico, mas também da redução do ritmo de crescimento demográfico na região e no estado.

O maior ritmo de crescimento do produto no período recente pode explicar o aumento da participação do estado no produto do país (0,7%) e da sua posição relativa no *ranking* das economias estaduais, da 23ª para a 21ª posição dentre os 26 estados da federação mais o Distrito Federal.

As informações disponibilizadas pelo IBGE também permitem discutir alguns aspectos da evolução da estrutura da economia piauiense nas últimas duas décadas, em termos comparativos com a estrutura geral da economia do país, considerando-se como indicador a participação percentual dos setores de atividades econômicas no valor adicionado bruto.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, o país foi confrontado por grandes transformações que vinham acontecendo na economia mundial, desde os anos de 1970. Do ponto de vista interno, o país passou por importantes mudanças políticas e econômicas.

É notável como reduz-se a participação da indústria na estrutura da economia do país, de 37,2% para 23,8%, entre os anos de 1995 e 2014. Movimento contrário no setor de serviços, cuja participação se eleva de 62,5% para 71,1%.

Nesse período, na estrutura da economia piauiense, a agropecuária perde posições, de 15,5% para 7,4%; a indústria, de 22,0% para 15,9%; enquanto os serviços se ampliam de 62,5% para 76,7%. Elevou-se ainda mais a participação das atividades desse setor.

Na economia piauiense, expandiu-se ainda mais a participação dos serviços. A administração pública continua a atividade mais significativa nessa estrutura, com 31,3% do valor agregado. Repetindo um movimento ocorrido no país, a atividade comércio e reparação de veículos passa de 7,7% para 16,0% do valor adicionado na economia estadual, em 2014.

As distribuições das pessoas ocupadas segundo os grupamentos de atividades e segundo a posição na ocupação no trabalho principal ajudam no entendimento das condições de subdesenvolvimento da economia piauiense.

No Brasil, as 94,820 milhões de pessoas ocupadas (dados de 2015), têm a seguinte distribuição: atividades agrícolas, 13,9%; indústrias, 21,6%; e serviços, 64,5%. Essa distribuição repercute o processo histórico de modernização e a evolução como economia emergente nas últimas décadas.

No Piauí, a população ocupada (1,572 milhão de pessoas) se encontrava assim distribuída: atividades agrícolas, 504,0 mil

pessoas (32,1%); indústrias, 268,0 mil pessoas (17,0%); e serviços, 801,0 mil pessoas (50,9%). A permanência de um grande percentual de pessoas ocupadas em atividades agrícolas (32,1%) reflete as condições de subdesenvolvimento da economia estadual.

Por sua vez, as atividades dos setores de indústria e de serviços no estado não alcançam a participação que esses mesmos setores têm na economia do país, relativamente à oferta de oportunidades de trabalho.

Parte da explicação para a grande diferença entre o produto *per capita*, ou a renda *per capita*, do estado e do país se encontra nessa distribuição da população ocupada, pois essas atividades agrícolas ainda são realizadas com baixos padrões de produtividade e resultam em baixos níveis de rendimento.

As estatísticas quanto às pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo a posição na ocupação no trabalho principal, no Brasil e no Piauí, complementam a visão do subdesenvolvimento da economia estadual, como também pode ser visto no capítulo três.

São consideradas posições na ocupação: empregado, trabalhador doméstico, conta-própria, empreendedor, trabalhador na produção para o próprio consumo, trabalhador na construção para o próprio uso e trabalhador não remunerado.

Nessa distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação também se pode encontrar outra maneira de explicar a grande diferença entre o produto *per capita* do estado e aquele do país: parte significativa da população ativa e ocupada está envolvida em atividades de produção para o consumo ou de construção para o uso da própria pessoa ou de familiares.

Como afirmado anteriormente, trata-se de fator de produção empregado na esfera da subsistência e que, a rigor, sequer foi colocado no mercado. Além disso, o critério do tempo aplicado para considerar a atividade como ocupação – pelo menos uma hora por semana – é muito aberto e termina por dissimular a realidade de subemprego do fator trabalho e de ausência de oportunidades no mercado de trabalho.

Os três últimos capítulos deste livro trataram de aspectos relacionados ao planejamento econômico e às perspectivas de realização de investimentos no estado, nos próximos anos. Discutiram iniciativas da União, do governo estadual e da Prefeitura de Teresina, envolvendo as suas programações de investimentos, as indicações de oportunidades de negócios e os mecanismos de atração de investimentos do setor privado, mediante concessões ou parcerias público-privadas.

Como sugestão de referência sintética para indicar a importância desses investimentos na economia estadual, considerar o valor do PIB do Piauí, no ano de 2015: R\$ 39,148 bilhões (preços correntes).

No capítulo quatro, tratou-se do planejamento e das programações de investimentos do governo federal. Também no Piauí, o PAC configurou o maior programa de investimentos implementado nas últimas décadas, inclusive no apoio às atuações do governo do estado e das prefeituras municipais. Esses investimentos foram decisivos na definição da trajetória de crescimento recente da economia estadual.

No período 2015-2018, foram aplicados ou comprometidos recursos da ordem de R\$ 9,50 bilhões, em empreendimentos específicos do estado ou em iniciativas de interesse regional, com despesas realizadas no território estadual, nos principais eixos de intervenção do programa: logística, energia e infraestrutura social e urbana. O programa prevê ainda o gasto de mais R\$ 2,93 bilhões nos próximos anos.

No eixo da infraestrutura logística, os investimentos exclusivos envolveram a elaboração de estudos e projetos executivos e a realização de obras e serviços em rodovias e aeroportos. Quanto aos investimentos de caráter regional, a continuidade da construção da Ferrovia Transnordestina, no trecho Trindade (PE)/Eliseu Martins (PI).

No setor de infraestrutura energética, houve investimentos na geração de energia elétrica, com a continuidade da implantação de usinas eólicas, solar fotovoltaica e de biomassa, e na extensão das linhas de transmissão de energia. Em termos de

empreendimentos regionais, a realização da segunda fase da pesquisa exploratória de petróleo e gás natural na Província Sedimentar do Parnaíba, nos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Tocantins.

Os investimentos em infraestrutura social e urbana compreenderam iniciativas nos diversos componentes desse eixo. Destacam-se os investimentos no componente mobilidade, destinados às obras e serviços no setor de transportes e mobilidade da cidade de Teresina; bem assim no componente recursos hídricos, abrangendo: elaboração de estudos e projetos e a realização de obras e serviços de saneamento, barragens e irrigação.

Quanto ao FNE, considerando a distribuição histórica das suas aplicações, as oportunidades de investimentos já identificadas na região e o marco regulatório dos fundos constitucionais, projetou-se a distribuição dos financiamentos por estado e por setor de atividade para a programação 2018. Ainda não há projeção da distribuição dos recursos para projetos de infraestrutura e para o FIES.

Ao Piauí poderá caber 8,4% desses recursos, cerca de R\$ 1,2 bilhão em projetos setoriais. Essa programação considera ainda a indicação de aplicar pelo menos R\$ 275,0 milhões nos quatorze municípios que formam a RIDE Grande Teresina. Os recursos do FNE, de acordo com o programa setorial, podem ser reembolsados em até 20 anos. Portanto, esse é o horizonte de desdobramentos dessas programações na economia regional.

Relativamente ao governo federal, tratou-se ainda das iniciativas de desestatização e de atração de investimentos mediante concessões ou parcerias público-privadas, considerando a atuação do Programa Nacional de Desestatização (PND), do Programa de Investimentos em Logística (PIL) e do Programa de Parcerias para Investimentos (PPI).

O PND foi constituído com o objetivo de redefinir a posição do Estado na economia e transferir para a iniciativa privada atividades que por ela pudessem ser exploradas. Ao longo de sua existência, o programa concluiu dezenas de processos de desestatização nos setores de siderurgia, química e petroquímica, fertilizantes, energia elétrica, rodovias, ferrovias, portos, mineração, petróleo e gás, finanças e telecomunicações.

Alguns desses processos alcançaram organizações do Estado do Piauí, no caso do Banco do Estado do Piauí (BEP), incorporado ao Banco do Brasil, e das privatizações da empresa Telecomunicações do Piauí S.A. (TELEPISA), que passou a integrar a Telemar Norte Leste S.A, atual Oi; e da Malha Nordeste da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), transferida para a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), também objeto da desestatização e propriedade de um consórcio de empresas.

O PIL foi lançado pelo governo federal em 2012, como parte de um esforço para elevar os investimentos no país com a participação da iniciativa privada. Esse programa reuniu um conjunto de concessões em logística de transportes que pode trazer investimentos privados em projetos de infraestrutura e na prestação de serviços correlatos, abrangendo rodovias, ferrovias, aeroportos e terminais portuários.

Em 2016, teve continuidade com a criação do PPI, vinculado à Presidência da República, proposto com o objetivo de ampliar a interação entre o Estado e a iniciativa privada e, mediante contratos de parceria, promover a realização de empreendimentos de interesse público e de outras medidas de desestatização.

O estado foi alcançado por algumas iniciativas desse programa: a 14ª Rodada de Licitações de Exploração de Petróleo e Gás Natural sob Regime de Concessão, cujo leilão foi realizada em 27/09/2017; o Leilão ANEEL 5/216 e o Leilão ANEEL 2/217, realizados nos dias 11/08/2017 e 15/12/2017, respectivamente, para concessão de lotes de linhas de transmissão.

No ano em curso, aconteceu a privatização da CEPISA/ Eletrobras Distribuição Piauí, objeto do Leilão n. 2/2018-PPI/PND, ocorrido no dia 26/07/2018, quando a Equatorial Energia adquiriu o controle acionário e a concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica associado a essa distribuidora.

No capítulo cinco, abordaram-se aspectos do planejamento e das programações de investimentos do Estado e da Prefeitura de Teresina.

A última iniciativa para elaboração de um plano de desenvolvimento para o Estado do Piauí deu-se em 2013, quando a

SEPLAN-PI firmou contratos de serviços técnicos especializados para elaboração do “Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí”.

Esses serviços foram elaborados segundo uma metodologia de planejamento estratégico participativo, com envolvimento do governo e da sociedade civil, numa perspectiva de longo prazo, compreendendo a elaboração de uma visão de futuro, a definição de diretrizes, a seleção de ações estratégicas e a indicação de medidas de implantação, acompanhamento, revisões e ajustes do plano.

Foram discutidos vinte segmentos estratégicos da economia piauiense apontados pelo governo estadual, dentre os quais foram selecionados como prioritários os segmentos agronegócio, energia elétrica e combustíveis (fontes renováveis e não-renováveis), infraestrutura de transportes e logística, mineração e turismo.

Conforme análise econômica elaborada pela empresa, investimentos nesses segmentos teriam maior capacidade de induzir novos investimentos dentro de cadeias produtivas específicas (produção de insumos, agropecuária, indústria, distribuição, varejo e consumidor final), de forma a proporcionar efeitos propagadores e estímulos na economia da região.

Dentro desses segmentos prioritários, as discussões levaram a uma carteira de 66 projetos, localizados nos onze territórios de desenvolvimento estipulados pela regionalização adotada pelo governo estadual. Esses projetos foram objeto de análises preliminares da viabilidade técnica, econômica, ambiental e institucional.

O Plano Plurianual 2016-2019 do Estado do Piauí prevê um gasto total de R\$ 53,36 bilhões nesse período, a serem aplicados em programas temáticos, relacionados à oferta de bens e serviços à sociedade, e em programas de gestão, reunindo atividades diretas de apoio à atuação governamental. Os programas temáticos envolvem R\$ 29,03 bilhões, correspondentes a 52,4% dessa previsão de gastos; aos programas de gestão foram alocados R\$ 26,33 bilhões, ou 47,6% dos recursos do plano plurianual.

Dentre os programas temáticos, destacam-se pelo volume de recursos envolvidos os programas de transportes e logística (R\$

6,54 bilhões), saúde (R\$ 4,12 bilhões), educação (R\$ 4,11 bilhões), saneamento (R\$ 3,26 bilhões), habitação (R\$ 2,16 bilhões) e infraestrutura urbana e rural (R\$ 1,67 bilhão). É possível afirmar que parte significativa desses recursos está relacionada com os investimentos do PAC.

No Estado do Piauí, o Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP Piauí) foi criado em 2005. Nessa carteira de projetos, encontram-se treze projetos nas etapas de estudos de viabilidade e de chamamento e diálogo público. Quatro projetos já foram contratados: Terminais Rodoviários, Saneamento de Teresina, Central de Abastecimento de Teresina e Piauí Conectado.

O Plano Plurianual do Município de Teresina para o quadriênio 2018-2021 prevê a mobilização do volume de R\$ 13,37 bilhões no município, sendo R\$ 2,72 bilhões em despesas de capital. As atividades da administração pública municipal foram organizadas em 35 programas, subdivididos em iniciativas, cuja execução cabe aos diversos órgãos dessa administração.

O *Programa Lagoas do Norte* (PMT, 2006) é a intervenção que envolve o maior volume de recursos de capital no quadriênio em curso (2018-2021). O programa se encontra em sua segunda fase de execução e resultará na aplicação de R\$ 567,28 milhões em despesas de capital, a maior parte dos quais oriundos de empréstimo do Banco Mundial. Trata-se de um conjunto de obras e intervenções paisagísticas para fins de requalificação urbana na zona norte da cidade, situada na planície de inundação dos vales dos rios Parnaíba e Poti, próximo ao encontro desses dois rios.

O programa de transportes e trânsito tem como maior referência o *Plano Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana de Teresina* (PMT, 2008) e prevê a aplicação de recursos de capital que superam R\$ 431,02 milhões, tendo como principal fonte o PAC. Compreende iniciativas que procuram priorizar a participação do sistema de transportes públicos na matriz modal de transportes e requalificar e ampliar a infraestrutura viária da cidade para expandir a mobilidade urbana.

Em Teresina, o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas também foi criado em 2005, e normas posteriores atualizaram o programa com as legislações da União e do Estado do

Piauí. Há doze projetos estratégicos da carteira do Plano Municipal de Parcerias Público-Privadas.

No sexto e último capítulo, o livro destaca e discute aspectos relativos a essas iniciativas de planejamento e programação econômica, tendo em vista a efetividade dessas ações na promoção da economia piauiense.

No primeiro tópico desse capítulo, propôs-se a discussão de três aspectos do PDES-PI 2050. Primeiramente, apontou-se a dificuldade do governo do estado em transformar os resultados dessa consultoria em um plano de desenvolvimento. Em segundo lugar, a inconveniência da regionalização adotada no mesmo: os territórios de desenvolvimento; pois essa regionalização tem vínculos com um processo de planejamento e controle social já ultrapassado e oferece uma perspectiva limitada da economia estadual.

O terceiro ponto dessa contribuição ao debate sobre o PDES-PI 2050 versou sobre um aspecto fundamental na concepção da estratégia de desenvolvimento e da carteira de projetos prioritários propostos: a construção da Ferrovia do Meio Norte Brasileiro (FMNB), ligando o porto marítimo do Piauí, em Luís Correia, à Ferrovia da Integração Oeste-Leste (FIOL), no município de Barreiras, Estado da Bahia, como prolongamento da Ferrovia Transnordestina, a partir de Eliseu Martins.

Extrapolando a competência de uma unidade da federação incluir ou propor em seus planos a implantação de uma ferrovia interestadual que não está prevista na política nacional de transportes, competência privativa da União. Também compete à União explorar, direta ou indiretamente, os serviços de transporte ferroviário que transponham os limites de unidades da federação.

A configuração do atual sistema ferroviário do país foi iniciada ao final da década de 1980, quando a Valec foi incumbida de preparar os estudos e projetos básicos para construção da Ferrovia Norte-Sul, complementada por estudos técnicos conduzidos por outras agências governamentais e incluída nos planos setoriais de transportes estabelecidos desde então no país.

O sistema está estruturado ao longo de um eixo longitudinal – a Ferrovia Norte-Sul – e um conjunto de ferrovias que cruzam o

país transversalmente, dentre as quais a Ferrovia Transnordestina. O sistema inclui também o projeto de uma ferrovia transcontinental, ligação ferroviária entre um porto marítimo da Região Sudeste (Atlântico) e um porto marítimo no Peru (Pacífico).

Tardiamente, vem o governo do Estado do Piauí propor uma ligação ferroviária longitudinal, possivelmente inspirado em mobilização anterior do Estado do Ceará, ainda que de forma estendida para alcançar o território da Bahia.

Além de inconstitucional, trata-se de uma proposta extemporânea, pois a concepção do atual sistema ferroviário do país foi concluída nos anos de 1990, sem a Ferrovia do Meio Norte Brasileiro, e desde então esse sistema vem sendo implantado.

Ainda está por ser feita a discussão quanto à infraestrutura logística (aeroportos, rodovias, ferrovias, hidrovias, dutovias, portos, centros de distribuição, polos de carga, etc.) do Estado do Piauí e a sua articulação com a Ferrovia Transnordestina enquanto ferrovia transversal de ligação com a Ferrovia Norte-Sul.

O governo do estado deveria tomar essa iniciativa, com o apoio de órgão federais atuantes na área e encaminhado as análises na perspectiva regional mais ampla. A viabilização de oportunidades de negócios e a atração de investimentos, principalmente aqueles apontados pelo PDES-PI 2050 nos segmentos do agronegócio (soja, milho e agroindústria) e da mineração, dependerão em grande medida do desenho e da implementação desse sistema.

Nos outros dois tópicos do capítulo seis, apontou-se que avanços recentes no setor de energia elétrica, um dos segmentos considerados prioritários no PDES-PI 2050, exemplificam e indicam as possibilidades de transformações relevantes na economia piauiense.

Esses avanços setoriais decorrem da articulação entre o setor público e o empresariado, promovida pela regulação do mercado de energia elétrica no país e pelos programas de investimentos conduzidos no âmbito do governo federal (PAC, PIL e PPI).

Nos últimos anos, a ampliação da capacidade instalada de geração de energia elétrica no país resulta desse arranjo bem-sucedido de regulação de mercado.

No período de 2010 a 2017, tendo o primeiro ano como base, a capacidade instalada de geração de energia elétrica no país teve um incremento de 38,6%; na Região Nordeste, 84,8%; e no Piauí, 826,3%. A pequena capacidade antes instalada e a dotação de recursos naturais podem explicar esse crescimento diferenciado, dentro de um quadro geral comum.

O incremento de geração de energia elétrica no estado (675,4%) também suplantou os incrementos na região (57,2%) e no país (14,0%), como decorrência da expansão da capacidade acima indicada.

A análise da geração de eletricidade por fonte energética no Piauí permite identificar a fonte de energia responsável por essa expansão: a energia eólica. A primeira central geradora eólica construída no estado, a Usina Eólica Pedra do Sal, com capacidade de 18,0 MW, começou a funcionar em 2008.

Em poucos anos, com a implantação de outros empreendimentos, essa modalidade suplantou a geração hidráulica, oriunda da Hidrelétrica de Boa Esperança, a maior infraestrutura de geração de energia até então existente no estado, com capacidade de 237,30 MW, cuja operação teve início em 1970.

Além dos investimentos na geração de energia eólica, iniciou-se também a operação de empreendimentos de geração solar fotovoltaica, cujos resultados já começam a surgir na matriz elétrica do estado: a geração de 187 GWh, em 2017.

A primeira central de energia solar fotovoltaica no estado – a Usina Nova Olinda - situada no município de Ribeira do Piauí, com cerca de 930 mil painéis solares, em área de 690 hectares, capacidade instalada de 292 MW, e poderá produzir até 600 GWh/ano na fase de plena operação.

Essa expansão recente do setor elétrico configura uma transformação marcante na economia piauiense. Em 2016, a geração de energia elétrica com a capacidade instalada no próprio estado, 3.619 GWh, pela primeira vez, superou o consumo final de energia, isto é, a soma da energia consumida pelos setores econômicos, de 3.331 GWh.

A matriz elétrica do Estado do Piauí, referente ao ano de 2015, permite compreender a importância dessa transformação. Até

aquele ano, a geração interna de energia elétrica era insuficiente para atender a demanda estadual. Em 2015, a geração interna alcançou 1.451GWh, que representava apenas 29,1% da oferta interna de energia elétrica, 4.987 GWh, com 70,9 % dessa oferta (3.536 GWh) suprida pela importação de energia do SIN. Essa oferta de energia atendia o consumo final de energia elétrica, 3.319 GWh, com perdas de 33,4% nas redes de transmissão e de distribuição.

Outra transformação semelhante pode estar em curso na economia piauiense, no segmento de exploração de petróleo e gás natural, também apontado como prioritário no PDES-PI 2015.

O território do Estado do Piauí distribui-se pela Província Sedimentar do Parnaíba e confronta-se, na sua área litorânea, com partes emersas nos limites entre as bacias sedimentares de Barreirinhas e do Ceará, da margem continental brasileira. Essas bacias sedimentares fazem parte da atual fronteira exploratória de petróleo e gás natural no Brasil.

Na regulação desse mercado, a ANP tem papel relevante e é responsável pelas rodadas de licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural, nas modalidades concessão ou partilha da produção

De acordo com dados da ANP (posições de 31 de dezembro de 2016), existem nessas três bacias blocos em fase de exploração, três campos (em terra) na etapa de desenvolvimento da fase de produção e quatro campos (no mar) na fase de produção. Como desdobramento, no Estado do Maranhão, três campos na fase de produção de gás natural já alimentam uma central de geração termoeleétrica.

Em 2013, na 11ª Rodada de Licitações, foram arrematados quatro blocos exploratórios da bacia do Parnaíba, três dos quais situados total ou em parte no Estado do Piauí (PT-T-137, PT-T-151 e PT-T-165).

No caso dos blocos situados no estado, já foram contratados os serviços de elaboração de estudo de impacto ambiental para a perfuração de poços exploratórios e de poços de delimitação de jazidas em três desses blocos, como parte dos procedimentos de licenciamento ambiental.

Na próxima década, a conclusão dessas atividades exploratórias poderá resultar na implantação de projetos de beneficiamento do gás natural para fins de geração de energia elétrica ou de abastecimento industrial, promovendo o crescimento da economia piauiense.

Como procurou-se demonstrar, o Estado do Piauí constitui uma economia regional pouco desenvolvida, periférica às principais estruturas e circuitos de atividades produtivas e comerciais estabelecidos no país. Além disso, forma também um sistema econômico regional de baixa produtividade, cuja renda *per capita*, apesar dos avanços recentes, sequer alcança a metade da renda *per capita* nacional.

A regulação de mercados setoriais (energia elétrica, óleo e gás etc.) e a implementação de programas de investimentos mediante concessões e parcerias público-privadas resultaram na atração de investimentos privados e na expansão recente desses setores, com benefícios gerais para a sociedade, em termos de incorporação de novas tecnologias, expansão da fronteira produtiva, aumento do produto, elevação da produtividade, oferta de empregos e geração de renda no país.

Nas últimas décadas, o Estado do Piauí também foi alcançado por essas iniciativas de âmbito nacional, demonstrando as possibilidades de importantes mudanças na economia estadual. A continuidade dessas iniciativas federais e esforços semelhantes por parte do governo do estado e de municípios piauienses, no sentido de articulação entre o setor público e o setor privado, poderão construir caminhos consistentes para a promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar da sociedade piauiense.

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

DIAGONAL EMPREENDIMENTOS E GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA. Produto 9: Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Piauí, PDES-PI 2050. Tomo I. São Paulo: Diagonal, julho 2015a.

——— Produto 9: Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Piauí. PDES-PI 2050. Tomo II. São Paulo: Diagonal, nov. 2015b.

MENDES, Felipe. Economia e desenvolvimento do Piauí. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003 (Projeto Cultural A. Tito Filho).

PREFEITURA DE TERESINA. Agenda Teresina 2030. Teresina: Secretaria Municipal de Planejamento, 2014.

RAMOS, Antônio de Pádua Franco. Desenvolvimento do Piauí: projetos estruturantes. *In*: Informe Econômico, Teresina, UFPI e CORECON 22ª Região, Ano 13, n. 27, p. 32-42, abril 2012.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. Evolução Histórica da Economia Piauiense e outros estudos. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras e EDUFPI, 2017 (Coleção Centenário; 78).

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de; SANTOS, Rita de Cássia L. F. A Nova Realidade-Mundo. As transmutações em curso. Teresina: FUNDAPI, 2009.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. O “Vale da Decisão”: “o Piauí é Rico” – em grandes oportunidades. Rio de Janeiro: Livros do Futuro, 2013.

CAPÍTULO 1

ALMEIDA, F. F. M.; HASUI, Y.; NEVES, B.B.B.; FUCK, R.A. Províncias estruturais brasileiras. *In*: Atas do VII Simpósio de Geologia do Nordeste, p. 363-391, Campina Grande, Paraíba, nov. 1977.

BRASIL. Lei Complementar n. 112, de 19 de setembro de 2001. Autoriza o Poder executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 20/9/2001, p. 2.

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA. Atlas do Potencial Eólico Brasileiro. Odilon A. Camargo do Amarante e outros. Brasília: Ministério das Minas e Energia e CEPEL, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

—— Atlas Nacional do Brasil: Milton Santos. Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

—— Mapa Físico do Estado do Piauí: Escala 1:1.000.000: Projeção Policônica. Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

—— Região de influência das cidades 2007. Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Atlas Brasileiro de Energia Solar. 2. ed. Enio Bueno Pereira e outros. São José dos Campos: INPE, LABREN e CCST, 2017.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Atlas Climatológico do Estado do Piauí. Aderson Soares de Andrade Júnior et al. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2004 (Embrapa Meio-Norte, Documentos; 101).

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO. Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE Grande Teresina. Brasília: MI, 2007.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA E EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás 2017. Brasília: MME e EPE, 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Caderno da Região Hidrográfica do Parnaíba. Brasília: MMA, Secretaria de Recursos Hídricos, 2006.

PENTEADO, Margarida Maria. Fundamentos de Geomorfologia. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Mapa Geológico do Estado do Piauí. Escala 1:1.000.000. Teresina: Convênio MME e SEPLAN-PI; CPRM, Residência Especial de Teresina, 2007.

CAPÍTULO 2

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

—— Projeções da População Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2013a (Série Relatórios Metodológicos; 40)

—— Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o período 2000/2060. Projeção da População das Unidades da Federação por Sexo e Idade para o período 2000/2030. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2013b (Nota Metodológica).

—— Sinopse do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

CAPÍTULO 3

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a (Anuário Estatístico do Brasil; 76).

—— Contas Regionais do Brasil 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 2000 (Contas Nacionais; 5).

—— Contas Regionais do Brasil 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003 (Contas Nacionais; 11).

—— Contas Regionais do Brasil 2002-2005 Rio de Janeiro: IBGE, 2007 (Contas Nacionais; 21).

—— Contas Regionais do Brasil 2005-2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2011 (Contas Nacionais; 35).

—— Contas Regionais do Brasil 2010-2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a (Contas Nacionais; 53).

—— Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas. CNAE Versão 2.0. Subclasses para uso da administração pública. Rio de Janeiro: IBGE, 2007

—— Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2016b.

—— Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015. Brasil. Tabelas Completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2015 (disponíveis no sítio do IBGE).

—— Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015. Piauí. Tabelas Completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2015 (disponíveis no sítio do IBGE).

—— Sistema de Contas Regionais: Brasil 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b (Contas Nacionais; 57).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Ano-Base 2015. Piauí. Brasília: MTE, 2016 (RAIS, Piauí; 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015).

CAPÍTULO 4

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. Programação Regional FNE 2018. Fortaleza: BNB, fev. 2018.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Edital do Leilão n. 2/2018-PPI/PND. Concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica associada à alienação de ações das distribuidoras de energia elétrica Rio de Janeiro: BNDES, 2018.

——— Programa Nacional de Desestatização. Relatório de Atividades 1992. Rio de Janeiro: BNDES, 1993.

——— Programa Nacional de Desestatização. Relatório de Atividades 2015. Rio de Janeiro: BNDES, 2016.

BRASIL. Lei n. 8.031, de 12 de abril de 1990. Cria o Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 13/04/1990, p. 7.103; Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 18/4/1990, p. 7.260 (Retificação).

——— Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 14/2/1995, p. 1.917.

——— Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 31/12/2004, p. 6.

——— Lei n. 13.249, de 13 de janeiro de 2016. Institui o Plano Plurianual da União para o período 2016-2019. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 14/1/2016, p. 1.

——— Lei n. 13.334, de 13 de setembro de 2016. Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 13/9/2016, pág. 1; DOU, Brasília, DF, Seção 1, 15/9/2016, p. 8 (Retificação).

EQUATORIAL ENERGIA. Fato Relevante. Referência Edital de leilão n° 2/2018-PPI/PND. São Luís, MA: Diretoria de Relações com Investidores, 26 de julho de 2018.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Infraestrutura no Brasil. Projetos, financiamentos e oportunidades. Brasília: MF, Assessoria de Assuntos Econômicos do Gabinete do Ministro, 2013.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Fundos Regionais e Incentivos Fiscais. Brasília: MIN, agosto 2015.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. PAC 6° Balanço 2015-2018. Brasília, MPDG, 2018a.

——— PAC 6° Balanço 2015-2018. Piauí. Brasília, MPDG, 2018b.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto n. 6.025, de 22 de Janeiro de 2007. Institui o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o seu Comitê Gestor e dá outras providências.

SECRETARIA DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS. Balanço 2017. Avançar, avançar, avançar. Brasília: SPPI, 2018.

——— Programa de Parcerias de Investimentos – PPI. Projeto Crescer: construindo um Brasil de oportunidades. Brasília: SPPI, 2017

CAPÍTULO 5

DIAGONAL EMPREENDIMIENTOS E GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA. Produto 1: Plano de Trabalho Detalhado (revisado). São Paulo: Diagonal, julho 2013.

——— Produto 9: Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Piauí, PDES-PI 2050 Tomo I. São Paulo: Diagonal, julho 2015a.

——— Produto 9: Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Piauí. PDES-PI 2050, Tomo II. São Paulo: Diagonal, nov. 2015b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. Plano Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana de Teresina. Relatório Final. Teresina: Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito e Oficina Consultores Associados, 2008.

——— Programa Lagoas do Norte. Relatório de Avaliação Ambiental – RAA. Sumário Executivo. Teresina: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, 2006.

——— Plano Municipal de Parcerias Público-Privadas de Teresina. Teresina: Secretaria Municipal de Concessões e Parcerias, 2017a.

——— Plano Plurianual 2018-2021. Teresina: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, 2017b.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. Plano Plurianual 2016-2019. Desenvolvimento econômico com equidade social, segurança e sustentabilidade. Teresina: SEPLAN-PI, 2015.

SUPERINTENDÊNCIA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO ESTADO DO PIAUÍ. Contrato n. 01/2015 SUPARC/SEGOV.PI, de 03 de dezembro de 2015. Concessão de serviços públicos para a administração, operação, manutenção e de exploração comercial de áreas e serviços do Terminal Rodoviário de Teresina, precedida de obras de modernização e fornecimento de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação e de monitoramento.

——— Contrato n. 01/2017 - SUPARC/SEADPREV, de 22 de março de 2017. Subconcessão para a operação, a manutenção, a adequação e a ampliação do sistema existente, dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário na área urbana do Município de Teresina-PI.

——— Contrato n. 02/2017 SUPARC/SEADPREV, de 03 de maio de 2017. Concessão de uso de imóvel público, a título oneroso, precedida de obra de expansão, reforma e modernização, com exploração, operação, manutenção e desenvolvimento da Nova Central de Abastecimento do Estado do Piauí.

——— Contrato n. 01/2018 – ATI/SUPARC, de 05 de junho de 2018. Contrato de parceria público-privada para construção, operação e manutenção de infraestrutura de transporte de dados, voz e imagem, incluindo serviços associados para o Governo do Estado do Piauí.

TERESINA. Lei n. 3.466, de 25 de novembro de 2005. Dispõe sobre o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Teresina, PI, 25/11/2005, p. 1.

——— Lei n. 5.135, de 22 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021. Diário Oficial do Município, Teresina, PI, 29/12/2017, p. 1.

CAPÍTULO 6

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. Anuário Estatístico do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2017. Brasília: ANP, 2017.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Caracterização e análise dos sistemas produtivo e macrologístico na Região Nordeste enquanto suporte à localização de empreendimentos: foco no papel da Ferrovia Transnordestina. Relatório Final. Tomo V – Estado do Piauí. Fortaleza: BNB e UFC, Grupo de Estudo e Pesquisa em Infraestrutura de Transportes e Logística da Energia (GLEN), 2012 (Versão Preliminar).

BRASIL. Constituição: República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. Relatório de Administração CCEE Referente ao Ano de 2015. Brasília: CCEE e Front Site Comunicação, 2016.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. Relatório Anual de Sustentabilidade 2017. Recife: CHESF, Assessoria de Planejamento Empresarial, Inovação e Sustentabilidade, 2017.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ. Mapa Rodoviário. Escala 1:1.000.000. Teresina: DER-PI, Setor de Processamento de Dados, 2017.

DIAGONAL EMPREENDIMENTOS E GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA. Produto 1: Plano de Trabalho Detalhado (revisado). São Paulo: Diagonal, julho 2013.

——— Produto 9: Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Piauí, PDES-PI 2050 Tomo I. São Paulo: Diagonal, julho 2015a.

——— Produto 9: Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Piauí. PDES-PI 2050, Tomo II. São Paulo: Diagonal, nov. 2015b.

ECOLOGY BRASIL E OURO PRETO ÓLEO E GÁS S.A. Perfuração de Poços de Petróleo e Gás Natural nos Blocos PT-T-137, PT-T-151 e PT-T-165, na Bacia do Parnaíba, Piauí. Estudo de Impacto Ambiental. Rio de Janeiro: Ecology Brasil e Ouro Preto, 2016a.

——— Perfuração de Poços de Petróleo e Gás Natural nos Blocos PT-T-137, PT-T-151 e PT-T-165, na Bacia do Parnaíba, Piauí. Relatório de Impacto Ambiental. Rio de Janeiro: Ecology Brasil e Ouro Preto, 2016b.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Balanço Energético Nacional 2018. Ano Base 2017. Rio de Janeiro: EPE, 2018 (Tabelas, Cap. 8 – Dados Energéticos Estaduais).

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. Plano Nacional de Logística 2025. Relatório técnico. Brasília: EPL, junho 2018.

ESTADO DO PIAUÍ. Lei n. 6.751, de 29 de dezembro de 2015. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2016/2019. Diário Oficial, Teresina, PI, 29/12/2015, pág. 3.

ENEL GREEN POWER DO BRASIL. Enel inicia operação no Brasil dos dois maiores parques solares da América do Sul. Rio de Janeiro: Enel Green Power, Media Relations, 2017 (Press release divulgado em 18 de setembro de 2017).

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2017. Ano Base 2016. Brasília: MME e EPE, 2017 (Anuário; 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016).

——— Matrizes Elétricas Estaduais. Ano de referência 2015. 2. ed. MME, Núcleo de Estudos Estratégicos de Energia, nov. 2016 (Boletins de Energia; 3).

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) da EF 232 - Ramal de Ligação Eliseu Martins (PI) – Balsas (MA) – Porto Franco (MA) – Entroncamento com

Ferrovia Norte-Sul (EF 151). Brasília: MT, Valec, Consórcio OIKOS, TRANSPLAN e CONSEGV, 2012 (Volume 1 – Relatório do Estudo).

OURO PRETO ÓLEO E GÁS S.A. Ouro Preto anuncia compra das empresas EP Energy do Brasil e EP Energy Pescada. Rio de Janeiro: Ouro Preto, 2014 (Press release divulgado em 01 de setembro de 2014).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2008.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ. Planejamento Participativo Territorial. Participação e Desenvolvimento. Teresina: SEPLAN-PI, Superintendência do Planejamento Participativo, 2007.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ; INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. Cenários Regionais do Piauí. Teresina: SEPLAN-PI e IICA, 2003.

TRACTEBEL ENERGIA S.A. Relatório Anual de Sustentabilidade 2008. Florianópolis: Tractebel e MZ Comunicação Corporativa Integrada, 2009.

VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. Ferrovias VALEC. Brasília: VALEC, 2014 (Mapa).

Este livro tem sua origem na longa experiência do autor em assessoria econômica e como professor pesquisador. Seu escopo é bem delimitado: discutir sobre o planejamento e programação econômica no Estado do Piauí, tomando como base a análise da economia piauiense. A investigação sobre a realidade local, inserida em um contexto mais amplo da economia nacional, serve como pano de fundo para avaliação de políticas públicas e das possibilidades de investimento em uma região periférica, que dispõe de poucas publicações acerca de sua realidade e perspectivas futuras.

Considerando um espaço econômico organizado em rede, sua contribuição vai além das diferenças socioespaciais e incorpora na análise da economia piauiense a atuação do governo estadual e das corporações empresariais na gestão do território. A inclusão no estudo de unidades espaciais de referência, como a região e a cidade, não elimina o papel ainda relevante do governo federal no território, o que também é avaliado através dos programas federais de investimento e suas fontes de financiamento para a região.

A obra destaca-se, portanto, como fundamental para estudantes e analistas da Economia Piauiense. Mas, a clareza das ideias e os argumentos bem elaborados tornam o texto didático, permitindo sua recomendação para profissionais de diferentes áreas, assim como para todos aqueles interessados no conhecimento da realidade econômica do Piauí.

Fernanda Veras



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ

ISBN 978-65-5904-126-8



9 786559 041268 >